

Enfoques
..-> *on-line*

Enfoques - revista eletrônica
dos alunos do Programa de
Pós-Graduação em Sociologia
e Antropologia da
Universidade Federal do Rio
de Janeiro



PPGSA

Rio de Janeiro - Dezembro de 2002

ENFOQUES - REVISTA ELETRÔNICA DOS
ALUNOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

UFRJ/IFCS/PPGSA

Universidade Federal do Rio de Janeiro

IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

PPGSA – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia

Coordenadora: Beatriz Heredia

Vice-Coodenadora: Maria Lígia de Oliveira Barbosa

Comissão de Publicação do PPGSA : Gláucia Villas Boas e José Ricardo Ramalho

ENFOQUES - revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ

Editores:

Ana Paula Poll

Juliet Remold

Felix G. Lopez

Conselho Editorial da ENFOQUES:

[Prof^a Dr^a.Bila Sorj](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)

Prof. Dr. Carlos Antonio da Costa Ribeiro (UERJ)

[Prof^a Dr^a.Elisa Pereira Reis](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)

Prof. Dr. [Frederico Guilherme Neiburg](#) (Museu Nacional/UFRJ)

[Prof^a Dr^a.Gláucia Villas Boas](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)

[Prof. Dr. José Maurício Domingues](#) (IUPERJ/UCAM)

[Prof. Dr. José Ricardo Pereira Ramalho](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)

Prof^a Dr^a [Laura Segatto](#) (ICS/DAN/UNB)

Prof. Dr. [Leopoldo Waizbort](#) (USP)

[Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)

Prof^a Dr^a Lygia Sigaud (Museu Nacional)

[Prof. Dr. Marcílio Dias dos Santos](#) (CFH/GCSO/UFSC)

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana (UNI-RIO)

[Prof.^a Dr^a.Maria Lígia de Oliveira Barbosa](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)

[Prof. Dr. Michel Misse](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)

[Prof^a Dr^a.Mirian Goldenberg](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)

Prof^a Dr^a [Patrícia Birman](#) (UERJ)

[Prof. Dr. Paulo Henrique Freire Vieira](#) (CFH/PPGSP/UFSC)

[Prof. Dr. Peter Fry](#) (IFCS/CFCH/UFRJ)

Prof. Dr. [Renan Springer de Freitas](#) (UFMG)

Prof. Dr. [Roque de Barros Laraia](#) (ICS/DAN/UNB)

[Prof. Dr. Ruben George Oliven](#) (UFRGS)

Prof^a Dr^a [Vera Teles](#) (USP)*

Comissão de Publicação:

[Angela Moreira Leite](#)

[Daniel Granada Ferreira](#)

[Karla Régner](#)

[Márcio Vilar](#)

[Maria Amália S. A. de Oliveira](#)

Comissão de Normatização

[Aline Trigueiro](#)

[Cynthia T. de Souza](#)

[Renata de Sant'Anna](#)

[Roberta Guimarães](#)

Comissão Técnica:

[Nêodo N Dias Jr](#)

Lisa Stuart

ENFOQUES - REVISTA ELETRÔNICA DOS
ALUNOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

UFRJ/IFCS/PPGSA

Enfoques – Revista Eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro é uma publicação quadrimestral editada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Organização:
Félix Lopez
Ana Paula Pool

Composição e editoração: Nêodo N Dias Jr
Capa: Nêodo N Dias Jr

ENFOQUES – Revista Eletrônica / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. – v.1, n.1 (nov. 2002) -. Rio de Janeiro : PPGSA, 2002.

Quadrimestral

ISSN (em andamento)

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e antropologia.

Endereço para correspondência e assinatura
Mailing address subscription: enfoques@ifcs.ufrj.br

Sumário

Apresentação	1
Homenagem a Ana Maria Galano	3
As condições sociais da circulação internacional das idéias <i>Pierre Bourdieu – trad. De Fernanda AbreuCarlos</i>	
Formação do Estado, Cidadania e Identidade Nacional: comentários sobre a formação do Estado moderno e a construção da Europa <i>Carlos Augusto Teixeira Magalhães</i>	10
Da Negação à Parceria: breves considerações sobre as relações ONGs -Estado <i>Daniel Soczek</i>	28
Capitalismo Global e Reorganização da Cadeia Têxtil-Confecção: uma revisão bibliográfica Paulo Fernandes Keller	46
SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO: um debate teórico e empírico sobre modernidade <i>Graziella Moraes Dias da Silva</i>	66
O DEBATE QUE NÃO HOUE: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras <i>Yvonne Maggie e Peter Fry</i>	93

As condições sociais da circulação internacional das idéias¹

Pierre Bourdieu

(Tradução de Fernanda Abreu)²

Desejo hoje propor-lhes algumas reflexões que gostariam de fugir do ritual da celebração da amizade franco-alemã e considerações obrigatórias sobre a identidade e a alteridade. Penso que, em matéria de amizade como em todas as outras, a lucidez não é em hipótese alguma oposta à afeição, muito pelo contrário. Gostaria portanto de tentar propor algumas reflexões a respeito das condições sociais da circulação internacional das idéias; ou, para empregar um vocabulário econômico que sempre produz um efeito de ruptura, a respeito do que poderíamos chamar de importação e exportação intelectual. Gostaria de descrever, senão as leis — pois não trabalhei o suficiente para poder usar uma linguagem tão pretensiosa assim — ao menos as tendências dessas trocas internacionais, que descrevemos habitualmente com uma linguagem que deve mais à mística do que à razão. Resumindo, tentarei hoje apresentar um programa para uma ciência das relações internacionais em matéria de cultura.

[...] a França e a Alemanha desde a Segunda Guerra Mundial, e mais precisamente todo o trabalho que, sobretudo no nível do campo político mundial, pôde ser realizado para favorecer a comunhão e a compreensão entre os dois países. Seria necessário efetuar uma análise histórica sem complacência do trabalho simbólico que foi necessário para exorcizar, pelo menos em uma certa fatia das populações dos dois países, todos os fantasmas do passado. Seria preciso analisar, além do trabalho das instituições oficiais em sua dimensão simbólica e prática, as diversas ações que podem ter favorecido a transformação das atitudes de franceses e alemães, considerados em sua diversidade social. Poderíamos por exemplo, situando-nos no nível do campo intelectual, descrever as etapas desse trabalho de conversão coletiva; no caso dos

¹ Conferência que Pierre Bourdieu pronunciou na Universidade de Freiburg, na Alemanha, em 1989, por ocasião da inauguração do Centro de Pesquisas sobre a França. Foi publicada na *Romanistische Zeitschrift für Literatur Geschichte* em 1990. As lacunas entre colchetes no texto traduzido resultam do desgaste das páginas originais, não prejudicam, porém, a compreensão do escrito. Agradecemos a Henning Krauss, editor da *Romanistische Zeitschrift*, por conceder a permissão para publicação do texto em português.

² Fernanda Abreu é mestranda PPGSA.

intelectuais franceses, com a reconciliação, seguida pelo fascínio com relação ao milagre alemão e a fase atual que seria a da admiração ambivalente, sublimada em uma espécie de europeísmo voluntarista por meio do qual muitos trabalhadores da décima primeira hora tentam encontrar um substituto para seu nacionalismo defunto. Mas vocês hão de entender que eu não possa me contentar com tais considerações, tão superficiais quanto breves.

O que podemos fazer hoje, se estivermos verdadeiramente preocupados em favorecer a internacionalização da vida intelectual? Acreditamos com freqüência que a vida intelectual é espontaneamente internacional. Não há nada mais falso. A vida intelectual, como todos os outros espaços sociais, é o lugar de nacionalismos e imperialismos, e os intelectuais veiculam, quase tanto quanto os outros, preconceitos, estereótipos, idéias pré-concebidas, representações muito sumárias, muito elementares, que se alimentam dos acidentes da vida cotidiana, das incompreensões, dos mal-entendidos, das feridas (por exemplo, aquelas que o fato de ser desconhecido em um país estrangeiro pode infligir ao narcisismo). Tudo isso me faz pensar que a instauração de um verdadeiro internacionalismo científico que, a meu ver, é o começo de um internacionalismo mais generalizado, não pode ocorrer sozinha. Em matéria de cultura, como em todas as outras, não acredito no *laissez-faire* e a intenção de minhas considerações é mostrar como, nas trocas internacionais, a lógica do *laissez-faire* leva muitas vezes a fazer circular o pior e a impedir o melhor de circular. Nessa matéria como em outras, inspiro-me em uma convicção cientificista pouco na moda hoje em dia, já que somos pós-modernos... Essa convicção cientificista me leva a pensar que, se conhecemos os mecanismos sociais, nem por isso os dominamos, mas aumentamos, ainda que pouco, as chances de dominá-los, sobretudo se os mecanismos sociais estiverem fundados na incompreensão. Existe uma força autônoma do conhecimento que pode destruir, em certa medida, a incompreensão. Digo em certa medida porque a “força intrínseca das idéias verdadeiras” esbarra em resistências devidas aos interesses, aos preconceitos, às paixões. Essa convicção cientificista me inclina a pensar que seja importante elaborar um programa europeu de pesquisa científica a respeito das relações científicas européias. E penso que este é o lugar e a hora de dizer isso já que sei, graças a Joseph Jurt e aos textos que ele me deu para ler, que um dos objetivos do Centro hoje inaugurado é justamente trabalhar um conhecimento mútuo dos dois países, das duas tradições. E eu [...] muito modestamente, como eu veria a empreitada, e o que faria se tivesse que realizá-la.

As trocas internacionais são submetidas a um determinado número de fatores estruturais que são geradores de mal-entendidos. Primeiro fator: o fato dos textos circularem sem seu contexto. Trata-se de uma proposição enunciada por Marx *en passant* no *Manifesto Comunista*, onde não é habitual ir buscar uma teoria da recepção... Marx observa que os pensadores alemães sempre compreenderam muito mal os pensadores franceses, porque recebiam textos que levavam consigo uma conjuntura política como textos puros e transformavam o agente político que havia no princípio desses textos em sujeito transcendental. Assim, muitos mal-entendidos na comunicação internacional vêm do fato dos textos não levarem consigo seu contexto. Por exemplo, correndo o risco de surpreendê-los e chocá-los, penso que só a lógica do mal-entendido estrutural permite compreender o fato espantoso de um Presidente da República socialista ter podido vir entregar uma condecoração francesa a Ernst Jünger. Outro exemplo: Heidegger consagrado por alguns marxistas franceses nos anos 50. Eu poderia também citar exemplos contemporâneos mas, como muitas vezes estou eu próprio implicado nesses exemplos, não o farei, porque vocês poderiam pensar que estou abusando do poder simbólico provisoriamente conferido a mim para acertar contas com adversários ausentes.

O fato dos textos circularem sem seu contexto, de não importarem junto consigo o campo de produção — para empregar meu próprio jargão — dos quais são o produto e dos receptores, eles próprios inseridos em um campo de produção diferente, reinterpretem-nos em função da estrutura do campo de recepção é gerador de mal-entendidos colossais. É evidente que se pode tirar da minha descrição, que acredito ser objetiva, conclusões otimistas ou pessimistas: por exemplo, devido ao fato de alguém que é uma autoridade em seu país não levar consigo sua autoridade, a leitura estrangeira pode às vezes ter uma liberdade ausente da leitura nacional, submetida a efeitos de imposição simbólica, de dominação ou mesmo de limitação. O que leva a pensar que o julgamento do estrangeiro é um pouco parecido com o julgamento da posteridade. Se a posteridade em geral julga melhor isso se deve ao fato dos contemporâneos serem concorrentes e terem interesses ocultos para não compreender ou mesmo para impedir a compreensão. Os estrangeiros, assim como a posteridade, têm em determinados casos uma certa distância, uma certa autonomia com relação às limitações sociais do campo. Na realidade, esse efeito é muito mais aparente do que real, e com muita frequência as autoridades de instituição, o que Pascal chama de

“grandezas de estabelecimento”, cruzam bastante bem as fronteiras, porque existe uma Internacional de manda-chuvas que funciona muito bem.

Assim, o sentido e a função de uma obra estrangeira é determinado tanto ou mais pelo campo de chegada quanto pelo campo de origem. Em primeiro lugar porque o sentido e a função no campo de origem são muitas vezes completamente ignorados. E também porque a transferência de um campo nacional para um outro se faz por meio de uma série de operações sociais: uma operação de seleção (o que se traduz? O que se publica? Quem traduz? Quem publica?); uma operação de marcação (de um produto anteriormente “sem etiqueta”) pela editora ([...] e anexando-a a seu próprio ponto de vista e, em todo caso, a uma problemática inscrita no campo de chegada e que só raramente realiza o trabalho de reconstrução do campo de origem, em primeiro lugar porque é muito difícil); uma operação de leitura, enfim, com os leitores aplicando à obra categorias de percepção e problemáticas que são produto de um campo de produção diferente.

Vou retomar rapidamente cada um desses pontos. A entrada no campo de chegada é um objeto de pesquisa verdadeiramente crucial e verdadeiramente urgente, tanto por motivos científicos quanto práticos, para intensificar e melhorar a comunicação entre nações européias. Espero poder organizar um colóquio que teria por finalidade analisar os processos de seleção: quem são os selecionadores, aqueles que uma sociologia da ciência americana chama de “gatekeepers”? Quem são os descobridores e que interesse têm em descobrir? Sei bem que a palavra interesse choca. Mas penso que aquele que se apropria, com total boa fé, de um autor e que se torna seu introdutor tem benefícios subjetivos totalmente sublimados e sublimes, mas que são mesmo assim determinantes para compreender que ele faça o que faz. (Penso que um pouquinho de materialismo não faria mal, não prejudicaria em nada o encantamento, muito pelo contrário.) O que chamo de “interesse” podem ser as afinidades ligadas à identidade (ou homologia) das posições em campos diferentes: não é por acaso que Benet, o grande romancista espanhol, é publicado pelas Éditions de Minuit. Publicar o que gosto é reforçar minha posição no campo tal, quer queira ou não, quer saiba ou não, e mesmo que esse efeito não entre de modo algum no projeto de minha ação. Não há nenhum mal nisso, mas é preciso estar consciente. As eleições mútuas e puras ocorrem muitas vezes à base de homologias de posição nos diferentes campos aos quais correspondem homologias de interesses, e homologias de estilos, de partidos intelectuais, de projetos intelectuais. Podemos compreender essas trocas

como alianças, portanto dentro da lógica das relações de força, como, por exemplo, maneiras de fortalecer uma posição dominada, ameaçada.

Ao lado das afinidades eletivas entre “criadores” pelas quais, como estão percebendo, tenho uma certa indulgência, existem os clubes de admiração mútua, que me parecem menos legítimos porque exercem um poder de tipo temporal na ordem cultural ou, pode-se dizer, espiritual — o que é a própria definição de *tiranía* segundo Pascal. Estou pensando por exemplo na Internacional do *establishment*, ou seja, em todas as trocas que ocorrem entre detentores de posições acadêmicas importantes: boa parte das traduções só pode ser compreendida se as recolocarmos na complexa rede de trocas de convites, títulos de doutor *honoris causa*, etc. É preciso portanto se perguntar qual a lógica das escolhas que fazem determinada editora ou determinado autor escolher a si próprio para se tornar importador deste ou daquele pensamento. Por que tal editora publicou tal autor? Existem obviamente os benefícios de apropriação. As importações hereges são muitas vezes feitas por marginais do campo, que importam uma mensagem, uma posição que tem força em outro campo e cujo efeito é reforçar sua posição [...] estrangeiros são muitas vezes submetidos a usos muitos instrumentalistas; eles são muitas vezes utilizados para causas que talvez reprovassem ou recusassem em seu próprio país. Pode-se, por exemplo, usar um estrangeiro para rebaixar nacionais. Tomo o exemplo de Heidegger. Todo mundo aqui se pergunta como os franceses podem ter se interessado tanto por Heidegger. Na verdade existem muitas, muitas razões, quase razões demais... Mas há uma explicação que salta aos olhos, o fato de, como mostrou Anna Boschetti em seu livro *Sartre e os tempos modernos*, o campo intelectual dos anos 50 ser dominado de forma esmagadora por Sartre. E uma das principais funções de Heidegger era servir para desqualificar Sartre (os professores diziam: “Tudo de Sartre está em Heidegger e melhor.”) Haverá assim, de um lado, Beaufret, que deve ter sido contemporâneo de Sartre na École Normale, em uma posição de rivalidade em relação a ele e que, professor de um curso preparatório para as grandes escolas de engenharia no liceu Henri IV, ganhou uma estatura de quase-filósofo importando Heidegger para a França e, do outro, do lado do campo literário, Blanchot. Haverá uma terceira categoria: o pessoal da *Arguments*, espécie de heresia marxista menor. Como o marxismo remetia visivelmente demais na direção do vulgar, eles fizeram uma combinação chique do marxismo com Heidegger.

Muitas vezes, com os autores estrangeiros, não é o que dizem que conta, mas o que podemos fazê-los dizer. É por isso que alguns autores particularmente elásticos circulam muito bem. As grandes profecias são polissêmicas. Esta é uma de suas virtudes e é por isso que atravessam lugares, momentos, épocas, gerações, etc. Portanto, os pensadores de grande elasticidade são um prato cheio, pode-se dizer, para uma interpretação voltada para a anexação e usos estratégicos.

Depois da seleção há a marcação, que, de certo modo, conclui o trabalho. Não lhes dão apenas Simmel; dão-lhes Simmel com prefácio de Fulano. Seria preciso fazer uma sociologia comparada dos prefácios: eles são atos típicos de transferência de capital simbólico, pelo menos no caso mais freqüente, por exemplo quando Mauriac escreve o prefácio de um livro de Sollers; o mais velho famoso escreve um prefácio e transmite capital simbólico, manifestando ao mesmo tempo sua capacidade de descobridor e sua generosidade de protetor da juventude que reconhece e que se reconhece nele. Há toda uma série de trocas, nas quais a má fé desempenha um papel enorme e que a sociologia um pouco objetivante torna mais difícil. Mas o sentido no qual o capital simbólico circula nem sempre é o mesmo. É assim que, apoiando-se na regra do gênero que deseja que o prefácio se identifique com o autor, Lévi-Strauss escreve um prefácio para a obra de Mauss pela qual se apropria do capital simbólico do autor do Ensaio sobre a dádiva. Deixo-lhes refletir sobre tudo isso. (As pessoas muitas vezes têm uma leitura dramática desse tipo de análise: eu gostaria portanto de aproveitar as situações orais para mostrar que isso na verdade é muito divertido, e que em todo caso eu me divirto muito...)

No final de tudo isso, o texto importado recebe uma nova marca. Ele era marcado pela capa: tem-se uma intuição das capas das diferentes editoras e até mesmo das diferentes coleções de cada editora e sabe-se o que cada uma delas significa por referência ao espaço das editoras alemãs que se tem em mente. Se, por exemplo, a capa da Suhrkamp for substituída pela capa da Seuil, o sentido de *marca* imposta à obra muda completamente. Se houver homologia e estrutural, a transferência pode se fazer muito bem, mas muitas vezes há tentativas fracassadas; há pessoas que não “acertam o alvo”. Isso pode se dever ao efeito do acaso ou da ignorância, mas muitas vezes também é porque são vítimas de atos de anexação, de apropriação. Nesse caso, o simples efeito da capa já é uma imposição simbólica. Tomo um exemplo muito bonito, o de Chomsky, publicado pela Seuil em uma coleção de filosofia. Para mim, a Seuil é “católica de esquerda” e, *grosso modo*, personalista. Chomsky ficou

imediatamente marcado, por meio de uma típica estratégia de anexação. Publicar Chomsky na Seuil, em um contexto marcado por Ricoeur, era opor ao estruturalismo “sem sujeito”, como se dizia na época, um sujeito gerador, criador, etc. Assim, com a inserção em uma coleção, com o acréscimo de um prefácio, devido ao conteúdo do prefácio, mas também à posição do prefaciador no espaço, opera-se toda uma série de transformações, ou até de deformações da mensagem original.

Na realidade, os efeitos estruturais que, para o bem da ignorância, tornam possíveis todas as transformações e deformações ligadas a usos estratégicos dos textos e autores podem ser exercidos fora de qualquer intervenção manipuladora. As diferenças são tão grandes entre tradições históricas, tanto no campo intelectual propriamente dito quanto no campo social considerado como um todo, que a aplicação a um produto cultural estrangeiro das categorias de percepção e de apreciação adquiridas por meio da experiência de um campo nacional pode *criar* oposições fictícias entre coisas semelhantes e falsas semelhanças entre coisas diferentes. Para mostrar isso, seria preciso analisar em detalhe o exemplo do que foram as relações entre filósofos franceses e filósofos alemães desde os anos 60 e mostrar como intenções totalmente parecidas se exprimiram, por referência a contextos intelectuais e sociais muito diferentes, em tomadas de posição filosóficas aparentemente totalmente opostas. E, para dizer as coisas de maneira mais contundente, mas também mais evidentemente esquisita, seria preciso se perguntar se Habermas não teria estado muito menos distante daquilo que disse Foucault do que parece, caso houvesse se formado e se afirmado como filósofo na França dos anos 50-60, e Foucault muito menos diferente do que foi Habermas caso houvesse se formado e se afirmado como filósofo na Alemanha dos mesmos anos. (Isso equivale a dizer, entre parênteses, que ambos os pensadores, sob uma aparente liberdade em relação ao contexto, têm em comum o fato de terem sido muito profundamente marcados por esse contexto, entre outras razões porque, em sua intenção hegemônica, eles se confrontaram às tradições intelectuais próprias de cada país, e profundamente diferentes.) Por exemplo, antes de se indignar virtuosamente, junto com alguns alemães, com o uso que alguns filósofos franceses (sobretudo Deleuze e Foucault) fizeram de Nietzsche, seria preciso entender a função que Nietzsche — e qual Nietzsche? o da *Genealogia da moral* em Foucault — pôde desempenhar, em um campo filosófico dominado, do lado da universidade, por um existencialismo subjetivista-espiritualista. A *Genealogia da moral* dava uma chancela filosófica, apta a torná-los filosoficamente aceitáveis, a esses antigos

procedimentos cientificistas, ou até positivistas, encarnados pela imagem envelhecida de Durkheim, que são a sociologia do conhecimento e a história social das idéias. É assim que, em seu esforço para opor a um racionalismo anistórico uma ciência histórica das razões históricas (com a idéia de “genealogia” e uma noção como a de *episteme*), Foucault pôde contribuir para o que pode parecer, visto da Alemanha, onde Nietzsche tem um sentido completamente diferente, uma *restauração do irracionalismo* contra o qual Habermas, entre outros (penso, por exemplo, em Otto Apel), constituiu seu projeto filosófico. E, permitindo-me entrar nesse debate como terceiro, não tenho certeza se a oposição entre o racionalismo historicista que defendo — com a idéia de história social da razão ou de campo científico como lugar da gênese histórica das condições sociais da produção da razão — e o racionalismo neokantiano, que procura se basear na razão científica apoiando-se no capital da lingüística, como em Habermas, é tão radical quanto pode parecer à primeira vista. O relativismo racionalista e o absolutismo esclarecido podem se encontrar na defesa do *Aufklärung*... Talvez porque expressem a mesma intenção com sistemas diferentes. Estou exagerando, obviamente, em meu esforço para “torcer o bastão na outra direção”. Mas penso em todo caso que as diferenças não são de modo algum o que pensamos enquanto seguirmos ignorando o efeito de *prisma deformante* exercido, tanto na produção quanto na recepção, pelos campos intelectuais nacionais e pelas categorias de percepção e de pensamento que eles impõem e inculcam.

É por isso que as discussões hoje instituídas diretamente (o que já constitui um progresso em relação ao período anterior, onde os eruditos europeus só se comunicavam por intermédio dos Estados Unidos) permanecem com tanta freqüência artificiais e irreais: os efeitos da doxologia resultantes do desvio estrutural entre contextos fornecem recursos inesgotáveis para as polêmicas da má fé e para as mútuas condenações do farisaísmo nas quais se destacam ensaístas medíocres e irresponsáveis como os inventores do mito do “pensamento de 68” ou os denunciadores virtuosos do “cinismo”. Basta ter um pouco de cultura histórica para conhecer a propensão dos pequenos intelectuais a se arvorar em justiceiros ou, mais exatamente, em Fouquier-Tinville e em Jdanov, de esquerda ou de direita, que, como vimos muito recentemente a respeito do caso Heidegger, substituem a lógica da discussão crítica, ligada à *compreensão* das razões — ou causas — do pensamento adverso, pela lógica do processo.

A Realpolitik da razão que não me canso de defender deve portanto como projeto trabalhar para criar as condições sociais de um *diálogo racional*. Ou seja, trabalhar para elevar a consciência e o conhecimento das leis de funcionamento dos diferentes campos nacionais, já que a probabilidade de deformações do texto aumenta quanto maior a ignorância do contexto de origem. Um projeto que pode parecer um tanto banal enquanto não entrarmos nos detalhes de sua realização. Trata-se, com efeito, de produzir um conhecimento científico dos campos de produção nacionais e das categorias nacionais de pensamento aí geradas e de difundir amplamente esse conhecimento, sobretudo por meio dos professores encarregados de lecionar línguas e civilizações estrangeiras. Para dar uma idéia da dificuldade da empreitada, basta indicar que ela encontrará sem dúvida seu primeiro obstáculo nas sociologias espontâneas das diferenças entre tradições nacionais que os “especialistas” em trocas internacionais, germanistas e romanistas por exemplo, produzem e reproduzem com base em uma familiaridade mal armada e mal pensada que tem muitas vezes por princípio a condescendência divertida, tão próxima de um racismo brando, daquele que “os conhece bem”, “que não se deixa enganar” e que “achando-os horríveis, gosta deles apesar de tudo” (atitude muito freqüente entre os especialistas em civilizações estrangeiras, “japonólogos” ou “orientalistas”).

A liberdade com relação às categorias nacionais de pensamento — por meio das quais pensamos as diferenças entre os produtos dessas categorias — não pode vir senão de um esforço para pensar, e explicitar, essas categorias; portanto, de uma sociologia e de uma história social reflexivas e críticas — no sentido de Kant — que teriam como objeto lançar luz, para dominá-las por meio de uma sócio-análise científica, sobre as estruturas do inconsciente cultural nacional, desvendar, graças à anamnese histórica das duas histórias nacionais e, mais especialmente, da história das instituições educativas e dos campos de produção cultural, os *fundamentos históricos* das categorias de pensamento e das problemáticas desenvolvidas pelos agentes sociais, sem saber (“o inconsciente é a história”, dizia Durkheim), em seus atos de produção ou de recepção cultural.

Não há nada mais urgente do que empreender uma história comparada das diferentes disciplinas segundo o modelo do que foi feito, sob a direção de Isaac Chiva e Utz Jeggle, para a etnologia. De fato, só uma história social comparada das ciências sociais pode liberar os modos de pensamento herdados da história fornecendo meios para assegurar um domínio consciente das formas escolares de classificação, das

categorias de pensamento impensadas e das problemáticas obrigatórias. Como vemos bem no caso da antropologia, a comparação faz tudo o que era considerado necessário aparecer como arbitrário ou como ligado ao contexto de uma tradição contingente: as próprias palavras, *ethnologie* ou *Volkskunde*, que designam a disciplina respectivamente em francês e alemão estão carregadas de todo um passado de tradições implícitas que fazem esses dois termos teoricamente equivalentes serem separados por toda a história dos dois campos. Compreender adequadamente os objetos e programas de pesquisa nessas duas disciplinas seria compreender toda a história da relação que tiveram com o campo político, e que condensa a diferença entre a palavra francesa “populaire”, “popular” (Museu das artes e tradições populares) e o alemão “Volk” ou “völkisch”, entre uma tradição de esquerda, ligada ao Estado e defendida contra uma tradição de direita, dedicada ao folclore e ao povo ao modo de Le Play, e uma tradição conservadora, que identifica o povo à nação e à *Heimat* ou à *Gemeinschaft* camponesa. Seria compreender também a posição da disciplina no espaço hierarquizado das disciplinas: do lado das ciências positivas, algo desprezadas, no caso da França, do lado da “germanística”, no caso da Alemanha. E examinar todas as diferenças decorrentes dessas oposições de princípio.

O sistema de ensino é um dos lugares onde, nas sociedades diferenciadas, produzem-se e reproduzem-se os sistemas de pensamento, o equivalente, aparentemente mais refinado, às “formas primitivas de classificação” inventariadas por Durkheim e Mauss, enquanto kantianos coerentes, para o caso das sociedades sem escrita e sem a instituição do ensino. Às oposições estruturantes entre seco e úmido, leste e oeste, cozido e cru enumeradas pelo quadro de categorias do entendimento arcaico correspondem as oposições entre explicar e compreender ou entre quantidade e qualidade que a história coletiva de um sistema de ensino e a história individual de uma trajetória escolar depositaram no entendimento culto de cada um dos produtos finais do sistema de ensino.

Esses sistemas de oposição compreendem invariantes (tais como as oposições que acabo de citar, por exemplo, e que penetraram no ensino francês por meio de um ensino filosófico profundamente dominado pela tradição alemã, na qual, se acreditarmos em Ringer, elas se constituíram); eles comportam também variações nacionais. Ou, mais exatamente, as tradições *dominantes* em cada uma das nações podem dar valores inversos aos termos das mesmas oposições. Estou pensando por exemplo em todas as oposições secundárias que gravitam em torno da oposição

central, tão importante no pensamento acadêmico alemão, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial, entre *Kultur* e *Zivilisation* e que servem para distinguir a tradição germânica, nobre e autêntica, da tradição francesa, desnaturada e superficial: a oposição, precisamente, entre o profundo (ou o sério) e o brilhante (ou o superficial), ou a oposição entre o fundo e a forma, entre o pensamento (ou o sentimento) e o estilo (ou o espírito), entre a filosofia (ou a filologia) e a literatura, etc. Oposiçãoes que a tradição dominante da França (que reconciliava o curso preparatório às grandes escolas de engenharia do liceu Henri IV, núcleo do sistema escolar, com a NRF, Alain e Valéry) retomava para si, mas invertendo os sinais: a profundidade se transformava em peso, a seriedade em pedantismo escolar e o superficialismo em clareza francesa. É preciso ter tudo isso em mente — quero dizer, no consciente, não no inconsciente — para compreender que Heidegger é um Alain com um sistema diferente — e vive-versa. Apesar do primeiro poder ter sido percebido e utilizado na França como a perfeita antítese do segundo...

E de fato, por meio de uma dessas astúcias da razão histórica que tornam tão difícil o acesso à liberdade intelectual, a oposição mítica entre as duas tradições, alemã e francesa, se impôs tanto àqueles que se revoltavam contra ela, em ambos os países, quanto àqueles que a retomavam ingenuamente para si, àqueles que pretendiam encontrar uma forma de liberdade em relação às formas de pensamento impostas simplesmente invertendo o sinal da oposição dominante, aceita em sua integridade pelos nacionalistas satisfeitos. Foi assim que na Alemanha, durante todo o século XIX e ainda hoje (como explicar de outra maneira alguns sucessos de certos pós-modernos?...), muitos jovens intelectuais progressistas procuraram no pensamento francês o antídoto para tudo aquilo que detestavam no pensamento alemão. Enquanto os jovens franceses progressistas faziam a mesma coisa na outra direção. O que deixava a uns e outros muito poucas oportunidades de se encontrar no meio do caminho...

Na verdade, se não se trata de negar a existência de profundos nacionalismos intelectuais, baseados em verdadeiros interesses intelectuais nacionais, mesmo assim as lutas internacionais para a dominação em matéria cultural e para a imposição do princípio de dominação dominante — ou seja, para a imposição de uma definição específica do exercício legítimo da atividade intelectual, criada pela civilização, pela clareza, pela literatura, etc. mais do que baseada nelas — encontram sua base mais segura nas lutas internas de cada campo nacional, lutas dentro das quais a definição

nacional (dominante) e a definição estrangeira são elas próprias utilizadas como armas ou como aquilo que está em jogo. É compreensível, nessas condições, que as trocas recíprocas e os quiproquós sejam praticamente a regra. É preciso muita independência intelectual e lucidez teórica para ver, por exemplo, que Durkheim, revoltado contra o regime intelectual dominante no qual Bergson se inscreve perfeitamente, está “no mesmo campo” de Cassirer (este último, em uma nota de *The Myth of the State*, aproxima explicitamente suas “formas simbólicas” das “formas primitivas de classificação” de Durkheim) contra quem Heidegger desenvolve uma variante da *Lebensphilosophie* bergsoniana... Poderíamos multiplicar os exemplos desses efeitos de quiasma que, ao favorecer alianças ou recusas igualmente baseadas no mal-entendido, proíbem ou minimizam a soma dos saberes históricos das diferentes tradições e a internacionalização (ou a “desnacionalização”) das categorias de pensamento que é a primeira condição para um verdadeiro universalismo cultural.

APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar o primeiro número da revista **Enfoques**, organizada por alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ). A publicação quadrimestral de **Enfoques** tem como objetivo estimular e ampliar o debate sobre questões atuais abordadas pela pesquisa sociológica e antropológica, sobretudo aquelas que vêm sendo alvo das análises de alunos, professores e pesquisadores do PPGSA.

Enfoques divulga, neste primeiro número, cinco artigos que exploram um leque de temas relevantes na pauta dos debates acadêmicos e políticos: globalização, política de cotas, atuação de ONGs, unificação européia e educação. As abordagens de Reinhard Bendix e Charles Tilly sobre o processo de formação do Estado moderno na Europa fundamentam a discussão de Carlos Magalhães sobre o processo contemporâneo de unificação européia, no texto intitulado *Formação do Estado, cidadania e identidade nacional*. Daniel Soczek apresenta em *Da negação à parceria* uma discussão sobre a trajetória das ONGs no Brasil, ressaltando suas relações com o Estado. Transformações resultantes do processo de globalização social e econômica são analisadas por Paulo Keller em estudo sobre as novas formas de organização produtiva na indústria têxtil e da confecção, no artigo *Capitalismo global e reorganização da cadeia têxtil-confecção*. Yvonne Maggie e Peter Fry discutem em *O debate que não houve* a atual política de reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras, sugerindo possíveis implicações desta medida no questionamento do “paradigma racial brasileiro”. Em *Sociologia e educação*, Graziella Moraes Dias da Silva reflete acerca da construção social do debate sobre a educação, relacionando-o às disputas mais amplas da sociedade e retirando, dessa forma, o tema da educação da discussão abstrata a que tem sido submetido.

Este número é dedicado à memória da professora Ana Maria Galano Mochcovitch Linhart, falecida no dia 7 de outubro último. Formada pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro e pela Universidade de Paris X – Nanterre, dedicou-se durante vinte anos ao ensino e à pesquisa no campo da sociologia da cultura, ocupando-se das relações entre a sociologia, a literatura e a

imagem, especialmente, fotográfica e cinematográfica. Como pesquisadora do CNPq, concentrou seus estudos na região do cerrado mineiro, tematizando, por meio da observação de campo, da fotografia e da leitura de romances e relatos de viagem, os efeitos das transformações na propriedade fundiária sobre a vida das populações rurais. Em seu último projeto privilegiou a reconversão da paisagem do cerrado. Sua atuação no Departamento de Sociologia e no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ distinguiu-se pelas atividades no Núcleo Audiovisual de Documentação (Navedoc), onde reunia alunos e pesquisadores, mantendo contato permanente com a Comissão da Imagem da ANPOCS, que ajudara a criar, e com outros grupos de pesquisa no Brasil e na França. Ultimamente a professora Ana Maria Galano fazia parte da diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia. A primeira seção da revista publica na íntegra os textos de Glaucia Villas Bôas, Roberta Sampaio Guimarães e Natália Morais Gaspar, lidos em homenagem à professora Ana Maria durante o evento realizado no IFCS no dia 15 de outubro deste ano.

Agradecemos às coordenadoras do PPGSA, professoras Maria Ligia de Oliveira Barbosa e Beatriz Heredia, bem como aos professores Glaucia Villas Bôas e José Ricardo Ramalho, respectivamente presidente e membro da comissão de publicação do PPGSA, o empenho e a dedicação para a publicação desta revista. Queremos registrar aqui também nossos agradecimentos aos pareceristas e a toda a equipe que participou da produção deste primeiro número. Esperamos que a **Enfoques** venha a ser um meio eficiente para reunir pesquisadores interessados na discussão de temas relevantes nas Ciências Sociais.

Os editores.

HOMENAGEM À MEMÓRIA DA PROFESSORA ANA MARIA GALANO

Publicamos a seguir a íntegra dos textos de Gláucia Villas Bôas, Roberta Guimarães e Natália Gaspar, lidos em homenagem à professora Ana Maria Galano durante evento realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (Ifcs/UFRJ) no dia 15 de outubro deste ano.

HOMENAGEM FEITA A ANA MARIA GALANO MOCHCOVITCH LINHART

Gláucia Villas Bôas

Estamos aqui hoje reunidos – professores, alunos e funcionários – para nos lembrar de Ana Maria Galano. Ana conviveu conosco durante vinte anos. Com o seu modo especialíssimo de estar no mundo, com alegria, com ironia fina, com seu amor pela cultura e interesse pela política, trouxe para nosso convívio e para nossas conversas acadêmicas, institucionais e pessoais, uma experiência que dizia muito dos eventos biográficos, históricos e políticos que afetaram sua vida e produção intelectual.

Em Ana Maria, a compreensão sociológica do mundo sempre esteve entrelaçada com a imagem – com a fotografia e o cinema, sobretudo –, mas também (e muito) com a literatura. Sua sensibilidade e inteligência para reunir a dimensão da sociologia com a imagem e a palavra era traço que a distinguiu dos colegas, e que certamente vinha de sua formação no início dos anos 1960 na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, onde se graduara em Letras, como gostava de dizer, Anglo-saxônicas, lembrando com humor algumas palavras em alemão.

Mas não era só isso que a distinguiu. Ana conferia, ao “fazer sociologia com a imagem e a literatura”, um sentido político a seu *métier*. Um profundo senso de justiça e a defesa intransigente dos despossuídos, sofredores, pobres, moradores de rua, excluídos, no campo e na cidade, no Brasil e fora dele, compunham sua visão sociológica e sensível (estética) do mundo. Nunca abriu mão dessa herança, que, a meu ver, também veio de seu engajamento político e da vivência de lutas na antiga Faculdade Nacional de Filosofia nos anos de 1962 a 1965 – exatamente quando as artes e a política juntas, nos centros populares de

cultura e em outros movimentos da juventude, faziam explodir o desejo de mudanças no país. Ana fez parte ativa desta geração.

A vida institucional, competitiva e trabalhosa, não lhe roubou o tempo indispensável, fosse para os comentários sobre os eventos da vida política nacional e internacional, fosse para falar de um filme ou de conto que havia lido dias antes. Não lhe roubava o tempo da leitura, ainda que reclamasse de vez em quando. Eu ficava impressionada com a disciplina e regularidade de sua condição de leitora. Nos últimos tempos, leu prazerosamente *Afinidades eletivas* de Goethe, uma boa tradução para o inglês, em livro de capa dura, que comprara barato – dizia ela – no sebo da Marcabru.

Outra lembrança que tenho de Ana é a do enorme círculo de pessoas que conhecia. Pessoas que hospedava em sua casa. Amigos do tempo de exílio e formação em Paris, em Lisboa, na Suíça. Amigos do tempo das pesquisas feitas no cerrado mineiro. Amigos cineastas, críticos de cinema, historiadores da produção cinematográfica no Brasil, na França, no México. Amigos fotógrafos, sociólogos, antropólogos. Amigos da antiga Faculdade Nacional de Filosofia. Amigos alunos e ex-alunos. Seu círculo de conhecidos e amigos impressionava. Quando estávamos juntas, em qualquer lugar que fosse, Ana sempre conhecia alguém. Nisto era imbatível. Ela não prezava simplesmente a amizade, mas cultivava as amizades, com a generosidade daqueles que não só têm a casa mas a alma aberta.

1. FORMAÇÃO, PESQUISA, OS VÁRIOS TRABALHOS

Ana Maria nasceu em março de 1943, em uma família judia, na cidade do Rio de Janeiro. Estudou nos colégios Bennett e Jacobina. Durante muito tempo morou no Cosme Velho. Com a reviravolta política do golpe de 1964, depois da graduação em Letras na Faculdade Nacional de Filosofia, exilou-se na França. Lá graduou-se em Sociologia na Universidade de Paris e escreveu sua *maîtrise* sobre *Alfabetização, pedagogia e política*, uma dissertação acerca dos movimentos de educação de base e idéias de Paulo Freire. Em 1983, defendeu sua tese de doutoramento *Trabalhadores agrícolas e camponeses na reforma agrária de Portugal*, na Universidade de Paris X Nanterre.

É difícil esquadrihar a produção de Ana Maria Ela está espalhada em exposições que organizou, curadoria de mostras de filmes e vídeos (a exemplo dos filmes que selecionou para a mostra do IV Congresso Luso Afro-Brasileiro,

organizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (Ifcs/UFRJ), e a belíssima mostra de vídeos que levou para o último congresso da SBS no Ceará, ano passado (2001). Além disso, vídeos que realizou, como *Oxalá Jesus Cristo* – premiado algumas vezes –, e, como gostávamos de dizer, o *cult Continuidades e rupturas: os 50 anos do curso de Ciências Sociais da UFRJ*, que tivemos oportunidade de fazer juntas – aprendi tanto quanto me diverti com Ana na ilha de edição. O vídeo está cheio de *jokings* finos do nosso cotidiano no Ifcs nos finais do anos 1980. Ela gostava de mostrar o filme de 50 minutos aos alunos do curso de Sociologia III. Pela reação deles ao vídeo, sua maior ou menor curiosidade, avaliava o perfil mais ou menos combativo e militante da turma. Sua participação na produção cinematográfica fica evidente em *Casa-grande, senzala & cia. roteiro e diário*, belíssimo livro que organizou com o roteiro e o diário de *Casa-grande*, o filme que seria realizado por Joaquim Pedro de Andrade. O mais recente texto *Legados e tensões coloniais no cinema*, publicado em Portugal e lido no Congresso Luso-Afro-Brasileiro este ano, no Rio de Janeiro, traz uma análise refinada de filmes de Eduardo Coutinho, Rui Guerra e Joaquim Pedro de Andrade. Além disso, *Fotografando a moradia popular no Rio de Janeiro*, trabalho feito com seus alunos de iniciação científica evidencia seu interesse na docência. Sempre entusiasmada, os escritos sobre a sociologia rural, principalmente sobre o cerrado mineiro, foram evoluindo, desde 1988, para uma discussão sobre natureza e paisagem, sobre a reconversão da paisagem do campo, sobre o memória da paisagem, questões ambientais, ecológicas e políticas.

A produção da Ana me faz recordar um comentário de Simmel em que dizia que sua obra se espalhara de tal modo que cada pedaço provocava efeitos diferentes, sem que se lhe conhecesse mais a origem e o conjunto.

2. O CERRADO MINEIRO

Clareza forte mas no vazio? é o título de um escrito sobre *Corpo de baile*, de Guimarães Rosa, parte da pesquisa sobre o cerrado que apresentou em 1995 em congresso da SBS. Ana Maria foi uma das raras pesquisadoras do cerrado. Somente ano passado, quando assumimos juntas a tarefa e a responsabilidade de apresentar ao CNPq o projeto *As interpretações do moderno no Brasil – imagem e pensamento social*, me dei conta do quanto ela conhecia da região.

Nos últimos dias reli alguns artigos e anotações de pesquisa sobre o cerrado, inclusive o primeiro projeto cadastrado no registro geral dos projetos da UFRJ, escrito por Ana Maria em 1988, *Transformações sociais e modernização do cerrado mineiro*. Estava ela então interessada nas conseqüências da expansão do cultivo intensivo de grãos no cerrado e na análise das relações dos novos donos de terra com os antigos trabalhadores, a vida dos agregados excluídos e os camponeses expropriados. É curioso ver, na seqüência dos escritos, o cuidado da pesquisadora na leitura da primeira carta de sesmarias da região, dos relatos de viagem de Martius e Spix e de Saint-Hilaire, viajante que considerava o cerrado um imenso deserto. Daí evolui para o conhecimento do cerrado através da literatura de Guimarães Rosa. Em *Particulares de "Campo geral" novela de Guimarães Rosa*, um dos frutos da pesquisa, publicado pela revista *Estudos Cebrap* em 1994, Ana Maria argumenta contra a observação de Saint-Hilaire, dizendo que as transformações no cerrado tiveram como pressuposto a visão da região como deserta. Além disso, argumenta contra aqueles que julgavam que "os poucos habitantes não teriam o necessário espírito aventureiro, a coragem ou a mentalidade para lançar-se na conquista da região". Tomava assim partido no debate sobre a suposta inadequação do *ethos* brasileiro à vida moderna. A pesquisa do cerrado foi evoluindo e, nos últimos estudos, procurava analisar as imagens do telejornalismo sobre o cerrado através do programa *Globo Rural*. Tirou quatrocentas fotografias do cerrado com o intuito de discutir preservação da natureza, reconversão da paisagem e conflitos ambientais.

3. A PROFESSORA E SEUS ALUNOS

Nada do que Ana fez, escreveu ou produziu pode ser entendido sem a relação íntima com a docência. Seus trabalhos faziam sentido quando estavam associados à formação de seus alunos, com quem compartilhava todas as etapas dos escritos, dos vídeos, da fotografia, das pesquisas. Ela os levava para campo sempre que podia e eles freqüentavam sua casa para aprender a ver as imagens e conversar. A criação do Núcleo Audiovisual de Documentação (Navedoc) teve repercussão no curso de Ciências Sociais e se inscreveu em dissertações e teses do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), da UFRJ, associando a imagem ao ensino da sociologia. "Ana era uma professora mesmo", me disse uma de suas alunas recentemente, "ensinava e corrigia tudo". Em uma

homenagem a ela, por ocasião de uma cerimônia de formatura do curso de Ciências Sociais, afirmava-se de Ana que *"indicava os caminhos para a viabilização de seus projetos sem abrir mão da crítica sincera, construtiva e necessária (...) mostrava que era possível fazer um trabalho digno quando se acreditava no que se fazia e que as mudanças começavam no cotidiano"*.

Relembrando Ana, gostaria de retomar algumas palavras que Hannah Arendt disse quando morreu seu amigo, o filósofo Karl Jaspers. Naquela ocasião, Arendt disse que, quando um ser humano morre, tudo o que sabemos é o que nos deixou. Procuramos nos apoiar nos seus trabalhos e nas suas obras, mas eles não precisam de nós. São o que a pessoa deixou no mundo, que existia antes dela chegar e continua depois que ela morre. O que ocorre com a obra depende da direção que o mundo toma. Mas o simples fato de que essas obras representam uma vida vivida não se torna imediatamente compreensível e pode ser esquecido. É preciso então lembrar a vida daquela pessoa, o que lhe era mais peculiar, seu jeito, suas palavras, sua maneira de falar, seus gestos únicos. Através de nossas lembranças, das conversas sobre nossas lembranças, fazemos ressoar no mundo de novo aqueles que conviveram conosco.¹

Creio que é o que começamos a fazer juntos esta manhã. Com seu jeito especialíssimo de se mover no mundo, Ana deixa generosamente em nossa lembrança uma figura rica, sensível, cheia de humor e ironia fina.

HOMENAGEM A ANA MARIA GALANO

Roberta Sampaio Guimarães

No dia 7 de outubro de 2002, um importante ciclo se fechou na minha vida e na de muitos outros alunos que tiveram o privilégio de conviver com a professora Ana Maria Galano. Foi nesse dia que tivemos a certeza de que não ouviríamos mais suas tiradas espirituosas, não sentiríamos mais seu afeto sincero e que teríamos de ter, por nós mesmos, as esperanças que ela sempre depositou nos nossos projetos e na nossa capacidade de sermos pessoas melhores.

Para toda uma geração de alunos, Ana foi muito mais do que uma professora atenciosa e cumpridora de suas responsabilidades acadêmicas. Foi,

¹ Arendt, Hannah & Jaspers, Karl. *Briefwechsel* – 1926-1969. München: Piper, 1993.

antes, uma referência pessoal e intelectual, pois através de seu espírito contagiante ganhamos a percepção de um mundo cheio de cores, paixões e assuntos tão intensamente interessantes.

Nos oferecer o seu olhar sobre o mundo foi provavelmente o maior e mais especial presente de Ana. A liberdade de pensamento e de ação, a generosidade e o senso de justiça social eram traços tão marcantes de sua personalidade, que nós, seus alunos, mesmo sem nos darmos conta, éramos arrebatados por eles.

Lembro quando, após me formar em comunicação, soube do trabalho que Ana Maria Galano desenvolvia no Núcleo Audiovisual de Documentação (Navedoc), do Ifcs, e resolvi procurá-la. Ela me chamou para conversar em sua casa. Após alguns minutos de papo, fiz a pergunta que naquele momento mais me instigava: “era possível estudar fotografia nas ciências sociais?”. Ela riu satisfeita da minha questão e respondeu: “tudo o que é humano pode ser estudado nas ciências sociais”. Contando assim talvez pareça pouco, mas foi a partir desse dia que passei a perceber o estudo como algo que não tinha regra ou limite, que poderia ser reinventado infinitamente.

A Ana sempre tinha uma novidade. Um filme, uma foto, um livro incrível para mostrar. Era uma pessoa que de tão generosa cismava em emprestar seus livros mesmo reclamando de tantos outros que não haviam voltado. Sua casa estava sempre aberta para encontros, reuniões ou qualquer necessidade de seus alunos. Mesmo quando tinha pouco tempo e estava cheia de compromissos, o que era freqüente, dispunha-se a tirar dúvidas e a corrigir textos com um rigor muito afetuoso.

A capacidade afetiva da Ana não se restringia a seu círculo de relações pessoais ou profissionais. Era um afeto pela humanidade inteira, uma disposição teimosa de entender o outro e de gostar desse outro. Mas essa afetividade não se manifestava de maneira puramente contemplativa e suave. Porque ela era acima de tudo uma pessoa forte, que defendia suas idéias e convicções para além do que pudesse aconselhar todo o bom senso.

Seu espírito aguerrido foi o responsável pela construção de um trabalho difícil, mas, tenho certeza, extremamente gratificante para ela e para todos que nele se envolveram. Sua dedicação à academia não se restringiu a seus métodos pedagógicos. Seu rigor científico estava presente em cada texto e, até mesmo, na

sua fala tão corretamente articulada, onde não sobravam ou faltavam idéias ou objetivos.

O trabalho na área de sociologia da imagem que Ana Maria Galano desenvolveu durante a maior parte dos 18 anos em que lecionou no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (Ifcs/UFRJ) tornou-se referência intelectual. A busca constante de conhecimento conferiu a sua análise das representações visuais um reconhecido aprofundamento teórico e um apurado senso estético. Além disso, à frente do Navedoc, buscou, ao mesmo tempo em que desenvolvia seus projetos, formar toda uma geração de novos pesquisadores e produtores de imagem.

Por isso, tenho razões para acreditar que um novo ciclo se inicia agora. Porque a Ana não deixou apenas saudades; deixou também trabalhos e projetos muito concretos para serem encampados e prosseguidos pelos que fazem parte desta instituição. Não tenho dúvidas do quanto a Ana é insubstituível. Mas não se trata disso. Trata-se sim de encarar com seriedade o importante trabalho que ela teve a disposição e a coragem de iniciar.

É necessário que se olhe para o trabalho que desenvolvia com os alunos da graduação. Que se perceba a importância de um centro de estudos como o Ifcs formar pesquisadores e produtores qualificados na área de imagem. Existe hoje um grupo de cerca de vinte alunos envolvidos nas atividades do Navedoc, seja como bolsistas ligados a projetos audiovisuais, seja em grupos de discussão teórica, seja como produtores de vídeos documentários e etnográficos, ou mesmo como participantes do curso de fotografia oferecido pelo laboratório de pesquisa.

A atenção a esse núcleo tão vivo de idéias está nas mãos de todos. Somente o compromisso intelectual dos que fazem parte desta academia pode fazer que dele nasçam os frutos tão insistentemente cultivados por Ana.

HOMENAGEM PÓSTUMA A ANA MARIA GALANO

Natália Morais Gaspar

Querida Ana Maria,

Hoje, pensei, "vou produzir um texto para homenagear a Ana, na próxima quarta-feira". Soube logo que o computador não seria o meio mais

adequado, porque aquelas letras de máquina são muito impessoais. Além do mais, como você dizia, "o computador cria tantos problemas quanto soluciona". Peguei, então, meu caderno e minha caneta para uma tarefa aparentemente fácil: elogiar uma pessoa cheia de qualidades, agradecer a quem deveras me ajudou e ensinou, falar um pouco da produção intelectual de uma excelente socióloga, dotada de admirável sensibilidade estética e com uma participação política marcada pela rebeldia e pelo senso de justiça.

Mas não era tão simples. Logo vieram as lembranças e, com elas, as lágrimas. Lembranças das nossas reuniões do Núcleo Audiovisual de Documentação (Navedoc), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (Ifcs/UFRJ), que Juliana, ao se aproximar da sala para falar com você, achou tão animadas, pelas risadas que escutou. É que você tinha uma maneira tão peculiar, tão incisiva e verdadeira e, ao mesmo tempo, tão simples, irônica e sutil, de nos mostrar nossos erros, que acabávamos rindo de nós mesmos, achando graça até do nosso próprio desespero em cumprir prazos e exigências.

Não posso deixar de me lembrar com muito carinho dos momentos de irritação em que você reclamava das minhas frases longas demais, da minha incompetência em usar a Internet, das enrolações da Luísa e da Bianca, sempre fazendo mil coisas ao mesmo tempo, da caligrafia incompreensível do Luzimar, das divagações da Ariana. E da sua maneira tão autêntica de chamar a Eliska de Eliska, a xerox de fotocópia, o fascismo de fachismo e a etnografia de etnografia. Isso remete a sua preocupação em corrigir até mesmo os mais ínfimos erros de redação e, mais ainda, à certeza de que aprendi com você a importância de se escolher, exatamente, as palavras certas, para não sermos traídos por elas. As correções no canto das páginas, tão detalhistas e caprichosas, com a sua letra de professora, ficarão para sempre guardadas, como relíquias de um tempo delicioso que não volta mais.

Nem posso me esquecer do sorrisinho no canto da boca, meio sarcástico, ao tentar nos fazer compreender nossos equívocos teóricos e políticos. Como o comentário que você fez ao ler o primeiro rascunho da minha pesquisa no Sana, ainda na graduação: "Que interessante, esses ambientalistas, pessoas tão bem-intencionadas, movidas por valores... Mas cadê o povo desse lugar? Povo, aquelas pessoas que trabalham duro, de sete da manhã às cinco da tarde, tentando prover o seu sustento. Você precisa conhecê-los."

Choro por cada um desses momentos, impressos na memória, que, por serem tão cotidianos, talvez tenham parecido corriqueiros. Agora eles voltam ao pensamento com toda a força, e lamento profundamente não ter lhe dado um abraço muito forte cada vez que nos víamos.

Lembro, com imensa saudade, das aulas. Pequeninha, discreta, falando baixinho, você conseguia fazer-nos questionar nossas maiores certezas e instigar-nos a ir muito além das aparências. Alguns fugiam, talvez com medo de uma incursão tão profunda nos próprios pensamentos e tão reveladora destes. Mas aqueles que permaneceram, sem dúvida, cresceram e evoluíram. Alguns, ainda mais privilegiados, chegaram a conhecer a sua personalidade, conviver com o seu jeito de ser e, conseqüentemente, amá-la.

Lamento pelos novos alunos de ciências sociais, que não terão sequer a oportunidade de conhecê-la. Lamento não ter podido realizar meus planos de levá-la ao Sana. Não para trabalhar ou fazer pesquisa, mas para tirar umas férias e recuperar sua saúde desfrutando as delícias naturais hoje em dia tão apreciadas e disputadas.

Mas prefiro acreditar que, hoje, você se encontra em um estado em que todas as necessidades e vontades são satisfeitas. Em que você não precisa mais conviver nem se irritar com as imperfeições do mundo e das pessoas.

Um dia, cheia de pastas e livros debaixo dos braços, você disse que iria comprar um burrinho, para carregar suas coisas de casa até o Ifcs, confirmando as suas ligações com o mundo rural. Hoje, montada nesse burrinho, já sem cargas para transportar, você ruma, calma, firme e feliz, em direção às estrelas.

FORMAÇÃO DO ESTADO, CIDADANIA E IDENTIDADE NACIONAL: comentários sobre a formação do Estado moderno e a construção da Europa *

Carlos Augusto Teixeira Magalhães **

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo sintetizar as abordagens de Reinhard Bendix e Charles Tilly sobre a formação do Estado moderno na Europa. Ainda que existam diferenças significativas entre os autores citados, identifica-se uma importante semelhança entre eles, na medida em que entendem a especificidade do Estado moderno como resultante da construção concomitante e interdependente da burocracia estatal e da cidadania. Em seguida, discute-se o processo de unificação da Europa, relacionando-o com a constituição do Estado nacional moderno. Conclui-se que a realidade institucional representada pelo Estado nacional, particularmente o *welfare state*, é um dos fatores condicionantes da experiência de unificação europeia.

Palavras-chave: Estado-nação, cidadania, identidade, soberania, instituições.

ABSTRACT

This paper synthesizes Reinhard Bendix's and Charles Tilly's approaches about the modern state formation in Europe. In despite of other important differences, both authors point to a simultaneous and mutual building of state bureaucracy and citizenship as the hallmark of the modern state. Following, the Europe unification process is discussed and compared with nation-state building. The conclusion points to the nation-state as an institutional reality that presents a set of conditions, specially the *Welfare State*, to the European unification experience.

Keywords: nation-state, citizenship, identity, sovereignty, institutions.

* Trabalho final da disciplina "Estados nacionais, processos globais e descentralização", ministrada por Elisa P. Reis no primeiro semestre de 2002, no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS-UFRJ.

** Mestre em Sociologia pela UFMG e doutorando em Sociologia pela UFRJ.

INTRODUÇÃO

Na teoria sociológica, aparecem com frequência perguntas, influenciadas por Durkheim (1989), relacionadas à constituição das “sociedades”. Ainda que o próprio Durkheim faça uma diferenciação entre “grupos parciais” e “sociedade política”, na qual a segunda é vista como uma entidade mais abrangente que envolve os primeiros, não há uma discussão sistemática sobre o que vem a ser a realidade empírica a que se dá o nome de “sociedade”. O foco analítico é dirigido para o problema da solidariedade ou do vínculo social que torna a sociedade possível. Nas sociedades modernas, fundadas na solidariedade orgânica, existe uma diferenciação funcional complexa que exige uma regulação mais cuidadosa das funções sociais. Essa regulação pode ser realizada por um órgão central – um cérebro, de acordo com a metáfora orgânica –, que viria a ser o Estado. No entanto, não há maiores discussões sobre esse tema. Não se discute a relação entre esse “órgão central” e a “sociedade”, seja ela entendida como conjunto dos membros individuais, conjunto de instituições ou conjunto de funções diferenciadas e complementares.

Esse tema precisa ser abordado dado que, no mundo moderno, a idéia de sociedade, em sentido abrangente, confunde-se com a idéia de Estado e, especialmente, de Estado nacional. Não é simplesmente o caso de estabelecer uma definição ou outra para fins intelectuais, mas de entender como as palavras são utilizadas em um certo contexto e, mediante a utilização de certos termos, como a realidade é percebida e organizada pelos vários agentes interessados, sejam eles cientistas sociais, agentes do Estado, políticos ou cidadãos comuns (Dyson, 1980, p. 1). É possível identificar empiricamente “sociedades ordenadas”. A constituição dessas ordens sociais empíricas pode ser, fundamentalmente, estatal ou não estatal. Quando é não estatal, a ordem pode ser mantida por instituições infra-estatais ou supra-estatais. Enfim, é preciso analisar como os agentes envolvidos no processo de constituição e manutenção da ordem e os teóricos que o estudam compreendem essa realidade e como as diferentes “compreensões” se entrecruzam (Dyson, 1980, p. 52-53).

Nesse aspecto, acompanho a definição de Tilly, segundo a qual “os Estados são organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios” (1996, p. 46-47). De acordo

com essa definição, as cidades-Estado, os impérios e as teocracias seriam qualificados como Estados. As tribos, as linhagens, as firmas e as igrejas não estariam incluídas. Os *Estados nacionais* seriam casos específicos e raros em que múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades são governadas por meio de estruturas centralizadas, diferenciadas e autônomas. No entanto, adverte Tilly, o termo Estado nacional não significa necessariamente Estado-nação: *“um Estado cujo povo compartilha uma forte identidade lingüística, religiosa e simbólica”* (1996, p. 47).

De fato, continua o autor, após a Segunda Guerra Mundial, com a proliferação mundial de Estados nominalmente independentes, duas contracorrentes importantes começaram a se constituir. Por um lado, certas populações homogêneas que não formavam Estados distintos passaram a reivindicar sua autonomia como Estado. Por outro lado, surgiram, como uma força antagônica em relação à autonomia dos Estados nacionais constituídos, os blocos de Estados. Medidas como aquelas tomadas pela Comunidade Econômica Européia em 1992 (eliminação de barreiras econômicas), escreve Tilly (1975, 1996), podem significar uma redução importante da capacidade dos Estados membros de adotarem políticas independentes em termos de moeda, preços e emprego. Com isso, conclui-se que os Estados, da forma como passaram a se configurar do século XIX em diante, não durarão para sempre.

Podemos dizer, inspirados por Dyson (1980), que um aparato conceitual complexo é necessário para que possamos compreender o processo contínuo de transformação do Estado e de sua percepção conceitual, seja a dos agentes ou dos teóricos envolvidos com a questão. Autores dedicados ao problema da formação do Estado são sensíveis a esse ponto. Como nos mostram Bendix (1996) e Tilly (1975, 1996), analisando processos históricos longos e contínuos, corremos sempre o risco de apelar para uma explicação insuficiente, reificando certas categorias e definições. Ainda que a explicação dos processos em seu desenrolar seja de fato impossível, como já mostrava Weber, de modo que somos obrigados a reconhecer que em algum ponto teremos de “congelar” o processo histórico, estabelecendo relações entre aspectos definidos, é importante manter como objetivo primordial, na construção dos “tipos ideais”, o afastamento, tanto quanto possível, da reificação e substancialização de conceitos. Talvez seja verdade que a grande quantidade de formulações e argumentos sobre o Estado nacional e o seu futuro, que se multiplicam nas ciências sociais nos dias atuais, tenha como aspecto positivo

a imposição do reconhecimento de que não será possível compreender processos históricos complexos a partir de conceitos simplistas.

1. FORMAÇÃO DO ESTADO EUROPEU MODERNO

Neste trabalho, pretendo considerar especificamente as relações entre formação do Estado moderno (particularmente as mudanças ocorridas a partir do século XIX), cidadania, identidade nacional e soberania. Em primeiro lugar, examino as idéias de Bendix e Tilly sobre as questões mencionadas. Em seguida, estabeleço uma comparação, bastante preliminar, entre as formulações dos autores citados e a experiência da unificação européia, tendo como foco as questões já citadas da formação do Estado, da cidadania, da identidade nacional e da soberania.

De acordo com Tilly (1975), a Europa do ano de 1500 compartilhava de algumas condições que deram ao processo de formação do Estado no continente uma uniformidade singular. Basicamente, havia uma homogeneidade cultural que resultava do Império Romano. Com isso, tornou-se mais fácil a difusão de modelos organizacionais, a expansão dos Estados em novos territórios, a transferência da população de um Estado para outro, a movimentação de pessoal administrativo de um governo para o outro. Além disso, havia uma base camponesa desintegrada, ligada à figura do “senhor de terras”, que atuava como uma espécie de parasita, fazendo a intermediação entre os camponeses e o soberano. Dessa maneira, os *state-makers* europeus não tiveram que lutar muito contra linhagens organizadas, famílias ou tribos. A figura central com quem tinham de lidar era o “senhor de terras”, que exercia a dominação e a coerção sobre a população camponesa. Nesse mundo camponês, as cidades já apareciam como centros de comércio, comunicação, administração e manufatura. Nelas já se estabelecera também uma burguesia urbana que mantinha vários laços com o campo. Assim, a Europa nesse período apresentava uma rede “complexa”, envolvendo o campo e a cidade, e voltada para a produção de riqueza, aspecto que possibilitou e orientou as ações dos *state-makers* para obter recursos destinados a sustentar os seus objetivos.

Do ponto de vista político, os Estados emergem de uma estrutura descentralizada, porém uniforme, que apresentava duas características principais. Em primeiro lugar, existiam “assembléias deliberativas” locais que podiam competir com o soberano pelo poder de decidir. Em seguida, havia a presença de uma resistência ao poder do soberano, a qual poderia vir de pessoas ordinárias pressionadas a entregar homens, trabalho, bens, dinheiro, lealdade e terra para os Estados emergentes; de autoridades estabelecidas forçadas a abrir mão ou a dividir

o seu poder; ou de pretendentes rivais à soberania. De acordo com Tilly (1975), a constituição do poder real significou a cooptação, subordinação ou destruição dessas instituições e resistências. E, segundo o autor, a implementação desse programa absorveu a maior parte da energia dos reis do século XVII.

Tornam-se visíveis algumas condições e conseqüências do processo de formação do Estado: 1) a homogeneidade relativa da população, sem uma integração muito forte baseada em relações de parentesco; 2) coalizões fortes entre o poder central e os representantes da elite rural; 3) expansão das relações de propriedade e produção capitalistas; 4) disponibilidade de recursos econômicos; 5) capacidade de fazer e de ser bem-sucedido na guerra. Esta última condição é crucial para a formação do Estado, na medida em que é através da guerra e da coerção que as demais condições se tornam efetivas e podem ser aproveitadas.

A situação de guerra quase permanente leva a uma expansão contínua das forças armadas, o que, por sua vez, faz que os esforços para extrair recursos da população e dos produtores sempre se renovem. A necessidade de conseguir recursos leva ao desenvolvimento de burocracias e à inovações administrativas, que acabam por provocar resistências entre aqueles que se sentem prejudicados. Diante das resistências, o Estado aumenta a coerção, que reativa a conexão entre os itens listados, promovendo o incremento da “extratividade” pelo aparelho estatal.

Se levarmos em consideração que uma população homogênea tem maior probabilidade de permanecer leal a um regime do seu próprio tipo e de resistir à dominação externa, podendo ser “taxada” e controlada mais facilmente, então nos aproximamos da idéia de que haveria um incentivo fiscal e militar para a extensão da participação política. De acordo com Tilly (1975), além de um certo nível de construção do Estado, os construtores descobriram que era preciso um grande incremento na lealdade, no compromisso e no consentimento da população, para que se pudesse aumentar o poder estatal, e que somente comum substancial incremento da participação seria possível alcançar tal objetivo. Permitiu-se, assim, um envolvimento muito maior da população nos assuntos de governo, e os governantes viram-se comprometidos em atividades de distribuição e redistribuição (de recursos, de serviços, de oportunidades, de justiça) ou, em outras palavras, de construção nacional.

No texto de apresentação do livro *The formation of national states in Western Europe*, Tilly procura evitar aspectos pertinentes ao processo de

construção nacional, afirmando que *“essa questão é controversa, mas o modo como o livro foi pensado e realizado impede a consideração do argumento em detalhes”* (1975, p. 80). No entanto, no livro *Coerção, capital e Estados europeus* (1996), o autor dedica um dos capítulos aos “cidadãos”, e sua argumentação sobre a configuração final do Estado europeu moderno, a meu ver, se aproxima, não obstante algumas diferenças importantes, da de Bendix (1996).

Pode-se dizer que ambos os autores enfatizam o fato de que antes do século XVII os súditos eram governados indiretamente pelos Estados, por meio de intermediários que muitas vezes detinham grande autonomia e poder para obstruir as iniciativas estatais que não estivessem de acordo com seus interesses. Assim, uma parte crucial do processo de formação do Estado moderno é, exatamente, a constituição do governo direto.

Segundo Tilly (1996), um dos fortes incentivos ao governo direto teria sido a intenção e a necessidade de estabelecer exércitos permanentes recrutados entre a população nacional. O recrutamento doméstico, como alternativa à contratação de mercenários, por um lado reduziu custos. Por outro, atrelou o Estado a responsabilidades cada vez mais amplas, como provisão de alimentos, de moradia, de ordem pública, de saúde e educação e de justiça, que antes eram responsabilidades próprias de esferas locais e privadas. Estes itens poderiam, de acordo com Tilly, ser classificados como encargos não-planejados que acabaram sendo assumidos pelo Estado na busca pelo governo direto.

De acordo com o mesmo autor, durante a instalação do governo direto com o objetivo de aumentar o poder do Estado, os governantes procuraram homogeneizar suas populações. Em uma população homogênea, seria mais fácil a identificação dos cidadãos com os seus governantes, a comunicação seria facilitada, a inovação administrativa bem-sucedida teria maior chance de repetir o sucesso em outras situações e a consciência de pertencimento a uma realidade comum poderia contribuir para a união contra um inimigo comum. É possível afirmar que a necessidade de lutar contra inimigos externos tenha sido uma das forças que contribuíram para o processo de homogeneização. A homogeneização e o governo direto, por sua vez, representam fatores importantes para o surgimento do nacionalismo, entendido especificamente como mobilização em torno da identificação com o Estado, que não só extrai recursos, mas os devolve, de alguma forma, à população (Tilly, 1996).

Bendix (1996) entende que no Estado-nação moderno o cidadão encontra-se em uma relação direta com a autoridade soberana do país, diferente da situação pré-moderna, em que se estabelece uma relação mediada por algum tipo de soberano local, de modo que a grande maioria das pessoas não se encontra numa relação legal ou política com a autoridade do Estado. Há uma transformação importante quando as relações tradicionais entre as classes se rompem e emerge um novo tipo de “autoridade individualista”. Nesse momento, surgem reivindicações e protestos em favor da igualdade de direitos para todos os cidadãos. A construção da nação coincide, então, com a codificação dos direitos e deveres dos membros considerados cidadãos.

Inicialmente, estabelecem-se os direitos relativos à igualdade perante a lei. Todas as pessoas têm o direito de agir como uma unidade independente. No entanto, a lei define a capacidade legal, mas não diz nada sobre a habilidade para usá-la. Ao lado dos direitos civis, permanece a desigualdade econômica e social. Nesse sentido, é crucial para o processo de construção de uma autoridade nacional, a entrada das classes baixas na arena da política nacional. Esta entrada se dá a partir do estabelecimento do direito de formar associações e de receber uma educação básica, sem os quais não fariam sentido os direitos de participação política.

Simultaneamente à crise de legitimidade das relações tradicionais de autoridade, ao desenvolvimento das idéias de igualdade, à expansão dos direitos de cidadania e à entrada das classes inferiores na arena política – que culminam com o estabelecimento da autoridade individualista – constitui-se uma burocracia estatal fundada nos princípios da hierarquia, da impessoalidade e da regulamentação legal e administrativa. A constituição dessa burocracia estatal, composta por um quadro de funcionários formado independentemente das relações aristocráticas tradicionais, é o que permite à autoridade individualista configurar-se como autoridade de âmbito nacional. Assim, como mostra Reis (1996, p. 23), ao identificar a burocratização da autoridade pública e a extensão da cidadania como movimentos simultâneos e recíprocos, Bendix nos proporciona o entendimento da característica distintiva da organização da comunidade política moderna, que seria a simbiose construída entre o Estado e a nação.

Acredito que as formulações de Bendix e Tilly se aproximam na medida em que identificam como característica peculiar do Estado europeu moderno a combinação da construção do Estado e a construção nacional. O Estado – entendido

como uma burocracia administrativa impessoal legalmente regulamentada – só é legítimo e completo quando se combina com a nação – entendida como uma população assistida por direitos de cidadania estendidos a uma ampla maioria.

Não quero afirmar que os dois autores têm a mesma opinião. Há diferenças importantes entre eles, como já mencionei. Nesse aspecto, Tilly (1975-1996) percebe a construção do Estado e a construção nacional como dois processos a princípio independentes, mas que podem estar unidos em contextos históricos específicos. Na constituição do Estado europeu moderno, a construção nacional, de acordo com Tilly, surge como uma necessidade a partir do momento em que o Estado precisa legitimar e, assim, conseguir o consentimento de seus membros para uma extração cada vez mais intensa de recursos, que tem como objetivo completar e consolidar a sua própria construção.

Para Bendix (1996), a questão não se coloca em termos de que, a partir de certo momento, o Estado ou os *state-makers* percebem que é necessário construir uma nação para legitimar sua força coercitiva e extrativa. Na verdade, para Bendix (1996), como já foi mencionado, a novidade da organização da comunidade política moderna está exatamente na simbiose entre Estado e nação. As duas dimensões constituem-se simultaneamente e em uma relação de reciprocidade. No entanto, penso que a conclusão comum aos dois autores – de que a peculiaridade da organização política europeia é o Estado nacional – é mais importante que as diferenças que os separam.

É também significativo que ambos os autores considerem que o resultado final do processo de construção do Estado nacional é, até certo ponto, contingente e historicamente singular. Essa percepção é de fundamental importância, na medida em que nos afasta da idéia equivocada de que aquilo que ocorreu durante a formação do Estado europeu moderno poderia repetir-se em outros momentos e contextos históricos.

A idéia de contingência e singularidade do processo de formação do Estado europeu moderno pode levar ao questionamento sobre a importância desse tipo de estudo histórico, por se restringir e limitar às particularidades de uma seqüência de eventos única que não se repete. Acredito que esse questionamento não tem procedência. O estudo de processos históricos singulares se justifica na medida em que nos proporciona um refinamento das ferramentas conceituais que utilizamos para compreender a realidade e, assim, não tem uma importância restrita. Pelo contrário, o aparato conceitual construído no estudo de uma realidade

histórica singular pode ser muito útil na compreensão de outras situações, até mesmo pela possibilidade de contraste que proporciona.

Na próxima seção, procuro analisar, ainda que de forma muito superficial, a constituição da União Européia, contrastando-a com o processo de formação do Estado nacional europeu, o que não significa estabelecer expectativas de que os processos se repetirão de forma mais ou menos completa. Significa, na verdade, utilizar um aparato conceitual construído para compreender uma situação singular como base para avaliar uma nova situação que, embora possa apresentar algumas semelhanças com anterior, mesmo porque ela se dá sobre esse fundamento, não é a sua repetição.

2. A UNIFICAÇÃO DA EUROPA E OS ESTADOS NACIONAIS

De acordo com Castells (1999, p. 386), a União Européia é o resultado de iniciativas políticas e da criação de instituições cujos objetivos seriam, em três momentos diferentes, o de defender os países membros da possibilidade de um novo conflito armado nos anos 1950, da ameaça de colonização econômica e tecnológica pelos Estados Unidos nos anos 1980 e da necessidade de redefinir a integração européia diante do novo contexto geopolítico marcado pelo fim do comunismo, da Guerra Fria e pela reunificação alemã. De acordo com o autor, *"em todos os três casos, o objetivo era político, e os meios para alcançar esse objetivo eram acima de tudo medidas econômicas"* (Castells, 1999, p. 386).

Assim, passamos da Comunidade Européia do Carvão e do Aço para a Comunidade Econômica Européia, que se tornou Comunidade Européia e veio a ser, posteriormente, renomeada como União Européia. O novo nome procura simbolizar o aprofundamento do processo de integração econômica e política, apesar de a questão da "supranacionalidade" ser ainda evitada. Na verdade, de acordo com Castells (1999, p. 392), a diversidade de situações e de interesses entre os Estados membros em negociação leva a diferentes níveis de integração, dependendo dos países e dos problemas que se colocam. Cria-se, segundo o autor, *"uma geometria variável de construção européia"* que contribui para a construção da integração na medida em que impede confrontos abertos entre países e permite que sejam tratadas as questões decorrentes da globalização e da identidade cultural. Dois processos que, segundo Castells (1999), promovem a integração, ao mesmo tempo em que se opõem a ela.

Na Europa, as ameaças percebidas como decorrentes da globalização são evitadas com a ampliação dos poderes da União Européia. No entanto, como a globalização desperta reações fundamentadas em princípios de identidade nacional e territorial, a hostilidade dos cidadãos em relação à integração é fortalecida. Ainda mais quando as propostas de ajuste econômico, flexibilização dos mercados de trabalho e redução do Estado de bem-estar social são vistas como condições necessárias para a adaptação da União Européia à globalização (Castells, 1999, p. 401). Segundo Castells, a coincidência entre a intensificação da integração e a estagnação econômica, gerando desemprego e aumento na desigualdade social nos anos 1990, fez parte significativa da população européia passar *"a afirmar suas*

nações contra os respectivos Estados, considerados cativos da supranacionalidade européia” (1999, p. 401). Assim, de acordo com Waeber (1995),

(...) a capacidade de as nações garantirem a própria sobrevivência é que determinará se a integração européia poderá ter continuidade ou não. Uma nação só permitirá a integração quando estiver segura de que sua identidade nacional não será ameaçada (...). Se uma nação sentir que só será capaz de sobreviver mediante uma correspondência direta com um Estado soberano e independente (...) impedirá uma maior integração (apud Castells, 1999, 401).

Para Castells (1999), o nacionalismo constitui um obstáculo à integração da Europa porque impede o desenvolvimento de uma cidadania européia. Devido ao declínio da democracia e da participação política dos cidadãos nas instituições européias e à insegurança provocada por uma realidade multiétnica e multicultural os cidadãos procuram proteção em seus países e fortalecem as suas nações (1999, p. 402). Assim, a construção de uma união “política” da Europa, mais abrangente do que uma união econômica, só poderia prosperar se o nacionalismo pudesse ser administrado e acomodado. Diante das dificuldades de se fazer essa acomodação e do pouco entusiasmo dos cidadãos da maioria dos países em relação à unificação, é admirável o avançado estágio que o processo de integração atingiu, escreve Castells. Para o autor, a explicação dessa situação estaria no fato de que a União Européia não supera os Estados nacionais participantes, na verdade constitui-se como um instrumento utilizado por Estados para garantir a sua sobrevivência. Se os Estados nacionais abrem mão de parte de sua soberania, isso acontece em troca de uma maior força em assuntos internacionais e internos no contexto da globalização (1999, p. 405).

De acordo com Castells, a expressão institucional da União Européia, com sua complexidade e flexibilidade, possibilita a acomodação de interesses diversos e transitórios de diferentes países e de diferentes orientações políticas dos partidos que, porventura, vençam as eleições governamentais. Assim, se constituiria um sistema em que as lógicas federal e confederativa poderiam coexistir. Para Alonso Zaldivar (1996),

(...) em questões de defesa, polícia e gastos públicos, a lógica confederativa poderia prevalecer; em política

monetária, comércio, residência e circulação de capital, de bens e de pessoas, a atuação da União Européia estaria mais próxima do federalismo ou da supranacionalidade. Outros assuntos como política externa, meio ambiente, tributos e imigração ocupariam uma posição intermediária (apud Castells, 1999, 406).

No entanto, adverte o autor, não será um trabalho de engenharia política conduzido por burocratas esclarecidos que vai produzir essa realidade, pois é necessário que esta seja aceita pelos cidadãos.

Para Castells (1999, p. 409), se a condição para a aceitação da unificação passar pela constituição de uma identidade européia e se, na ausência dessa identidade, não se conseguir nada mais do que um mercado comum, então a situação se tornará bastante problemática. A identidade não poderá ser construída com base na religião ou no cristianismo, não poderá ser construída com base na democracia, não poderá ser construída com base em alguma etnia ou mesmo nacionalidade, da mesma forma que não poderá ser construída com base na economia. Para o autor, há alguns valores comuns entre os europeus que poderiam representar embriões de uma identidade européia, mas tal identidade só virá a existir se esses embriões encontrarem expressão política.

Para Leibfried & Pierson (1994), a Europa está ganhando algumas características de uma entidade supranacional, com competências burocráticas transnacionais, um controle judicial unificado e uma autonomia significativa para desenvolver, modificar e sustentar políticas. No entanto, a União Européia não é um Estado e não virá a ser no futuro previsível. Mesmo que a integração tenha produzido uma relação mais aprofundada do que a de uma simples zona de livre comércio, não é certo o destino do que é chamado pelos autores de um “*pool* de soberanias”.

Em relação à construção de uma união política forte, o caminho mais promissor seria o desenvolvimento de uma cidadania européia; no entanto a dimensão social da União Européia é ainda rudimentar, escrevem os autores. Suas políticas têm tido uma clara orientação para o mercado. Além disso, os autores apontam vários obstáculos ao desenvolvimento de uma Europa social. O primeiro deles seria a fragmentação das instituições políticas européias. No caso das regras de votação, por exemplo, devido à exigência de unanimidade e ao poder de veto dos membros, é muito mais fácil sustentar uma não-decisão do que iniciar políticas.

Em segundo lugar, forças social-democráticas que estiveram presentes e foram, até certo ponto, importantes na formação do *welfare state*, como os partidos de esquerda e as confederações sindicais, estão ausentes ou são fracas no contexto da União Européia. O terceiro obstáculo seria a heterogeneidade da Europa. A desigualdade entre os países membros faz os mais pobres, que consideram o “trabalho barato” a sua maior vantagem competitiva na disputa por investimentos empresariais, rejeitarem as políticas sociais generosas, pois ao elevarem o nível social de sua população, poderiam encarecer a mão-de-obra e, com isso, dificultar seu desenvolvimento. E finalmente, em quarto lugar, talvez o obstáculo mais importante, está a presença prévia do *welfare state* nacional. Na medida em que o desenvolvimento do *welfare state* é um componente central do processo de formação e consolidação do Estado europeu moderno, possibilitando e promovendo sua legitimação política e a centralização do controle dos recursos econômicos, os Estados membros resistem à sua desconstrução em favor de um Estado de bem-estar europeu. A construção deste, em detrimento do nacional, o que implicaria uma transferência do controle fiscal para a União Européia, representaria um forte golpe para a soberania do Estado nacional.

Segundo Leibfried & Pierson (1994), considerando a concepção clássica de *welfare state*, em que os direitos aos benefícios sociais são individualizados, a União Européia ainda está longe de alguma conquista significativa. Para os autores, uma perspectiva do futuro da cidadania européia não pode ser exata, no entanto há hipóteses sobre os tipos de iniciativas que podem vir a ser tomadas. Uma delas seria a de que a intervenção social européia deve tomar a forma de uma regulação legal que estabeleceria mandatos a serem cumpridos no âmbito nacional. Outra diria que medidas sustentadas ou, pelo menos, consentidas pelo setor empresarial, que estaria buscando regularidade e previsibilidade no mercado, poderiam ser favorecidas. Enfim, conclui-se que a constituição de um regime de *welfare state* nacional é condicionante da experiência de construção de uma “Europa social” e, conseqüentemente, de uma união política mais profunda do que ser apenas uma zona de livre comércio.

CONCLUSÃO

Tsebelis (1999) propõe que a construção da União Européia seja teoricamente abordada a partir do modelo da “análise institucional”, mais apropriado do que os convencionalmente utilizados, isto é, o intergovernamentalismo e o neofuncionalismo. De acordo com o autor, o primeiro modelo considera que os governos são os tomadores de decisão finais na União Européia, eles definem o processo de integração e seus limites. O segundo considera que os governos não são os únicos atores importantes na União Européia. Nesse modelo procura-se analisar o processo pelo qual atores políticos são persuadidos a deslocar sua lealdade, expectativas e ações políticas do plano nacional para um centro maior que ultrapassa os Estados nacionais preexistentes.

Para a abordagem institucional, o foco principal está na estrutura institucional da União Européia. Nesta concepção consideram-se três elementos da teoria dos jogos: os “jogadores” envolvidos na interação, suas “estratégias” e os “*payoffs*” que recebem ao final da interação. As “estratégias” dependem da seqüência de movimentos que define o jogo e das escolhas e informações que cada jogador detém. De acordo com Tsebelis (1999), esses parâmetros são determinados pela “estrutura institucional da situação”. Considerando que as instituições determinam as escolhas dos atores, as seqüências de movimentos e as informações que eles controlam, estruturas institucionais diferentes produzirão diferentes estratégias e diferentes resultados. O estudo das instituições pode levar à compreensão sobre a ocorrência de certos resultados. Enfim, sem entrar mais profundamente na discussão apresentada por Tsebelis (1999), é interessante mencionar a sua observação de que as decisões estratégicas só levariam a conseqüências não desejadas quando os jogadores não detivessem toda a informação em relação ao contexto.

Comparando-se o processo de formação do Estado europeu moderno com a construção da União Européia, a partir do modelo de análise institucional apresentado por Tsebelis (1999), podemos identificar alguns pontos interessantes. Assim, há um contraste importante entre as duas experiências no que concerne à realidade institucional presente em cada uma das situações. Considerando principalmente o trabalho de Tilly (1975), é possível notar que uma das características da Europa pré-moderna relacionada com a formação do Estado nacional é justamente uma espécie de “baixa institucionalização” da vida política

naquele momento. A população era homogênea, porém não havia vínculos de parentesco mais fortes; havia coalizões entre o poder central e a elite rural, mas essas coalizões eram frágeis e instáveis; as relações de produção capitalistas estavam se expandindo, mas não se encontravam ainda completamente consolidadas, e assim por diante. Justifica-se a afirmação de Tilly (1975) de que no início do processo ninguém poderia antecipar o seu resultado final. Justifica-se, também, a idéia de que muito da realidade institucional do Estado nacional veio à tona como resultado não antecipado de decisões dos *state-makers*, mesmo porque não havia uma quantidade satisfatória de informações que pudesse orientar as escolhas.

Em relação à construção da União Européia, a realidade é completamente diferente. Há um contexto institucional bastante desenvolvido que interfere nas estratégias escolhidas pelos atores políticos envolvidos. Assim, o Parlamento Europeu, o Conselho da União Européia, a Comissão Européia, o Tribunal de Justiça, entre outras, são instituições com regulamentações próprias que conduzem os processos de construção da Europa. De acordo com Tsebelis (1999), essas instituições podem ser estudadas como variáveis independentes – seriam analisados os seus efeitos – ou como variáveis dependentes – seriam estudadas as suas origens.

Além disso, acredito que, ao darmos uma conotação sociologicamente mais ampla à idéia de “instituições”, podemos refletir sobre o modo como a própria formação e presença dos Estados nacionais marca o processo de construção da Europa unificada de forma bem específica, na medida em que constitui um *background* institucional bastante desenvolvido e complexo. A diferença entre a experiência de unificação européia e o processo de formação do Estado nacional estaria, quanto à dimensão institucional, no fato de que, no segundo caso, como já foi mencionado, o *background* institucional menos consolidado, próprio da Europa pré-moderna, seria menos condicionante. Assim, é possível afirmar que a base institucional sobre a qual se construiu o Estado moderno tinha uma origem mais espontânea, menos consciente e menos acabada, o que proporcionou maior maleabilidade e menor possibilidade de antecipação sobre o futuro. Por outro lado, a base institucional sobre a qual se constrói a Europa unificada é composta por instituições criadas de forma consciente e planejada para sustentar o Estado nacional e, por isso, representariam um fator condicionante mais decisivo e mais previsível das experiências subseqüentes.

O mais importante nesse aspecto, diante do que foi discutido neste trabalho, parece ser o desenvolvimento de uma cidadania nacional como corolário do Estado moderno. Nesse sentido, é importante levar em consideração, como vimos com Castells (1999), que a cidadania nacional, numa época de globalização, se fortalece na medida em que dá uma impressão de segurança às pessoas, ao mesmo tempo em que a “europeização” pode parecer uma adesão, da parte dos Estados nacionais, à realidade incerta e insegura do mundo globalizado. Assim, enquanto o sentimento nacional, aqui entendido como uma realidade institucionalizada que tem sua origem no processo de formação do Estado moderno, for relevante, a construção europeia não deve alcançar o nível de formação de uma identidade cultural supranacional.

Se na abordagem de Castells (1999) utilizamos a noção de “instituição” de uma forma muito ampla, o que poderia nos afastar do modelo de análise institucional de Tsebelis (1999), o trabalho de Leibfried & Pierson (1994) mostra, por sua vez, que a institucionalização da cidadania nacional é uma realidade bastante específica, que interfere intensamente nas decisões no âmbito da União Europeia. Nesse caso, a forma concreta da institucionalização de uma cidadania nacional seria o *welfare state*, que foi e é fundamental como fator de legitimação do Estado moderno. Na medida que o Estado nacional tenha algum tipo de “instinto de sobrevivência”, que pode ser alimentado pelos políticos, pelos burocratas ou mesmo pelos eleitores, as políticas sociais nacionais, bem como a capacidade fiscal necessária para sustentá-las, tornam-se recursos da maior importância no embate entre Estados nacionais e uma Europa unificada. Dessa forma, a União Europeia parece se configurar, não como um “superestado” nacional ou como uma nova forma de organização política pós-estatal, mas como uma realidade em que os Estados nacionais, para se fortalecerem no contexto da economia e da geopolítica contemporâneas, são obrigados a se superarem, perdendo, inclusive, parte de sua soberania. Entregar parte da soberania a uma entidade supranacional sem ser engolido por ela torna-se um exercício complexo a ser praticado pelos Estados membros. Nesse exercício, a engenharia institucional, a definição de estratégias, a antecipação das conseqüências das escolhas são de fundamental importância.

Referências Bibliográficas

- ALONSO ZALDIVAR, Carlos. *Variaciones sobre un mundo en cambio*. Madri: Alianza, 1996.
- BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudanças*. São Paulo: Unesp, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz & Terra, 1999.
- DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, 1989. (Publicado originalmente em 1897).
- DYSON, Kenneth. *The state tradition in Western Europe*. Nova York: Oxford University Press, 1980.
- LEIBFRIED, S. & PIERSON, P. The prospects for social Europe. In: SWAAN, A. *Social policy beyond borders*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 1994.
- REIS, Elisa. Reinhard Bendix, uma introdução. In: BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Unesp, 1996.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. Reflections on the history of European state-making. In: TILLY, Charles (ed.). *The formation of national states in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- TSEBELIS, George. Institutional analyses of European Union. *European Community Studies Association Newsletter*, Spring, 1999.
- WAEVER, Olé. Identity, integration and security: solving the sovereignty puzzle in EU studies. *Journal of International Affairs*, v. 48, n. 2, p. 1-43, 1995.

DA NEGAÇÃO À PARCERIA: breves considerações sobre as relações ONGs-Estado

Daniel Soczek *

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar alguns aspectos da trajetória das ONGs no Brasil, no que diz respeito às suas relações com o Estado. Num primeiro momento, a partir da década de 1970, esta relação foi marcada pela negação/contraposição ao Estado. A partir dos anos 1990 este movimento inverte-se, quando estas entidades assumem um papel de parceria com o Estado e controle por este. Aprofundar e ampliar esta recente forma de experiência cidadã é imprescindível para a consolidação do processo democrático em nosso país.

Palavras-chave: ONGs, sociedade civil, democratização, parceria, controle do Estado.

ABSTRACT

The objective of this article is to present some aspects of the NGOs' way relations with the State. In the first moment, from the seventy's decade, this relationship was marked by the negation and contraposition to the State. From the ninety's decade on, this collective groups adopts the paper of the State's association and control. The deepen and extend this new form of citizen experience is essential for the consolidation of the democratic process in our country.

Keywords: NGOs, civil society, democratization, association, control of the State.

* Mestre em Sociologia das Organizações pela Universidade Federal do Paraná – UFPR; doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; professor de Sociologia no Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE.

INTRODUÇÃO

Um olhar atento à realidade nacional nos permite constatar que, nas últimas três décadas, houve um impressionante e contínuo crescimento de ONGs – organizações não-governamentais – em termos não apenas da quantidade de organizações bem como da qualidade de seu trabalho, como podemos atestar pelas pesquisas realizadas por associações e fundações como a Associação Brasileira de ONGs – Abong e a Fundação Getúlio Vargas– FGV, como também pelos trabalhos de pesquisadores do gabarito de Scherer-Warren (1993, 1994, 1998, 1999), Fernandes (1994), Landim (1996), Gohn (1997, 2000), Tenório (1997), Roche (2000), Santos (2000, 2002) entre outros. Em paralelo à discussão nos meios acadêmicos, paulatinamente os meios publicitários têm propiciado, principalmente a partir do início dos anos 1990, uma maior visibilidade destas organizações, divulgando seu *modus operandi*, às vezes elogiando e não raras vezes criticando aspectos duvidosos acerca dos interesses últimos destas organizações. Bem ou mal, as ONGs parecem estar estabelecendo um novo paradigma *de e para* a organização da sociedade.

Concomitantemente à difusão da sigla ONG, chega a ser paradoxal que a discussão sobre estas organizações esbarre na inexistência de uma delimitação conceitual apropriada do termo, devido, quiçá, ao dinamismo e à pluralidade das ações por elas desenvolvidas, materializada em sua extrema heterogeneidade no formato, na consistência/flexibilidade institucional e nos objetivos a serem alcançados diante das demandas de contextos específicos.¹ Como resultado, suas ações vêm contribuindo significativamente para uma melhoria dos quadros sociais – que podemos situar nos âmbitos de *empowerment social* e *cidadania* – num contexto de (re)democratização de nosso país. Como destaca Cardoso, “suas práticas não significam apenas a negação dos valores tradicionais, mas a própria afirmação de novas formas de vida, de uma nova cultura, como parte fundamental de uma nova sociedade” (1996, p. 97).

¹ Quanto ao surgimento da desinência ONG, em termos internacionais, Montenegro (1994) e Menescal (1996) a situam na década de 1940, em documentos da ONU. Ainda que o conceito seja utilizado internacionalmente e que tenha algumas características gerais comuns, como a data de seu surgimento e a forma de atuação nos diversos países, estas organizações possuem características específicas nos diferentes locais em que surgem e atuam, decorrentes de contextos políticos, econômicos e sociais diversificados, e abrangendo, portanto, demandas diferenciadas. Conseqüentemente possuem formas de atuação específicas, ainda que os princípios de igualdade e solidariedade, entre outros, sejam um elemento comum nestas organizações. Segundo Scherer-Warren, nos países desenvolvidos haveria uma ênfase nos trabalhos no campo da filantropia e altruísmo. Já nos países em desenvolvimento e do Leste Europeu, o destaque de sua atuação seria dado aos projetos de reconstrução da sociedade civil, enfatizando as “questões de cidadania, democracia, organização, autodeterminação popular e justiça social” (1994, p. 7).

O problema da inexistência de uma delimitação conceitual objetiva destas organizações gera dificuldades analíticas em relação à tênue e, do nosso ponto de vista, necessária separação entre ONGs e outras organizações/movimentos da sociedade civil bem como do chamado terceiro setor.² No âmbito específico das ONGs, as dificuldades de ordem analítica apresentam-se em duas grandes esferas: barreiras de ordem epistemológica – gerada pela crise nos paradigmas clássicos de análise da sociedade – e metodológica – dada a multiplicidade de organizações e objetivos. Por isto existe uma clara dificuldade em estabelecer um conceito ao mesmo tempo abrangente e explicativo do fenômeno, a fim de que se possa compreender estas entidades.

Para se ter um exemplo destas duas categorias de problemas, as entidades que genericamente agregamos sob o conceito ONG já foram diferenciadas em ONGs do Norte ou do Sul (Scherer-Warren, 1994, p. 7) e segundo as pesquisas de Montenegro (1994, p. 13), podem ser designadas como Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento – ONGD, Associações Privadas de Desenvolvimento – APD, ONGs Progressistas – ONGPs, ou ainda como Organizações Voluntárias – OVs,³ para citar apenas alguns exemplos. Além dos problemas oriundos da polissemia conceitual que envolve estas entidades, multiplicam-se no âmbito acadêmico o número de pesquisadores que em livros, congressos e palestras têm se preocupado em tratar das ONGs como consequência ou em paralelo aos movimentos sociais ou como metamorfose ou renovação destes, dando origem, por exemplo, ao conceito de “novos movimentos sociais”,⁴ enquanto outros autores, como Gohn, optam por uma distinção entre movimento social e ONG.⁵

² Segundo Fernandes, o terceiro setor é “composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, no âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo seu sentido para outros domínios, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil” (1997, p. 27). Assim, o terceiro setor envolve, além do trabalho desenvolvido por ONGs, os projetos de filantropia mantidos por empresas, fundações e associações, que não se denominam ONGs necessariamente. O conceito de terceiro setor pode ser aprofundado teórica e juridicamente nos Cadernos de Administração da PUC (2000) e em Szazi (2000).

³ A necessidade premente de sua categorização levou diferentes autores se preocuparem em nominar estas organizações, delimitando-as conceitualmente. Entretanto, isto trouxe um efeito contrário inesperado, gerando um problema de polissemia no trato destas organizações que, além de não solucionar o problema, acarretou mais dificuldades à sua delimitação.

⁴ Reflexões consistentes e aprofundadas a respeito do conceito de “novos movimentos sociais” podem ser encontradas em Scherer-Warren (1993).

⁵ Segundo Gohn, “As organizações são institucionalizadas, os movimentos não. Elas podem ter sistemas de relações internas formais, pouco burocratizadas, mas precisam ser, no mínimo, eficientes. Elas têm de se preocupar com a perenidade para sobreviver e ter um cotidiano contínuo. Os movimentos não. Eles têm fluxos e refluxos, não são exatamente estruturas funcionais. São aglomerados polivalentes, multiformes, descontínuos, pouco

As dificuldades acima levantadas não podem ser vistas como muros intransponíveis nem devem obnubilar nossas perspectivas de análise deste importante fenômeno social, ainda que sua ponderação seja salutar para a compreensão destas organizações. O exercício de suas atividades na sociedade dentro de uma nova proposta de organização social nos incentiva, entre outras coisas, a pensar o papel do Estado na sociedade e o papel da sociedade civil no Estado contemporâneo. Pode-se fazer esta análise pela ótica da atividade das ONGs, uma discussão que tentaremos iniciar neste texto, e que constitui, basicamente, o objetivo do mesmo.

1. ONGS: O “NÃO-GOVERNAMENTAL”

Ao se considerarem as dificuldades analíticas de ordem metodológica e epistemológica acima explicitadas a respeito das ONGs, houve por parte de muitos pesquisadores a preocupação de, além de nominar estas organizações, agregar outras informações na tentativa de delinear mais claramente estrutura, objetivos, forma de atuação ou outras características destas entidades. Encontrar uma possível identidade comum é fundamental para a delimitação e construção de um paradigma de análise. Um dos elementos desta “identidade comum” ao qual já nos referimos foi o fato de estas entidades surgirem como negação, contraposição ou atuando em paralelo àquilo que se entendia como “papel do Estado”⁶.

Em nossas observações percebemos uma concordância entre diferentes autores no que se refere à existência de uma distinção entre ONGs e Estado e uma tensão em suas relações. Este posicionamento fundamenta-se, talvez, no contexto do surgimento destas entidades, a partir da década de 1970, como apontam, entre outros, Fernandes (1994) e Landim (1995), em um momento no qual se fazia uma revisão do papel do Estado no contexto do regime de exceção.

Esta postura com relação ao Estado transforma-se, paulatinamente, nos anos 1990, tornando-se comum uma periodização da atividade destes organismos em duas fases distintas. A primeira fase corresponde ao período de seu surgimento

adensados, não necessitam compromisso com a eficácia operacional a não ser em algum tipo de resultado para suas bases. (...) Em síntese, a lógica que preside as ONGs tem de se basear na ação racional. Os movimentos são um misto de não-racional/racional e até de irracional em certos momentos” (2000, p. 49).

⁶ Segundo a Abong um dos critérios que caracterizam uma ONG é sua autonomia diante do Estado (esta autonomia é uma das condições para que uma entidade possa se inscrever na associação. Conferir em <<http://www.abong.org.br>>). Fernandes (1994) pondera que as ONGs não se confundem com o poder do Estado e diferem dos partidos políticos, visto que estes são organismos institucionais de passagem da sociedade para o governo e vice-versa. Franco observa que as ONGs “*Estão fora da estrutura formal do Estado (...) e produzem bens e/ou serviços de uso (ou interesse) coletivo*” (1998, p. 3).

até o início da década de 1990, que consideramos o momento de diferenciação como oposição destas entidades diante do Estado. O segundo momento delinea-se a partir da maior divulgação desta forma organizacional no encontro mundial conhecido como ECO-92. Este encontro foi significativo, entre outros fatores, por assinalar a possibilidade de acordos de participação/cooperação direta e efetiva no âmbito estatal pelas ONGs, de modo especial por aquelas voltadas às questões ambientais. Desse modo, este encontro constitui-se no divisor de águas das práticas destas entidades, marcando a transição na compreensão do que pode ser caracterizado como “participação cidadão”.

No contexto político da ditadura militar na década de 1970, inicia-se por parte das ONGs, entre outros movimentos, um processo de busca de *empowerment* da sociedade civil. Vários militantes de lutas sociais iniciam um processo de renovação social, fundando associações e liderando movimentos, originando um novo modo de atuação. Explica Landim que:

Inicia-se um novo período em que a lenta e progressiva reorganização da sociedade civil vai-se fazer através da multiplicação de entidades marcadas pela autonomia, ou mesmo oposição, com relação ao Estado. Além da mudança de regime, um conjunto de fatores – como a modernização acelerada da sociedade, mudanças nas políticas sociais governamentais, a presença de novos atores internacionais na cooperação não-governamental, transformações nas relações entre Igreja e Estado – vão contribuir para o aparecimento de novas organizações e novos campos de atuação para as entidades sem fins lucrativos. (1993, p. 28)

Em outro momento de seu trabalho, relata a mesma autora que no Brasil sempre existiram apelos por maior justiça social, grupos de ajuda e outras atividades caritativas assistencialistas, que remontam às Santas Casas de Misericórdia existentes desde o século XV. O que se deve ressaltar é que a novidade destas organizações reside na forma de responder a estas carências, por serem radicalmente contra o mero assistencialismo, característica principal das instituições de benevolência. Nesse sentido, as ONGs são marcadas por uma racionalidade diferenciada daquela de outras instituições que as precederam ainda que convivam paralelamente a estas. Sua atuação é radicalmente oposta às práticas populistas e clientelistas, profundamente arraigadas em nossa cultura, e que não favorecem o protagonismo dos atores sociais e sua emancipação, e contribui para despertar a consciência dos problemas vividos, possibilitando a

participação da população no processo de redemocratização do país, mediante a crítica ao Estado burocrático ineficaz e ineficiente.

2. ONGS: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ESFERA PÚBLICA

O processo de redemocratização no Brasil vem inegavelmente se consolidando nos últimos anos, mas aponta ainda desafios sérios para a construção de uma sociedade justa, livre e pluralista. Um destes desafios reside na consolidação e manutenção de mecanismos que viabilizem a democracia representativa de modo mais amplo, participativo e fiscalizador. A democracia em seu sentido mais lato exige mudanças em todas as esferas decisórias da administração pública, que venham a gerar no conjunto das relações sociais um envolvimento maior da sociedade civil. Neste contexto ganham cada vez mais relevância as idéias de “poder local”, “governança local” e “participação cidadão”, conceitos que permeiam as obras de Telles (1999), Teixeira (2001) e Gohn (2001), entre outros. Nestas reflexões ressalta-se o papel do cidadão e de seu compromisso com a realidade no sentido de uma intervenção necessária e direta nos órgãos governamentais. Segundo Teixeira, participação cidadão é o

(...) processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. Esse fortalecimento dá-se, por um lado, com a assunção de deveres e responsabilidades políticas específicas e, por outro, com a criação e exercício de direitos. Isso implica também o controle social do Estado e do mercado, segundo parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos pelos diversos atores sociais e políticos. (...) utiliza-se não apenas de mecanismos institucionais ou a serem criados, mas articula-os a outros mecanismos e canais que se legitimam pelo processo social. Não nega o sistema de representação, mas busca aperfeiçoá-lo, exigindo a responsabilização política e jurídica dos mandatários, o controle social e a transparência das decisões (...). (2001, p. 30)

As ONGs representam uma das possibilidades para o fortalecimento da sociedade civil na medida em que fizeram o salto qualitativo do “não-governamental” às parcerias, recebendo, inclusive, incentivos econômicos do

Estado. Cabe ressaltar que isso de forma alguma deveria significar qualquer tipo de subserviência ou a ausência de críticas ao Estado – é o momento construtivo da crítica, quando se indicam alternativas que melhoram o desempenho estatal –, ainda que a necessidade de financiamento e questões de ordem ideológica nem sempre viabilizem, e muitas vezes comprometam, uma salutar autonomia.

A novidade e a importância destas organizações no cenário social não se resumem meramente a um conjunto preestabelecido de objetivos, mas sim a uma alternativa na possibilidade de crítica às instituições sociais, marcada pela originalidade de sua forma de atuação:

Na realidade, estas demandas não eram novas porque as carências de bens e serviços sempre existiram. O novo foi a forma e o modo de equacionar e de encaminhar as demandas. Criou-se a figura do comunitário, figura híbrida, pois não é nem público nem privado. Trata-se de um público-privado não estatal. A novidade está na redefinição da idéia de comunidade não como um locus geográfico espacial, mas como uma categoria da realidade social, de intervenção social nesta realidade. (Gohn, 1994, p. 7)

A citação de Gohn, amparada pelo argumento histórico, constata que estas organizações não criaram valores novos, apenas os redefiniram, apresentando formas de atuação diversificada. Além disso, num contexto de crise de um Estado autoritário

(...) a luta pela democratização social e política estimulou o surgimento de novos espaços de representação política e de publicização dos conflitos sociais. Este processo revelou, contudo, a crise de grandes proporções experimentada pelo sistema de representação da democracia formal. (Raichelis, 1998, p. 80)

A experiência destas organizações num contexto de profundas mudanças no cenário mundial, ocorridas em grande velocidade, impede-nos ainda de precisar seus reais significados/conseqüências. A globalização nos apresenta o desafio de compreender este processo dialético e contínuo de articulações e clivagens, continuidades e descontinuidades, integração e desintegração, que sugere, entre outras coisas, o pensar a governabilidade sob o prisma democrático, ou seja, com base em princípios em prol da cidadania livremente discutidos e

acordados pelos atores políticos e sociais. Esta discussão é significativamente importante se considerarmos que vivemos em meio a uma crise de representação política, agravada pelo aumento das demandas sociais em face do esgotamento do Estado de bem-estar social, que oscila ao sabor dos vendavais neoliberais.

A discussão sobre a participação democrática como ora mencionada demanda um questionamento sistematizado a respeito do que seja uma esfera pública e como o sujeito nela participa. A nova governabilidade não se restringe à atuação político-partidária; refere-se à atuação política no sentido original da palavra *polis*, como exercício da cidadania, a fim de propiciar desenvolvimento social, educativo, cultural e científico. As ONGs devem ampliar seu papel de participação, não apenas elaborando políticas mas também implementando programas, além de representarem judicialmente os interesses populares coletivos e difusos.⁷

As reflexões referentes à governabilidade sempre foram remetidas ao contexto da organização e ação estatais. Anarquistas, comunistas e liberais sempre pensaram a organização do Estado (sua eliminação, tomada ou minimalização) como ponto de partida para a construção da sociedade que cada corrente entendia como “melhor”. No último quartel do nosso século percebe-se claramente um

(...) esgotamento do modelo de Estado contemporâneo nos planos jurídico-institucional, econômico, social e político. O impacto da globalização, aliado à crise fiscal enfrentada por quase todos os países centrais e periféricos, colocou em xeque o atual arcabouço jurídico-institucional dos Estados, expondo o anacronismo do modelo de Estado produtor, prestador de serviços, interventor, excessivamente burocratizado e pouco comprometido com resultado. (Barreto, 1999, p. 108)

Neste século a discussão a respeito da governabilidade por meio da organização da sociedade ganha espaço. O conceito de público passa a ter uma conotação mais ampla, pois percebe-se que:

⁷ As ONGs passaram a ter, a partir da edição da Constituição Federal de 1988, um papel central no processo de consolidação da democracia por sua atuação na luta em prol de direitos, de modo particular os coletivos e difusos, e pelo reconhecimento jurídico de sua titularidade processual de representação coletiva (legitimação extraordinária), expresso nesta Carta Constitucional. Sendo assim, a utilização do aparato jurídico do Estado pelas ONGs, por meio de medidas judiciais, é de fundamental importância em uma sociedade democrática para a garantia dos direitos coletivos e difusos.

O público não é sinônimo de estatal (...). O estatal é por definição público, mas o público não se reduz ao estatal porque a sociedade civil também delibera e decide em matérias de interesse coletivo e, além disso, porque o Estado e outras instâncias (...) nem sempre deliberam ou decidem com critérios de racionalidade coletiva, e sim em função de interesses particulares. Em consequência, pode-se falar de um Espaço Público estatal e de um Espaço Público não-estatal. (Velásquez, 1999, p. 262)

A esfera pública estatal, para se tornar realmente pública, requer o fortalecimento da crítica ao Estado e o controle da sociedade em relação a este. O problema é como efetivar esta transformação.

O processo de emancipação no sentido de materialização de uma esfera pública participativa e cidadã pode ser desenvolvido pela reformulação das relações sociedade–Estado–mercado, na medida em que a sociedade pressione o Estado e o mercado, para a satisfação das suas demandas, por meio dos movimentos populares, das associações e dos sindicatos, e aqui destacamos as atividades realizadas pelas ONGs. Entre os autores que discutem esta problemática, escolhemos Habermas como interlocutor por concordarmos com seu diagnóstico sobre a sociedade, com algumas ressalvas à “solução” apresentada pelo mesmo.

Segundo Habermas, a modernidade é caracterizada por uma cisão entre dois tipos de racionalidade, cisão esta já detectada e comentada por outros autores. Assim, e enquanto Weber postulava a divisão entre uma razão formal e uma razão material, a Escola de Frankfurt considerava a existência de uma disjuntiva entre razão instrumental ou técnico-científica (que está a serviço da exploração e da dominação, da opressão e da violência, circunscritas nos conceitos de indústria cultural de Horkheimer e Adorno e de sociedade unidimensional de Marcuse) e razão crítica ou filosófica (que reflete sobre as contradições e os conflitos sociais e políticos e se apresenta como uma força libertadora). Estes autores foram tomados por um grande pessimismo, na medida em que não viram saída para a dominação formal ou instrumental do mundo. Em Habermas, porém, encontramos uma perspectiva positiva na medida em que se vislumbra a possibilidade de superação desta dominação:

A teoria habermasiana da sociedade parte do pressuposto que, na modernidade ocidental, ocorreu um processo primário de diferenciação das estruturas da racionalidade que dissociou o processo de complexificação das estruturas sistêmicas do processo

de racionalização comunicativa das estruturas do mundo da vida. O resultado deste processo não consistiu numa dupla forma de diferenciação entre Estado e sociedade, mas sim numa forma múltipla de diferenciação. De um lado surgiram estruturas sistêmicas econômicas e administrativas que não só se diferenciam do mundo da vida, mas se diferenciam entre si. O subsistema econômico se organiza em torno da lógica estratégica do intercâmbio, que permite a comunicação através do código positivo da recompensa. O subsistema administrativo se organiza em torno da lógica estratégica do poder, que permite a comunicação através do código negativo de sanção. Ao longo das estruturas sistêmicas e estabelecendo uma relação distinta com cada uma delas, situa-se o campo da interação social, organizado em torno da idéia de um consenso normativo gerado a partir das estruturas da ação comunicativa. (Avritzer, 1993, p. 215)

Habermas, ao reconhecer a existência de uma “colonização” do “mundo da vida” pelo “sistema”, sugere que a superação deste problema estaria na construção um novo paradigma de relação, a ser instaurado pela “ação comunicativa”, que “completaria” o projeto da modernidade, para Habermas inacabado. O resgate da racionalidade comunicativa, como possibilidade de emancipação, geraria legitimação aos processos sociais dado que o procedimento comunicativo,⁸ calcado na razão dialógica, valida as ações sociais pelo critério democrático. Apesar de não compactuarmos com a real possibilidade do procedimento comunicativo⁹ como colocada por Habermas, concordamos que é necessária a existência de dois pressupostos para a conquista de avanços na resolução dos problemas sociais, cuja resposta, acreditamos, encontra-se na arena discursiva, ainda que a proposta habermasiana deva ser devidamente refinada. Estes dois pressupostos são:

De um lado, a capacidade da esfera pública para reduzir ao mínimo conflito estrutural entre a pluralidade de interesses que sua ampliação propiciou, o qual

⁸ “Chamo comunicativas às interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade.” (Habermas, 1989, p. 79).

⁹ O calcanhar-de-aquiles da metateoria habermasiana calcada na capacidade dialógica de construção e síntese da realidade está no próprio modelo de comunicação que o autor sugere existir. A pergunta que se repete é: como estabelecer um padrão de dialogicidade? Ao desconsiderar as relações ideológicas e/ou de poder, sua teoria ganha contornos utópicos e mesmo surrealistas. Outro problema é o que Domingues caracteriza como “falácia da falsa concretude”, ou seja, “Habermas usualmente toma seus conceitos como categorias que reproduzem fielmente a realidade, sem nunca se colocar o tema de seu papel como instrumentos meramente analíticos” (Domingues, 2001, p. 92).

dificulta a emergência de um consenso fundamentado em critérios gerais. De outro, a possibilidade efetiva de reduzir o poder da burocracia no interior das organizações sociais, cujas decisões não são submetidas ao controle social, o que debilita, dessa forma, o caráter público destas organizações. (Raichelis, 1998, p. 54)

Esta nova concepção de sociedade reduz a onipotência do Estado e aumenta o espaço decisório da sociedade civil, como apontam Vieira (2001) e Bernareggi & Lodovici (1993). As ONGs enquadram-se nesta perspectiva, por se contraporem à proposta neoliberal, sustentada num discurso tecnocrático, afirmando a existência de um espaço que, não sendo estatal nem privado, seja um híbrido que amplie a participação popular nestas esferas por intermédio de sua organização autônoma na condição de parceiras e controladoras do Estado. Sua forma de articulação diante das demandas sociais, permeada por uma lógica de solidariedade e por uma logística em termos de redes,¹⁰ tem sido fundamental para consolidar este novo paradigma de organização social.

2.1 ONGs: parceiras do Estado

Com uma frequência cada vez maior, as ONGs têm assumido trabalhos de parceria com o Estado, alcançando bons resultados devido, entre outros fatores, à flexibilidade destas organizações, como já anteriormente salientado. A possibilidade e a efetiva superação de várias deficiências do modelo burocrático/anacrônico de organização do Estado mostra-se cada vez mais urgente no sentido de atender às demandas por maior justiça e igualdade social.

Diante de um Estado ineficaz e ineficiente, pautado pela corrupção, o trabalho das ONGs de capacitação/assessoria dos atores da sociedade civil é importante na orientação/aplicação de recursos que resultem em benefícios para o conjunto da população, possibilitando maior visibilidade e transparência nos atos realizados nas esferas governamentais. A fim de realizar este intento, as ONGs utilizam mecanismos institucionais como os “conselhos”, bem como mecanismos não institucionalizados, como os fóruns, comissões e assembleias. Esta construção de espaços de articulação e interlocução entre diferentes atores sociais e o Estado constitui-se num desafio e numa oportunidade para a ampliação do processo de democratização do Estado, por meio da construção de um espaço público que torne

¹⁰ O conceito de rede pode ser aprofundado em Mance (1999) e Scherer-Warren (1999).

possível a criação de condições para o efetivo exercício da cidadania, dentro das potencialidades e da complexidade do mundo contemporâneo:

A construção dessa esfera social—pública enquanto participação social e política dos cidadãos passa pela existência de entidades e movimentos não-governamentais, não-mercantis, não-corporativos e não-partidários. Tais entidades e movimentos são privados por sua origem, mas públicos por sua finalidade. Eles promovem a articulação entre esfera pública e âmbito privado como nova forma de representação, buscando alternativas de desenvolvimento democrático para a sociedade. (Vieira, 1998, p. 65)

Pensar a comunidade política organizada como fundada na participação de todos na vida pública é de fundamental importância para o reconhecimento da condição democrática. Nesse sentido, concordamos com Raichelis, quando concebe o espaço público baseando-se na idéia de que

(...) sua constituição é parte integrante do processo de democratização, pela via do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, expresso fundamentalmente pela inscrição dos interesses das maiorias nos processos de decisão política. Inerente a tal movimento, encontra-se o desafio de construir espaços de interlocução entre sujeitos sociais que imprimam níveis crescentes de publicização no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, no sentido da criação de uma nova ordem democrática valorizadora da universalização dos direitos de cidadania. (1998, p. 25)

A premente necessidade de reestruturação da concepção do *espaço público* torna-se uma pauta obrigatória e desencadeia amplas discussões, que culminam na possibilidade de resolução deste impasse, em termos teóricos e práticos, por meio de uma nova concepção de *esfera pública* que tem cada vez mais *“relação com aqueles assuntos e bens que são do interesse de toda a comunidade, e não com a natureza e identidade do órgão encarregado de satisfazer a demanda respectiva”* (Cox Urrejola, 1999, p. 191).

Dessa forma, entendemos que é necessário pensar uma nova relação que, se por um lado ressalva o dever do Estado no sentido da continuidade das garantias constitucionais, ao mesmo tempo garante uma liberdade de mercado que não seja excludente. A intermediação entre o mercado e o Estado, realizada pela

constituição de uma nova esfera pública onde as ONGs parecem ter um papel privilegiado, constitui um importante caminho, ainda que não seja o único, para minorar os problemas sociais.

Mesmo considerando toda a potencialidade das ONGs, não podemos olvidar as críticas em relação às “parcerias” destas com o Estado. Segundo Arantes:

Ocorre que só um Estado gerencialmente reformado pode se tornar um eficiente parceiro-facilitador da acumulação privada, em particular nos elos das cadeias produtivas mundiais que porventura hospede e remunere e, assim sendo, se “envolverá” prioritariamente na seleção e hierarquização de agentes não-governamentais que, por subcontratação política, adquirem concessões do poder estatal e se lançam na conquista do espaço público, desertado, por sua vez, por um Estado cuja capacidade de regulação social parece ter enfim se esgotado, mas não o poder organizacional, ou, mais propriamente, o poder estratégico gerencial de promover a concorrência entre os serviços públicos (...). Um Estado parceiro-facilitador deve “estrategicamente” se retirar assim que as organizações não-governamentais “demonstrarem” a superioridade de suas vantagens comparativas – convenhamos, uma vitória sem muito esforço, já que não havia mais em campo quem competir, salvo a sucata preparada para tal efeito demonstrativo. (2000, p. 8)

Queremos ressaltar que parceria não significa nem se confunde com “delegação de função” no sentido de eximir-se de responsabilidades. Entendemos, porém, a necessidade de se fazer uma análise crítica dos referenciais ideológicos que grassam por este território desconhecido e em construção.

2.2 ONGs: controle do Estado

Uma das nefastas conseqüências do projeto racionalista da modernidade é a configuração do Estado como Leviatã (Hobbes). Ato contínuo entendeu-se que a regulação do Estado visando a defender a sociedade contra os eventuais excessos desta forma de funcionamento da máquina estatal dar-se-ia através da divisão de funções entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário (Locke), como mecanismos inerentes ao Estado, com a função de controle do exercício de poder. Em contrapartida, emergiram várias teorias que buscaram se contrapor a esse tipo de controle por meio da implementação de uma outra forma de Estado, ou ainda

pela ausência do mesmo, como nas teorias comunista e anarquista, propostas estas que nunca conseguiram efetivar plenamente uma nova relação entre governo e sociedade.

A alternativa instaurada pelo procedimento das ONGs, que dialeticamente nos parece uma síntese histórica dos enunciados acima elencados, tem seu alicerce na possibilidade de implementar o necessário controle ao Estado por intermédio da presença e da ação organizada dos diversos segmentos da sociedade, pois é evidente a existência de uma diversidade de interesses que disputam com igual legitimidade o espaço e atendimento do poder estatal. A ocupação destes espaços por sujeitos sociais capazes de tornar legítimas suas representações só é possível dentro de uma lógica democrática fundada numa representação que garanta a alteridade dos membros da sociedade. Construir este espaço significa transcender os limites da delegação de poderes instituídos pela democracia representativa.

É preciso, pois, (re)pensar a representatividade das instituições, como tem se dado a participação dos cidadãos nestes espaços e como ela poderia ser melhorada. Propor, pressionar e intervir na dinâmica do Estado tem sido uma necessidade para a garantia da independência e da autonomia das ONGs, sendo fundamental criar novas modalidades de mecanismos de controle para além dos já existentes. A idéia de controle não se restringe à conotação negativa associada ao autoritarismo, mas a uma relação multilateral cujos benefícios atingem toda a comunidade. O controle público é primordial para o desenvolvimento nacional de uma nova esfera pública, buscando-se superar uma compreensão mistificada do Estado como detentor exclusivo do monopólio de representação pública.

Na medida em que se transformam as concepções e os limites da sociedade civil e do Estado, torna-se uma exigência oferecer respostas criativas aos novos desafios que desabrocham na tessitura social. Dessa forma, as ONGs têm o desafio de precisar com a maior riqueza de detalhes possível a concepção de um *espaço público* como "*fonte das funções de crítica e controle que a sociedade exerce sobre a coisa pública*" (Pereira, 1999, p. 22), materializando-o na sociedade brasileira.

3. DESAFIOS

Considerando os últimos quarenta anos, percebemos que as ONGs têm desempenhado um crescente e importante papel na redefinição das relações Estado-sociedade, oferecendo propostas e articulando parcerias que inegavelmente

têm repercutido em melhorias nos quadros sociais do país. O fato de possuírem um grande potencial para capacitar grupos menores, identificar novos problemas, trazê-los a público e mobilizar recursos financeiros e humanos a fim de promover mudanças, tem possibilitado uma maior articulação entre os vários níveis de atores da sociedade civil no país, de forma a questionar o modelo político e o caráter das políticas públicas, não raras vezes contrários aos interesses da população. Este questionamento reveste-se de um caráter prático na medida em que os atores sociais assumem a idéia de “participação” em sua plenitude.

Ao longo deste texto, procuramos delinear, ainda que brevemente, uma faceta do perfil das ONGs, pelo resgate de aspectos históricos e com base na reflexão já proposta por outros autores sobre estas entidades. Para isso, estabelecemos um *approach* entre ONGs e Estado, apresentando-as como importantes articuladoras na construção de uma nova relação Estado–sociedade civil diante das novas demandas sociais, em decorrência da assunção do papel de parceria e controle do Estado pelas ONGs, papel que deve ser reforçado, dado que o movimento garante, aprofunda e amplia as relações democráticas na sociedade. Urge ressaltar que o rol de interesses comuns com vistas à cidadania, não obstante as diversas áreas de atuação destas entidades, não deve ser confundido com a romântica idéia de que as ONGs constituem a panacéia social. O mecanismo organizacional não garante sua idoneidade, sendo imperiosa a separação do joio do trigo. Mesmo com esta ressalva, afirmamos a necessidade de fortalecimento da lógica que tem orientado estas organizações, como o respeito à diversidade, à descentralização e à autonomia, que possibilita fundar uma práxis política altamente fecunda, que tem feito surgir esperanças passíveis de serem concretizadas.

No século XVI, Thomas Morus propôs o termo *utopia* para designar um local ideal marcado por relações sociais perfeitas e justas, um mundo ideal, ainda que inexistente e impossível de ser concretizado. As ONGs hoje atribuem um novo significado ao termo *utopia* na medida em que, nestas organizações, aumentam as preocupações com o plano moral/ético visando a uma sociedade melhor. Estas organizações entendem que existe omissão do Estado em relação às questões sociais e propõem-se a minorar estas carências, invocando o direito ao exercício da cidadania, caracterizando-se, por isto, como entidades propositivas e de resistência. Ressalte-se que suas relações com o Estado nas formas de parceria e controle não significam assumir uma postura assistencialista, pois propiciam o resgate do espaço público e seu fortalecimento em defesa da cidadania e da democracia.

As ONGs constituem hoje, portanto, uma alternativa, uma nova possibilidade de construção da realidade pautada em interesses regionais numa economia globalizada, dentro da perspectiva de uma sociedade cada vez mais informatizada e democrática, sendo depositárias de grandes expectativas e confirmando as pesquisas teóricas que apontam para a indiscutível relevância das mesmas no século XXI.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. *Cadernos Abong*, n. 27, p. 3-27, maio 2002.

AVRITZER, Leonardo. Além da dicotomia Estado/mercado. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 36, jul. 1993.

BARRETO, Maria Inês. As organizações sociais na reforma do Estado brasileiro. In: CUNILL GRAU, Nuria & PEREIRA, Luís Carlos Bresser (orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BERNAREGGI, Gian Maria & LODOVICI, Emílio Samek (orgs.). *Parceria público-privado: cooperação financeira e organizacional entre o setor privado e administrações públicas locais*. São Paulo: Summus, 1993.

CADERNOS DE ADMINISTRAÇÃO DA PUC. São Paulo: PUC, n. 3, 2000.

CARDOSO, R. A trajetória dos movimentos sociais. In: CARDOSO, R. et al. *Anos 90, política e sociedade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1996.

COTRIM, Leticia & LANDIM, Leilah. *ONGs: um perfil*. São Paulo: Abong / Iser, 1996.

COX URREJOLA, Sebastián. Políticas sociais e justiça comunitária: ações de interesse público a partir da sociedade civil no Chile. In: CUNILL GRAU, Nuria & PEREIRA, Luís Carlos Bresser (orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CUNILL GRAU, Nuria & PEREIRA, Luís Carlos Bresser (orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Anpocs / Relume-Dumará, 1995.

DOMINGUES, José Maurício. *Teorias sociológicas do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERNANDES, Rubem César. O que é terceiro setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- _____. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FRANCO, Augusto de. Uma nota sobre a questão do fim público das organizações do terceiro setor, seu papel na expansão da esfera pública e na reforma do Estado. *Revista Conjuntura e Planejamento, SEI*, Salvador, n. 50, jul. 1998.
- GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GONÇALVES, Hebe Signorini (org.). *Organizações não-governamentais: solução ou problema?* São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre a facticidade e a validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Trad. Flávio Beno Siebeneichler.
- _____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. Trad. Guido Antônio de Almeida.
- LANDIM, L. *Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro, Iser, 1993.
- MANCE, Euclides. *Revolução das redes*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MONTENEGRO, T. *O que é ONG?* São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SILVA, A. Ozai da. *História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)*. 2 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.
- RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos de construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.
- REVISTA DA FUNDAÇÃO SEADE. São Paulo, Seade, 1994.
- ROCHE, C. *Avaliação de impacto do trabalho das ONGs*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção civil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 3, jul.-set. 1994.
- _____ et al. "ONGs na América Latina: trajetória e perfil". In: SCHERER-WARREN, Ilse (org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. 2ª ed. São Paulo/Florianópolis: Cortez-Edufsc, 1998.
- _____. *Cidadania sem fronteiras*. São Paulo: Hucitec, 1999.

- SZAZI, Eduardo. *Terceiro setor: regulação no Brasil*. São Paulo: Petrópolis, 2000.
- TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global*. São Paulo: Cortez, 2001.
- TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- TENÓRIO, Fernando G. *Gestão de ONGs - Principais Funções Gerenciais*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- VELÁSQUEZ, Fábio E. A observadoria cidadã na Colômbia: em busca de novas relações entre o Estado e a sociedade civil. In: CUNILL GRAU, Nuria & PEREIRA, Luís Carlos Bresser (orgs.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- _____. *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CAPITALISMO GLOBAL E REORGANIZAÇÃO DA CADEIA TÊXTIL- CONFECÇÃO: uma revisão bibliográfica

Paulo Fernandes Keller *

RESUMO

O artigo discute inicialmente o próprio surgimento do capitalismo como uma forma de dinâmica globalizante no mundo moderno. Entendendo o capitalismo como um sistema produtor de mercadorias que busca mercados cada vez mais amplos, o autor busca articular a relação entre uma estratégia de mercado e um sistema produtivo que dê suporte a esta estratégia. Nesse sentido, a crise do modelo fordista e a emergência de um sistema produtivo flexível se insere nesta relação. A partir de um mercado cada vez mais diversificado com uma demanda mais diferenciada o sistema produtivo se torna mais flexível. O autor também discute com os principais autores a questão da globalização econômica partindo do pressuposto de que se trata de uma economia capitalista, global e regionalizada. Por fim, o artigo debate as novas formas de organização produtiva na cadeia têxtil-confecção. Novamente procurando articular a relação entre as novas demandas por produtos têxteis diferenciados e as estratégias de mercado do setor têxtil brasileiro que promovem novas formas de organizar a cadeia produtiva.

Palavras-chave: Capitalismo global, globalização econômica, cadeia produtiva têxtil-confecção, economia global, têxtil-confecção.

ABSTRACT

Initially this paper debates the arising of capitalism itself as one way of global dynamism in modern world. Understanding the capitalism as one producer system of goods that search for increasingly broad markets, the author seek analyze the link between the market strategy and the productive system that give support to this strategy. In this sense, the crisis of fordist model and the emergence of one flexible productive system inserts in this link. From a increasingly diversified market with a more differentiated demand the productive system become more flexible. The author also discuss with the main authors the matter of economic globalization starting from the perception that it's about essentially a capitalism economy, global and regionalized. In the end, this article debates the new forms of productive organization in textile-apparel chain. Again, searching for to relate the news demands for differentiated textile products and the textile sector's news strategy.

Keywords: global capitalism, economic globalization, textile-apparel productive chain, global economy, textile- apparel

* Paulo Fernandes Keller é sociólogo pela UFRJ e doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia – IFCS/UFRJ. Publicou *Fábrica & vila operária – a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi-RJ* (Rio de Janeiro, Sólton Ribeiro, 1997).

1. CAPITALISMO E CAPITALISMO GLOBAL

Inicialmente, devemos partir do fato de que a própria emergência do capitalismo representa um fator fundamental na dinâmica globalizante. Se devemos atribuir a Dürkheim o debate sobre a intensificação do processo de interdependência social na sociedade atual, com o surgimento de um processo de diferenciação e especialização baseado na moderna divisão do trabalho, assim como atribuímos a Weber o debate sobre o processo de racionalização na sociedade moderna, devemos atribuir a Marx o debate sobre a intensificação da competitividade capitalista. Marx foi o primeiro dentro da moderna teoria social a empreender uma análise da dimensão econômica do processo de globalização. No Manifesto Comunista de 1848 ele afirma que “*a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre*” (Marx & Engels, 1998, p.11). Faria & Tauile também argumentam que “Marx via o *mercado internacional* como o lugar por excelência do capital, como o destino do desenvolvimento das relações de produção capitalistas e, também, como um resultado delas”. (1999, p. 19).

Para Waters (2001) o capitalismo envolve dois grandes processos: primeiro, ele é dirigido pela lógica da acumulação (*logic of accumulation*), que depende do incremento da escala de produção. Segundo, ele é dirigido pela lógica da mercadorização ou mercantilização (*logic of commodification or marketization*), que conduz este processo para o incremento da escala de consumo. Outro ponto importante levantado por este autor é a idéia de que o próprio capitalismo está envolto num manto de modernização desde seus primórdios, pois até Marx ressaltou o caráter revolucionário do capitalismo. O novo sistema econômico emergia gerando riqueza e aumentando a produtividade, e a moderna divisão do trabalho permitiu o rompimento da civilização ocidental com as tradições e as formas sociais arcaicas.

Já no início do século XX desenvolve-se dentro do mundo capitalista o paradigma taylorista-fordista. Estabelecia-se uma nova forma de organizar o sistema produtivo capitalista a partir da combinação perfeita entre as estratégias competitivas das firmas e a organização do seu sistema produtivo. Segundo Fleury (1995), Ford conseguiu identificar as necessidades de um mercado enorme e inexplorado, particularmente compradores potenciais de classe média. Uma demanda que não estava sendo satisfeita pelos fabricantes de automóveis da

época, cujo enfoque estava dirigido para clientes altamente sofisticados e ricos. Assim, organiza-se um sistema produtivo que atendia à estratégia escolhida, ou seja, criando um produto (um automóvel *"user-friendly"*) que respondia àquele mercado.

Inicia-se a construção de um novo paradigma para a organização econômica capitalista, que será conhecido daí em diante como fordismo. O fordismo, como forma de produção em larga escala de produtos padronizados para mercados e consumidores em massa, implicava uma redução dos custos por unidades produzidas e a utilização de uma mecanização intensiva e de economias de escala. Interessante é o fato de o fordismo ter se transformado não somente num paradigma produtivo, mas também num sistema idealizado, tanto no mundo capitalista quanto no socialista. Para Leite, o fordismo *"significou também a passagem a um novo modo de acumulação do capital, baseado na produção de mercadorias estandardizadas e em grandes séries, ou seja, na produção em massa"* (1994, p. 75).¹

No final da década de 1960 e início da década de 1970 o capitalismo vai passar por um momento de crise no modelo de desenvolvimento baseado numa forma específica de organização do trabalho, num regime de acumulação e também num modo de regulação (Leite, 1994, p. 78). Além dos limites técnicos e sociais da organização científica do trabalho, e do endurecimento das lutas de classe na produção, novos elementos contribuíram para colocar a economia capitalista em crise, como o choque do petróleo, a ascensão das taxas de juros, a queda das taxas de lucros das empresas e a diminuição da rentabilidade (idem, p. 81). Os países capitalistas avançados deram prioridade à competitividade e à reconstrução dos lucros, para isso empreenderam a destruição das regulações da relação salarial,

¹ O fordismo é um paradigma que deve ser pensado em conjunto com o taylorismo, particularmente quando se analisam as questões referentes ao controle do processo de produção e as conseqüentes tomadas de decisões. O taylorismo (formando uma espécie de parceria paradigmática com o fordismo, e desenvolvido pelo engenheiro F. W. Taylor) introduz no campo da produção capitalista uma rigorosa diferenciação entre as tarefas de gerenciamento e as tarefas manuais. Com o taylorismo e o fordismo ocorre uma atualização dos processos de produção da mais-valia e uma mudança no modo de acumulação do capital. Contudo, o fordismo passou a ser concebido não apenas como uma forma de organização da produção capitalista (ainda que esta forma não fosse amplamente utilizada nas empresas capitalistas e que tivesse variado nas sociedades onde se inseria junto com as empresas multinacionais, foi um modelo desenvolvido de produção que se tornou um paradigma produtivo), mas adquiriu também o significado de um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais que representavam um novo modo de regulação. Para Leite (1994, p. 76), um novo modo de regulação que buscava ajustar os comportamentos contraditórios dos agentes individuais aos princípios coletivos do novo regime de acumulação.

colocando um ponto final à era fordista (idem, p. 82). Esse processo de transformação do capital reestruturado, considerado por muitos uma verdadeira “destruição criadora” sob a forma de uma “modernização conservadora”, apontava para um novo padrão industrial e tecnológico, que rompia com o compromisso social e as antigas regulações sociais, econômicas e políticas desenvolvidas no período do pós-guerra. Já nas décadas de 1980-1990 o mundo assistiu ao debate sobre o surgimento de um novo paradigma (denominado pós-fordista, especialização flexível ou fordismo flexibilizado), assentado na base técnica microeletrônica e tendo o princípio da flexibilidade como um de seus aspectos centrais (ibidem).

A introdução das novas tecnologias microeletrônicas no processo de produção capitalista – alterando significativamente o caráter da automação agora tornada flexível – se efetua num processo de busca pelo capital de garantia das taxas de lucratividade das empresas. Segundo Faria & Tauile *“a difusão de uma nova base técnica microeletrônica foi progressivamente rompendo os diversos limites à automação estabelecidos anteriormente pela base técnica eletromecânica”* (1999, p.1). O processo de reestruturação do capital sob uma nova base técnica responde a um conjunto de desafios colocados para o processo de acumulação do capital desde o final da década de 1960. Para Leite, estes desafios seriam a diminuição dos ganhos de produtividade, a redução do poder de compra dos mercados, a elitização do consumo e o incremento da competição capitalista mundial (Leite, 1994, p. 83). Desta forma, a introdução das novas tecnologias e as novas formas organizacionais do trabalho se configurariam como uma resposta do capital à crise, buscando, sobretudo, novas formas de garantir os ganhos de produtividade, flexibilizando a produção de forma a adaptar o aparelho produtivo, e garantindo, assim, uma resposta rápida às novas demandas do mercado consumidor.

Todas as transformações em curso envolvem basicamente uma reorganização fundamental e estrutural no *sistema de produção em série de produtos padronizados* rumo a novas formas de produção, a partir de uma nova base técnica microeletrônica e computadorizada e de novas formas organizacionais, empreendendo uma flexibilização da produção e a produção por lotes de produtos especificados. Esta reestruturação do capital – buscando inovações organizacionais e tecnológicas – se dá num processo de incremento da competição empresarial

voltada para um mercado capitalista cada vez mais segmentado no qual ganha destaque a procura por produtos diferenciados. Segundo Coriat,

Durante o período de ouro do fordismo e do crescimento regular do poder de compra, o setor assalariado se estendeu e se complexificou, ocasionando uma multiplicação de categorias e de segmentos do mercado de trabalho, e formando desta maneira *uma demanda muito mais diferenciada* do que no passado. (1992, p. 25)

Na perspectiva de Coriat (1992), foi o próprio desenvolvimento do fordismo em seu período áureo (da produção em massa de produtos padronizados), atendendo a um mercado em expansão, que teria propiciado o desenvolvimento de condições para a emergência de uma demanda diferenciada nas décadas recentes.

Na análise de Castells "*várias tendências organizacionais evoluíram do processo de reestruturação capitalista e transição industrial*" (2000, p. 175). O autor analisa estas diversas *tendências organizacionais* a fim de propor uma convergência potencial. No que se refere ao debate sobre a *transição da produção em massa para a produção flexível*, considerada por Castells a "*primeira e mais abrangente tendência de evolução organizacional*" (ibidem), o autor afirma que:

Quando a demanda por quantidade e qualidade tornou-se imprevisível; quando os mercados ficaram mundialmente diversificados e, portanto, difíceis de ser controlados; e quando o ritmo da transformação tecnológica tornou obsoletos os equipamentos de produção com objetivo único, o sistema de produção em massa ficou muito rígido e dispendioso para as características da nova economia. O sistema produtivo flexível surgiu como uma possível resposta para superar essa rigidez. (idem, p. 176)

Assim como o sistema de produção em massa buscava responder a uma demanda potencial por produtos padronizados, originada da percepção de Henry Ford, que organiza seu sistema produtivo tendo por base uma estratégia de mercado, a análise de Castells do surgimento do sistema produtivo flexível também

articula uma mudança nos padrões de consumo e alterações fundamentais no mercado, conduzindo a novas estratégias empresarias que visam responder a este novo mercado, utilizando os novos instrumentais tecnológicos disponíveis.

2. GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

Fica evidente no debate entre os diversos autores a existência de um processo de reestruturação capitalista que aponta para novas tendências globalizantes, tanto na economia quanto na sociedade, com o crescimento da "interdependência econômica" no plano internacional.² No debate sobre a globalização econômica (Held & McGrew, 2001, p. 49), as perguntas que se colocam são: até que ponto a atividade econômica vem sendo globalizada? Há uma nova forma de capitalismo? Pode-se falar num capitalismo global?. Held & McGrew, autores que buscam compreender o grande debate sobre a globalização com base na coexistência de múltiplas perspectivas, utilizam os rótulos "céticos" e "globalistas" como construções ideal-típicas, nas quais o termo "céticos" se refere àqueles que consideram a globalização "*uma construção primordialmente ideológica ou mítica de valor explicativo marginal*", e o termo "globalistas", àqueles que "*consideram que a globalização contemporânea é um acontecimento histórico real e significativo*" (2001, p. 9). Assim sendo, para os céticos pode-se falar numa economia global na medida em que há uma "*integração de economias nacionais distintas*" (idem, p. 50), quando para os globalistas, que se concentram na análise da escala e da magnitude da interação econômica global contemporânea, "*os governos nacionais estão tendo que se adaptar aos avanços e recuos das condições e forças do mercado global*" (idem, p. 58).

O verdadeiro desafio da globalização econômica seria saber até que ponto as tendências mundiais confirmam um "*padrão de integração econômica global*" (idem, p. 58). Há de fato uma internacionalização significativa da atividade econômica como um processo de intensificação dos vínculos entre as economias nacionais. No jogo que Held & McGrew estabelecem, a posição cética afirma não

² Segundo Faria & Tauile, "*O crescimento da interdependência econômica no plano internacional recebeu um impulso de origem tecnológica com o recente salto no desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação; um impulso econômico com o crescimento do comércio e dos fluxos financeiros e da internacionalização de cadeias produtivas e um impulso político com a desregulamentação, a redução de barreiras e a uniformização liberalizante das políticas econômicas*" (1999, p. 21).

haver uma economia global integrada (de outra parte, nem todos os autores considerados globalistas, como Castells, afirmam que há uma economia global totalmente integrada), mas sim a organização crescente da atividade econômica mundial em três blocos nucleares: Europa, a região asiática banhada pelo Pacífico e Américas. Na verdade, essa “formação triádica” da economia mundial significa um ponto polêmico e ao mesmo tempo contraditório da economia global. Buscando definir bem os argumentos dos céticos, Held & McGrew afirmam que, segundo este grupo, há uma *“tendência crescente para a interdependência econômica e financeira dentro de cada uma destas três zonas, em detrimento da integração entre elas”* (2001, p. 51). Resumindo a tese dos céticos, Held & McGrew afirmam:

A tese dos céticos descarta a idéia de uma economia global, critica a proposição de que a era atual se define pela existência de um capitalismo global. Embora não neguem que o capitalismo é “o único jogo econômico na praça”, em que o capital se tornou mais móvel no plano internacional. (idem, p. 52)

Entre os trabalhos mais influentes, que é também uma análise bastante crítica e cética sobre a globalização encontra-se a obra de Hirst & Thompson (1998). Estes autores formulam uma distinção adequada entre uma “economia inter-nacional” e uma “economia globalizada” (tipo 1 e tipo 2, respectivamente): *“Uma economia inter-nacional é aquela em que as entidades principais são as economias nacionais. O comércio e os investimentos produzem interconexões crescentes entre essas economias ainda nacionais.”* (1998, p. 23).

Para Hirst & Thompson, as economias nacionais ainda são os atores principais, e ainda são reguladas neste nível. O grau de exposição das economias nacionais aos produtos e aos mercados internacionais transformaria estas economias, tornando-as suscetíveis ao impacto derivado de outras economias nacionais (impacto favorável ou não). Entretanto, este “impacto” ainda seria mediado através de sistemas de regulação no nível nacional. Como dizem os autores: *“As interações são do tipo ‘bola de bilhar’: acontecimentos internacionais não penetram ou permeiam direta ou necessariamente a economia interna, mas são refratados pelas políticas e processos nacionais”* (ibidem). Já uma economia globalizada, para os autores:

É um tipo ideal distinto daquele da economia internacional (...). Em um sistema global (...) as diferentes economias nacionais são incluídas e rearticuladas no sistema por processos e transações internacionais (...). A economia global dá aquelas interações baseadas no âmbito nacional um novo poder. O sistema econômico internacional torna-se autônomo e socialmente sem raízes, enquanto os mercados e a produção tornam-se realmente globais. (idem, p. 26)

Numa economia globalizada tipo 2, processos regulatórios nacionais são submetidos a um sistema supra-nacional autônomo. Na medida em que cresce a interdependência sistêmica o sistema econômico nacional se torna permeado e transformado pelo internacional. As companhias multinacionais soltam-se (*detach*) de suas origens nacionais e tornam-se dispersas e sem amarras, e uma política nacional hegemônica seria impossível.

Porém Waters (2001, p. 212) alerta que, apesar da distinção de Hirst & Thompson ser adequada, não haveria um processo de globalização sem o tipo 2, além do fato de que o desenho dos dois tipos (internacional e global) supõe uma visão de que o mundo estaria firmemente fixado no tipo 1. Também para Castells, a formação da “empresa em rede” não implica o fim da empresa multinacional. Castells também diz que vários observadores afirmam que “*as redes [de empresas] são centradas em uma grande multinacional ou são formadas com base em alianças e cooperação entre essas empresas*” (1999, p. 210). A hipótese de Castells, coerente na minha opinião, é de que:

(...) conforme o processo de globalização progride, as formas organizacionais evoluem de empresas multinacionais a *redes internacionais* [de empresas], passando por cima das chamadas “transnacionais”, que pertencem mais ao mundo de representação mítica (...) do que às realidades institucionais da economia internacional. (ibid.)

Dando continuidade ao jogo de Held & McGrew, os autores afirmam que, na perspectiva dos globalistas, “*A fase contemporânea da globalização econômica*

distingue-se das fases anteriores pela existência de uma única economia global que transcende e integra as principais regiões econômicas do mundo.” (2001, p. 52).

Para os globalistas, a regionalização da atividade econômica não se deu em detrimento do processo de globalização, sendo que a própria regionalização acaba funcionando como um “mecanismo” que facilita e incentiva a globalização econômica, auxiliando as economias nacionais a engajarem de forma estratégica nos mercados globais.

Held & McGrew também alertam para duas questões que considero chave. Primeiro, a de que mesmo quando se fala de uma “economia global”, trata-se de uma *“ordem sumamente estratificada – já que a maior parcela dos fluxos globais (...) concentra-se nas maiores economias da OCDE”* (idem, p. 61). Segundo, *“a economia global é uma economia global capitalista (...) uma economia que se organiza com base nos princípios do mercado e da produção com vistas ao lucro”* (ibidem).

Neste sentido a posição de Castells³ é bastante clara quando afirma que *“A economia internacional ainda não é global”* (2000, p. 115). Para Castells, *“não há nem haverá no futuro previsível um mercado internacional aberto totalmente integrado”* (ibidem), apesar de reconhecer que as “tendências globalizantes” apontam para a configuração de uma nova economia global, num processo de crescente interpenetração dos mercados e de sua integração quase total (idem, p. 117). O mesmo autor também aponta para um cenário no qual podemos visualizar uma diferenciação regional⁴ numa economia global com a permanência provável das fronteiras nacionais e as diferenciações entre as principais regiões econômicas do planeta (ibidem).

O conceito de economia global regionalizada de Castells fornece uma espécie de síntese da polarização entre economia global e economia regional:

³ A tese de Castells é de que *“O surgimento da economia informacional caracteriza-se pelo desenvolvimento de uma nova lógica organizacional que está relacionada com o processo atual de transformação tecnológica, mas não depende dele”* (2000, p. 174). O fundamento da “economia informacional” seria a convergência e a interação entre o novo paradigma tecnológico e a nova lógica organizacional (ibidem).

⁴ Segundo Castells, *“A economia global apresenta diversificações internas representadas por três regiões principais e suas áreas de influência: América do Norte (inclusive Canadá e México após o Nafta); União Européia (principalmente após a versão revisada do Tratado de Maastricht passar a dedicar-se também à formulação de políticas); e a região do Pacífico asiático, concentrada em torno do Japão, mas com peso crescente da Coreia do Sul, Indonésia, Taiwan, Cingapura, comunidades chinesas estabelecidas no exterior e, acima de tudo, a própria China.”* (2000, p. 117).

O conceito de uma economia global regionalizada não representa nenhuma contradição de termos. Há, de fato, uma economia global porque os agentes econômicos operam em uma rede global de interação que transcende as fronteiras nacionais e geográficas. Mas essa economia é diferenciada pelas políticas, e os governos nacionais desempenham papel muito importante nos processos econômicos. (idem, p. 119)

Torna-se necessário encaminhar o debate no sentido de refletir sobre a emergência de uma economia global–regionalizada, com suas diferenciações econômicas regionais e com uma dinâmica capitalista própria. E levar em conta como estas transformações significam “relações de poder” determinadas (com hierarquias próprias) entre nações, empresários e trabalhadores, maneiras diferenciadas de inserção numa ordem global e novas formas de organização da produção capitalista com base na lógica de acumulação.

Uma característica fundamental do capitalismo global destacada por Dupas (2000, p. 39) é o fato de ser constituído pela dialética concentração x fragmentação.⁵ Também para o mesmo autor, a internacionalização da economia não é nada de novo. A novidade está no uso de novas tecnologias de produção, na reformulação das estratégias de produção, assim como na formação de grandes *networks* (redes de empresas). Além da busca por mercados globais, a forma de organização da produção também passou a ser global.

Segundo Dupas (ibidem), a enorme escala de investimentos necessários à liderança tecnológica de produtos e processos, e a necessidade de *networks* e mídias globais, continua forçando um processo de concentração que termina por habilitar como líderes das principais cadeias de produção apenas um conjunto restrito de algumas centenas de empresas gigantes mundiais (corporações), mediante processos de fusões e incorporações. Já a busca por eficiência e a conquista de mercados cada vez mais exigentes forçam a criação de uma onda de fragmentação (terceirizações, franquias e informalização), abrindo espaço para uma grande quantidade de empresas menores, que alimentam a cadeia produtiva central com custos mais baixos (idem, p. 40). As pequenas e médias empresas assumem um novo papel, associando-se, de forma integrada e subordinada, às grandes corporações.

Esta nova economia global capitalista cada vez mais concentrada e ao mesmo tempo fragmentada se caracteriza pela crise da grande empresa baseada nos modelos rígidos herdados do fordismo e por uma maior flexibilidade oriunda das pequenas e médias empresas fomentadoras de maior inovação (Castells, 2000, p. 176). Contudo, analistas como Bennett Harrison enfatizam que:

(...) as empresas de grande porte continuam a concentrar uma proporção crescente de capital e de mercados em todas as principais economias (...) as empresas de pequeno e médio porte continuam (em geral) sob controle financeiro, comercial e tecnológico das grandes. (apud Castells, 2000, p. 177)

A partir da análise dos discursos de diferentes autores, Castells propõe a necessidade de separar a afirmação sobre a transferência do poder econômico e da capacidade tecnológica da grande empresa para as pequenas (tendência negada e criticada por Bennett Harrison) da afirmação sobre o "*declínio da grande empresa verticalmente integrada como um modelo organizacional*" (Castells, 2000, p. 177). Para Castells, o que está em crise é o "modelo corporativo tradicional" baseado na integração vertical e no gerenciamento funcional hierárquico. Apesar do dinamismo das pequenas e médias empresas, estas permanecem sob controle das grandes empresas,⁶ inseridas na estrutura do poder econômico da nova economia global (idem, p. 178). Podemos afirmar que a grande empresa, apesar da crise do modelo corporativo tradicional verticalizado, continua a concentrar mercados e capital, e as pequenas e médias empresas, mesmo sendo fontes de inovação e dinamismo, continuam, numa análise mais ampla das cadeias produtivas, subordinadas.

A competitividade neste novo cenário econômico não se fundamenta simplesmente na redução de preços, mas no desenvolvimento de uma "estratégia de inovação" na qual se busca o aumento da qualidade pela contínua melhora (*continuous improvement*) dos produtos e dos processos, em que o *insight* não fica restrito aos engenheiros apenas, mas envolve todos os trabalhadores participantes do processo, buscando vantagens competitivas por meio de produtos de

⁵ Para Dupas existem duas dialéticas: concentração x fragmentação e inclusão x exclusão (Dupas, 2000, p. 39).

performance superior, num jogo feroz por *market share* (participação no mercado) (Best, 1990, p. 12).

O incremento da competitividade conduz à busca de melhor desempenho por parte das empresas. No caso particular do Pólo Têxtil de Americana/SP, após o processo de liberalização comercial e abertura dos mercados, este passou a ter menos da metade das indústrias e de mão-de-obra empregada, mas passou a produzir 55% a mais do que produzia em 1990 (BNDES, 2001). Em suma, o processo de liberalização comercial e de globalização da economia provocou uma reestruturação do setor têxtil nacional que terminou por realimentar o crescimento da produtividade às custas de uma reorganização produtiva que envolveu quebra de grande número de empresas e perda considerável no número de empregos.

3. SISTEMA DE PRODUÇÃO FLEXÍVEL

O fracionamento das cadeias produtivas (cadeias produtivas para Gereffi, ou redes produtivas transnacionais para Castells) e o surgimento de cadeias produtivas globais se dão num amplo mercado de trocas em escala planetária no qual as novas tecnologias e os novos modelos de gestão são fundamentais para permitir o funcionamento de um modelo mais flexível. Segundo Castells (2000) a unidade operativa atual é o “projeto empresarial” representado pela “rede”,⁷ e não mais pelas empresas individuais. Na configuração da cadeia global (*global commodity chain*) ou da rede de empresas (*network*), os centros de decisão estratégica e de pesquisa e desenvolvimento (P&D) das empresas multinacionais ou transnacionais geralmente localizam-se nos países desenvolvidos, sendo que os centros de decisão estratégica freqüentemente se situam em metrópoles globais e os centros de P&D em localidades onde há forte concentração de mão-de-obra qualificada (Dupas, 2000, p. 84). Nesta forma de produção global, a definição da localização de cada etapa do processo produtivo depende de fatores

⁶ As grandes empresas tiveram que alterar suas lógicas organizacionais com mudanças em direção ao uso progressivo da sub-contratação de pequenas e médias empresas, que possibilitou ganhos de produtividade às grandes.

⁷ Para Castells, “Rede é um conjunto de nós interconectados”; “Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de

que serão utilizados de maneira mais intensa (capital ou trabalho) e dos seus custos relativos (idem, p. 49). Com a emergência de uma nova economia global transforma-se a forma de gestão da produção e particularmente a distribuição do processo produtivo.

A estratégia de fragmentar a produção em várias partes, alocando-as internacionalmente e minimizando os custos totais, tornou-se uma prática freqüente desde o final da década de 1970. Os segmentos dos processos produtivos que utilizam trabalho intensivo e não-qualificado têm sido deslocados para países nos quais esse fator é abundante e barato, em geral países periféricos (ibid.). Para Castells,

O novo sistema produtivo depende de uma combinação de alianças estratégicas e projetos de cooperação ad hoc entre empresas, unidades descentralizadas de cada empresa de grande porte e redes de pequenas e médias empresas que se conectam entre si e/ou com grandes empresas ou redes empresariais. (2000, p. 114)

Para Gereffi (1994a) há duas configurações principais de cadeias produtivas:⁸

1) *Producer-driven* (cadeias produtivas controladas pelo produtor): este tipo é mais característico das indústrias de capital e tecnologia intensivos, tais como as de automóveis, computadores, aviões e maquinário elétrico, que geralmente são dominadas por corporações transnacionais.

2) *Buyer-driven* (cadeias produtivas controladas pelo comprador): este tipo envolve aquelas indústrias em que grandes varejistas, comerciantes, *designers* e *trading companies* (companhias de comércio) desempenham o papel principal na organização de *networks* de produção, descentralizadas numa grande variedade de países exportadores. É o tipo de cadeia comum nas indústrias de bens de consumo trabalho-intensivas (confecção, por exemplo). As firmas típicas

comunicação (...); e “Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada” (2000, p. 498).

deste modelo são a Nike, Reebok e Gap, que em geral não possuem nenhuma fábrica. São mercadores que projetam (*design*) e vendem (*market*), mas não manufacturam.

Castells argumenta que estudos sobre o setor de confecção nos EUA demonstram que ele tem se desenvolvido no sentido de se tornar um verdadeiro “centro de expedição”, convergindo 1) a demanda do mercado norte-americano com 2) os fornecedores de manufacturados em todo o mundo. Isto resulta numa força de trabalho bipolar, composta, de um lado, por estilistas altamente qualificados (*design*) e por gerentes de vendas especializados em telecomunicações (*market*), e, de outro, por trabalhadores industriais mal qualificados e mal pagos, geralmente do exterior (Castells, 2000, p. 271).⁹

É necessário enfatizar que o “esquema das sub-contratadas” ocorre tanto dentro das cadeias dirigidas pelo produtor como dentro das cadeias dirigidas pelo comprador. No topo das cadeias dirigidas pelo produtor (*producer-driven*), visualizamos grandes empresas transnacionais; já na base, estão os parceiros, sub-contratados, mas muitas vezes também grandes empresas transnacionais. Já nas cadeias dirigidas pelo comprador (*buyer-driven*), visualizamos no topo da cadeia também grandes corporações (como a Wal-Mart) ou grandes empresas e na base, micro e pequenas empresas sub-contratadas.

Com a rápida transformação tecnológica, (segundo Castells) as redes – não as empresas – tornaram-se a unidade operacional real. Em outras palavras, mediante a interação entre a crise organizacional e a transformação e as novas tecnologias da informação, surgiu uma nova forma organizacional característica da economia informacional/global: a empresa em rede. (2000, p. 191)

A *empresa em rede* seria um tipo particular de empresa no qual o “*sistema de meios*” é constituído através da combinação ou interseção de

⁸ Cadeias produtivas que normatizam as relações com as sub-contratadas na medida em que as empresas transnacionais desenvolvem várias formas de associação nas *networks*.

⁹ A Benetton, empresa em rede mundial especializada em artigos de malha, uma espécie de ícone da produção flexível, tem um formato organizacional centrado numa produção puxada pela demanda que se concretiza por meio da gestão dos fluxos de informações expedidos pelas suas redes de franqueados, e que, posteriormente, transformam-se em lotes de tarefas transmitidos às suas sub-contratadas.

segmentos ou “nós” de diversos tipos de cadeias produtivas que têm seus próprios objetivos.¹⁰ Os componentes das redes podem tanto ser dependentes quanto autônomos em relação à rede à que estão conectados, podendo fazer parte de outras redes.

4. RE-ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA NA CADEIA TÊXTIL-CONFECÇÃO

No caso particular da cadeia têxtil-confecção,¹¹ uma empresa pode integrar um segmento apenas, como os de fiação ou tecelagem, segmentos estes que formam um processo produtivo em si mesmo, ou pode integrar dois ou três segmentos (em geral fiação, tecelagem e acabamento), como os processos produtivos, geralmente integrados verticalmente, numa mesma empresa. Na atualidade, independente dos níveis de integração do processo produtivo no interior das empresas (integração intrafirmas), unindo dois ou mais setores produtivos da cadeia têxtil, há uma tendência para a integração interfirmas no nível global, formando uma rede global de produção. Gereffi (1997), analisando o complexo têxtil-confecção nos Estados Unidos e no México, a partir do incremento da integração econômica após o Nafta, que representa uma forma dinâmica competitiva dentro de um contexto global, afirma que:

O que está surgindo claramente como forma econômica predominante no complexo têxtil e de vestuário dos Estados Unidos e do México são *redes de empresas* que interligam diferentes tipos de firmas em agrupamentos ou nós industriais e atravessam as fronteiras dos países e do setor. (Gereffi, 1997, p. 104)

Analisando a conexão norte-americana e mexicana do vestuário, Gereffi afirma haver *dois tipos de redes econômicas*: as “redes centradas em fabricantes” e

¹⁰ Atuando em rede, as empresas podem ter estratégias diversas, como *developed partners* – parceiros no desenvolvimento da produção, mediante contratos com o fabricante global; *developed sources* – fornecedores de partes ou componentes normalmente sensíveis às vantagens da mão-de-obra barata; e os *volume producers* – indústrias com alto volume de produção, fornecedores não-exclusivos de grandes empresas globais (Dupas, 2000).

¹¹ Na perspectiva da *commodity chain* ou de uma cadeia mais extensa da mercadoria (fibras–têxteis–confeccionados) na qual o produto acabado é a roupa pronta.

as “redes centradas nos varejistas”. As “redes centradas nos fabricantes” dominam o tradicional setor de *maquiladoras*¹² do México. Segundo Gereffi:

As montadoras mexicanas voltadas para exportação estão organicamente ligadas e completamente subordinadas aos produtores têxteis e de vestuário norte-americanos. Esses fabricantes tendem a ser muito grandes, verticalmente integrados e estabelecidos no sul dos Estados Unidos. (1997, p. 118)

Gereffi demonstra haver uma estreita ligação entre as grandes tecelagens do sul dos Estados Unidos (da Carolina do Norte, particularmente) e as maiores confecções norte-americanas – tais como a empresa de capital fechado Levi Strauss and Co. (maior confecção do globo e principal fabricante mundial de jeans)–, com extensas redes de produção ligando o sul dos EUA ao México.

Além destas “redes transnacionais” centradas nos fabricantes, Gereffi aponta a existência de uma nova onda de “redes centradas nos varejistas” (idem, p. 119). São cadeias de varejistas tais como a Wal-Mart, maior empresa varejista do mundo, com vendas de US\$ 67 bilhões e 2.440 lojas em 1993, que tem sua sede no estado de Arkansas (EUA) (idem, p. 122). Esta é uma cadeia tipicamente dirigida pelos compradores (*buyer-driven commodity chain*). Para Gereffi, estas cadeias desempenham um duplo papel:

(...) constituem uma via para a colocação de bens de consumo importados no cerne da economia mexicana e também têm a capacidade de comprar mercadorias fabricadas no México e entregá-las aos mercados externos em que essas cadeias varejistas têm lojas, especialmente nos Estados Unidos. (idem, p. 119)

No segmento do vestuário, particularmente, Gereffi afirma haver uma forma de “dualismo econômico” em que convivem empresas produtoras de grandes

¹² Este setor foi estabelecido em 1965 no México, formado de montadoras (“maquilas”) que usam principalmente componentes norte-americanos para fabricar mercadorias voltadas à exportação para o próprio mercado norte-americano. Gereffi afirma que antes do Nafta estas

volumes de roupas padronizadas ou básicas (*standardized clothing*), com fábricas verticalmente integradas; e empresas tipicamente pequenas, produzindo “roupas da moda” ou voltadas para a moda (*fashion segment of industry*), com grande importância do fator *design*, já que são roupas com alto valor agregado (idem, p. 106-107). Contudo, esta questão é complexa, dado que os proprietários de grandes marcas mundialmente conhecidas, e com bastante aceitação nos mercados, também projetam roupas básicas em grande volume nos países centrais (através de equipes de estilistas), realizam a manufatura nos países periféricos e a distribuem através de grandes redes de lojas. Estas roupas também têm grande valor agregado (peças da Calvin Klein, por exemplo) mesmo sendo produzidas em grande quantidade, consistindo ser diferencial o fato de o produto ter aceitação mundial e, na medida em que é distribuído mundialmente, de seu grande volume se diluir numa miríade de lojas de departamento. As roupas produzidas em pequenos lotes para o segmento (efêmero) da moda¹³ têm seu valor agregado tanto por terem sido projetadas por estilistas (geralmente em pequenas oficinas) quanto por terem sido produzidas em pequenos lotes, assim como por utilizarem tecidos sofisticados e de qualidade diferenciada.

A reestruturação da economia global também induz a uma reflexão sobre o modo como o excedente (*surplus*) é extraído. Redes de empresas (*networks*) da cadeia global de mercadorias alteram o modo em que o excedente é extraído e realizado numa economia global (Gereffi, 1994b, p. 42). A noção de cadeia global de mercadoria (*global commodity chain*) possibilita uma forma de entendimento tendo por base um conjunto dinâmico de processos interfirmas. Para Gereffi, o conceito de *commodity chain* pode ser definido simplesmente como “*um sistema de trabalho e processo produtivo cujo resultado final é uma mercadoria acabada*” (“*a network of labor and production processes whose end result is finished commodity*”) (Gereffi, 1994b, p. 43).

A cadeia global da mercadoria consiste de “nós” (*nodes*) ou operações que conformam pontos fundamentais no processo produtivo e cada nó é ele próprio um sistema, conectado a outro nó (atividades produtivas correlacionadas). No caso particular do complexo têxtil numa perspectiva da cadeia completa, cada nó (produção de fibras + têxtil em si <fiação+tecelagem+malharia+acabamento> +

empresas não tinham nenhum encadeamentos (para trás ou para frente) tanto com produtores nacionais de tecidos quanto com lojas varejistas (Gereffi, 1997, p. 114).

¹³ Como disse certa vez, ironicamente, Jacques Cocteau: “moda é tudo que sai de moda”, enfatizando o caráter volátil da moda.

confeção + moda) constitui um processo produtivo. Para Gereffi, a perspectiva da cadeia global da mercadoria sugere que o excedente se desenvolve em relação aos diferentes nós da cadeia da mercadoria (1994b, p. 43). Segundo o autor, a distinção analítica entre centro e periferia pode ser aplicada de forma mais frutífera aos nós da cadeia global da mercadoria em vez de apenas aos países em geral.

Na formulação de Gereffi, as “atividades centrais” nas cadeias da mercadoria são aquelas em que o “excedente principal” é realizado, assim as nações centrais são aquelas onde as atividades centrais em relação à *commodity chain* estão espacialmente concentradas, podendo estar nos chamados países centrais ou na periferia (Gereffi, 1994b, p. 43).

O lucro na cadeia dirigida pelo comprador, cadeia típica do setor de confecções, deriva de uma combinação de pesquisa de alto valor, projeto (*design*), vendas, *marketing* e serviços financeiros, que permite ao “proprietário das marcas registradas” atuar como um “intermediário estratégico”, ligando fabricantes estrangeiros (sub-contratados em geral nos países periféricos) e comerciantes (*traders*) ao desenvolvimento de nichos de produtos em seus principais mercados consumidores. Daí ser necessário, ao se examinar o setor têxtil-vestuário, entendê-lo dentro da perspectiva de uma cadeia completa que envolve “encadeamentos estratégicos” entre fabricantes de fibras, têxteis, vestuário, estilistas, distribuidores e varejistas de roupas.

Como as cadeias de mercadoria dirigidas pelo comprador são altamente sensíveis às mudanças no mercado consumidor tanto quanto às mudanças nos custos de produção, suas operações manufatureiras devem estar preferencialmente localizadas em áreas onde há mão-de-obra barata sendo oferecida para jornadas intensivas. No caso particular da cadeia global do vestuário, Gereffi afirma que “os varejistas norte-americanos e os estilistas populares (como Liz Claiborne, Donna Karan, Ralph Lauren e Tommy Hilfiger) importam grandes quantidades de roupas femininas e masculinas da Ásia” (Gereffi, 1997, p. 107). Gereffi busca demonstrar as conexões entre Estados Unidos e Ásia e entre Estados Unidos e México,¹⁴ sendo México e Ásia locais nos quais as atividades manufatureiras são em geral realizadas. Assim, as atividades de *design* (projetos de peças do vestuário nos

¹⁴ Com dados de 1996, Gereffi demonstra que as importações norte-americanas de têxteis e confecções do nordeste, sudeste e sul da Ásia somavam 54% das importações; da América Central e Caribe, 17%; do México, 10%; e de outros países, 20% (Gereffi, 1997, p. 103).

quais já vêm sendo utilizados programas como o CAD/CAM) são elaboradas nos países centrais.¹⁵

A produção de peças de vestuário com alto valor agregado se dá na medida em que estilistas, trabalhando para os proprietários das grandes marcas, desenvolvem produtos tanto com tecidos de alta qualidade, particularmente combinando fibras múltiplas, quanto com *design* sofisticado. O projeto, a produção de peças de vestuário e a elaboração de coleções pelos estilistas ligados às grandes confecções estão cada vez mais conectados à produção de fibras, fios e tecidos de alta qualidade pelos grandes fabricantes têxteis, formando um verdadeiro “encadeamento estratégico” no setor têxtil-confecção, tendência que se repete no setor têxtil nacional. Segundo documentos recentes da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção – ABIT, representante oficial do setor têxtil nacional, o empresariado têxtil, diante do novo cenário econômico, investe no sentido de promover tanto a cooperação entre os diversos setores – pois o setor já percebeu que essas indústrias são elos de uma mesma corrente – quanto no sentido de incentivar o segmento que puxa toda a cadeia: a moda.¹⁶

O processo de liberalização comercial e de globalização dos mercados – desencadeado a partir da abertura comercial no Brasil durante a década de 1990 – provocou uma reorganização do setor têxtil brasileiro, quando este buscou se adequar ao novo cenário econômico. A reorganização foi marcada por um conjunto de mudanças produtivas e institucionais que tanto destruiu diversas empresas e inúmeros postos de trabalho, quanto provocou uma reordenação deste setor produtivo, com a introdução de diversas inovações (na matéria-prima, no processo produtivo e nos métodos de gestão). As novas formas de atuação dos empresários do setor com suas novas estratégias empresariais buscam responder às novas demandas do mercado consumidor (brasileiro e internacional), como consequência do acirramento da competição desencadeado pela entrada de produtos têxteis e confeccionados importados. No mesmo sentido, emerge uma nova forma de organização institucional do setor visando ao controle da cadeia produtiva e à formulação de políticas de produção, com ênfase na cooperação e na parceria interfirmas. Esta atitude busca gerar uma harmonia de interesses entre todos os

¹⁵ A contribuição da informática (CAD-CAM) nos processos de *design* e corte é notável. Daí ser possível existir empresas com departamento de *design* em Paris, fábrica em Hong Kong, escritório de vendas em Nova York e distribuição em Denver. O nome global desta nova tecnologia é “*quick response*” (resposta rápida).

¹⁶ Ver, particularmente, “Costurando ponto a ponto o futuro”. Relatório Gazeta Mercantil sobre a Indústria Têxtil (08 jun. 2000).

elos da cadeia produtiva têxtil, a fim de aumentar a produtividade e gerar um produto final mais competitivo internacionalmente. A re-organização do setor têxtil-confeção nacional visa sobretudo fazer frente a uma demanda de produtos têxteis mais diversificados, em um mercado cada vez mais competitivo.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alice R. de Paiva. *O avesso da moda: trabalho à domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL. Carta ABIT. São Paulo, 2000.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). *Relatório setorial 2001*. Rio de Janeiro, 2001.
- BEST, Michael H. *The new competition: institutions of industrial restructuring*. Massachusetts: Harvard University Press, 1990.
- BONACICH, Edna et al. *Global production: the apparel industry in the Pacific Rim*. Filadélfia: Temple University Press, 1994.
- CARDOSO, Adalberto M. Globalização e relações industriais na indústria têxtil brasileira. In: DOMBOIS, Rainer & PRIES, Ludger (orgs.). *As relações industriais no processo de transformação da América Latina: o caso brasileiro*. Bremen: Universität Bremen & São Paulo: CEBRAP, 1997. Documentos de Pesquisa, 2.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CORIAT, Benjamín. *El taller y el robot: ensayos sobre el fordismo y la producción en masa en la era de la electrónica*. Cidade do México: Siglo XXI, 1992.
- COSTURANDO ponto a ponto. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 8 jun. 2000. Relatório sobre a indústria têxtil.
- DANTAS, Alexis Toríbio. *Redes de firmas e política industrial*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ, 1998. (Texto para Discussão, n. 415).
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FARIA, L. A. E. & TAUILE, J. R. *As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ, 1999. (Texto para Discussão, n. 431).
- FLEURY, Afonso. Quality and productivity in the competitive strategies of Brazilian industrial enterprises. *World Development*, v. 23, n. 1, p. 73-85, 1995.
- GARCIA, Odair L. *Avaliação da competitividade da indústria têxtil brasileira*. 1994. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

- GARCIA, Renato & HIRATUKA, Célio. *Avaliação das mudanças econômicas recentes na indústria têxtil brasileira*. Campinas: Unicamp, 1995. (Relatório de Pesquisa - Contrato de assessoria econômica com a Universidade de Bremen / Alemanha).
- GEREFFI, Gary. Competitividade e redes na cadeia produtiva do vestuário na América Latina. *Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho*, v. 3, n. 6, 1997.
- _____. Global commodity chains (Introduction). In: GEREFFI, Gary & KORZENIEWICZ, Miguel. *Commodity chains and global capitalism*. Westport / London: Praeger, 1994a.
- _____. & APPELBAUM, Richard. Power and profits in the apparel commodity chain. In: BONACICH, Edna et al. *Global production: the apparel industry in the Pacific Rim*. Filadélfia: Temple University Press, 1994b.
- _____. *The transformation of the North American apparel industry: is NAFTA a curse or a blessing?* Santiago: CEPAL-ONU, 2000. (Serie Desarrollo Productivo, n. 84)
- GORINI, Ana Paula F. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000.
- HELD, David & MCGREW, Anthony. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- HIRST, Paul & THOMPSON, G. *Globalização em questão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL). *Análise da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira*. Brasília: IEL / CNA / SEBRAE, 2000. (Estudo realizado pela FGV-RJ).
- LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. "O Manifesto do Partido Comunista" In: Daniel Aarão Reis Filho [org] *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. RJ: Contraponto; SP: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MIRANDA, José Maria Simas. *Perfil da cadeia têxtil brasileira no cenário macroeconômico mundial*. Rio de Janeiro: SNI / SENAI / Cetiqt, 1999.
- PROCHNIK, Victor. *Política industrial para setores tradicionais: o caso do complexo têxtil brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ, 1989. (Texto para Discussão, n. 217).
- REVISTA TÊXTIL. São Paulo: R. da Silva Haydu & Cia. Ltda., jan.-fev. 2001.
- REVISTA TEXTÍLIA. São Paulo: EBT, n. 39, jan.-mar. 2001.

TAUILE, J.R. *A revolução tecnológica da microeletrônica: seus impactos sobre o trabalho e a produção*. IE-UFRJ, 2000 [mimeo].

_____. *As transformações do capitalismo contemporâneo e sua natureza na análise de Marx*. IE-UFRJ, 1999 [Textos para Discussão No. 431]

THERBORN, Goran. Globalizations: dimensions, historical waves, regional effects, normative governance. *International Sociology*, Sage, v. 15, n. 2, June 2000.

WATERS, Malcon. *Globalization*. London / New York: Routledge, 2001.

SOCIOLOGIA E EDUCAÇÃO: um debate teórico e empírico sobre modernidade*

Graziella Moraes Dias da Silva**

RESUMO

A educação sempre foi um tema central das ciências sociais. Os ditos pais fundadores da sociologia abordaram esta questão, e autores clássicos como Talcott Parsons e T. H. Marshall perceberam sua centralidade na explicação da modernidade. Porém atualmente o tema educacional parece ter se distanciado do *debate* sociológico. Se autores como Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Jürgen Habermas abordam o tema, eles tendem a apresentar a instituição escolar como educação abstrata com efeitos abstratos. Meu objetivo é apontar como este tipo de perspectiva não leva em conta as relações da educação com as outras instituições sociais, e sua construção histórica dentro de debates sociais e disputas mais amplas da sociedade. Ao mesmo tempo esta perspectiva abandona a tradição sociológica brasileira, extremamente marcada em sua gênese pelo debate educacional. As primeiras gerações de sociólogos brasileiros estiveram envolvidas em debates sobre o tema em instituições de pesquisa centrais como o Inep e o CBPE e, ao definirem um projeto nacional de educação criavam um projeto de modernidade brasileiro. Se compreendermos educação como uma instituição central desta Modernidade, construída historicamente, ela deixa de ser uma questão resolvida. Não é mais possível importar passivamente soluções internacionais. Faz-se necessário projeto sociológico e social que leve em conta as particularidades nacionais, e contribui de forma ativa

para o debate mais amplo da disciplina.

Palavras-chave: educação, sistemas educacionais, modernidade, sociologia histórica, sociologia da educação.

ABSTRACT

Education has always been a central issue for Social Scientists. The Founding Fathers of Sociology as well as central authors like Talcott Parsons and T. H. Marshall discussed its central role among Modern Institutions. However, the educational issue does not seem to be in the mainstream of Sociological debate anymore. Authors like Pierre Bourdieu, Anthony Giddens and Jürgen Habermas still make reference to Education, but they tend to present it as an abstract institution with abstract effects. My aim is criticize this perspective because it does not take into account the relations between educational system and other social institutions, nor its historical construction that took place inside social debates and public disputes for its definition. At the same time, this perspective ignores the Brazilian Sociological Tradition, strongly influenced by the educational debate. The first generations of Brazilian sociologists were involved in institutions devoted to educational policies – like Inep and CBPE – and included the educational sphere in their theories about what a “Brazilian Modernity” should be. If we understand education as a historically built institution, it is impossible to passively “import” a solution from the international debate. A sociological

* Este texto é uma versão revista do texto “Sociologia e educação: um debate teórico e empírico sobre modernidade”, apresentado no grupo de trabalho sobre educação e sociedade do XXIV Encontro Anual da Anpocs, durante o mês de outubro de 2000.

** Graziella Moraes Dias da Silva é mestre em Sociologia pelo Ifcs/UFRJ.

Atualmente trabalha no Núcleo de Sociologia da Cultura (Nusc), como coordenadora do Programa de Estudos sobre Atraso e Evasão na UFRJ. Também atua como consultora de metodologia junto a organizações não-governamentais e faz parte do grupo de pesquisa sobre Educação, Exclusão e Sagrado Social do CNPq.

and social project that considers the national specificity of the educational system is necessary, and it can contribute to the broader debate of this discipline in Brazil.

Keywords: education, educational systems, modernity, historical sociology, sociology of education.

INTRODUÇÃO

Para poder compreender o sistema de seu tempo, não basta considerá-lo como ele hoje se apresenta, porque todo e qualquer sistema educativo é um produto histórico, que só a história pode explicar. É uma verdadeira instituição social. Nem é mesmo raro que a história de um país venha a refletir-se nele. (Durkheim, 1952, p. 86)

A educação tem estado afastada do debate sociológico. Em 1998, num seminário organizado pelo grupo de Sociologia da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped),¹ Maria Arminda N. Arruda, então coordenadora da área de sociologia da Capes, afirmou que entre 1994 e 1998 aproximadamente dez teses (entre mestrado e doutorado) haviam sido defendidas sobre o tema educacional. Esta distância é mais surpreendente se levarmos em conta que a origem da sociologia acadêmica se deu numa relação estreita com o tema educacional, principalmente no Brasil.

1. SOCIOLOGIA E MODERNIDADE

A sociologia surgiu no século XIX como uma tentativa de explicar as mudanças sociais produzidas pelo surgimento de um novo momento histórico, denominado modernidade. As mais diferentes tradições e perspectivas teóricas tentavam explicar esta nova organização social, avaliando este “processo” de diferentes formas: proletarianização revolucionária, racionalização, ou transição de solidariedade mecânica para orgânica. Os marcos desta nova ordem eram a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e a formação dos Estados-nação.

1. Seminário “As ciências sociais e a educação no Brasil: ontem e hoje”, ocorrido em 4 e 5 de julho de 1998, no Campus do Gragoatá (Niterói), da UFF.

Também durante o século XIX na Europa e nos EUA sistemas escolares de massa foram construídos e a educação compulsória foi introduzida.⁽²⁾ Esta “coincidência” entre o surgimento de sistemas escolares e o marco da própria modernidade dá à educação um caráter explicativo tão forte como aquele de temas caros às ciências sociais: trabalho, Estado etc. Entre os clássicos, a educação aparecia como instituição central na definição deste novo momento. Mas, ao longo do desenvolvimento da disciplina, o tema foi perdendo relevância e se tornando um subcampo da sociologia, ou uma subdisciplina como temia Florestan Fernandes, defensor da sociologia como disciplina única:

Como acontece em qualquer ciência, os métodos sociológicos podem ser aplicados à investigação e à explicação de qualquer fenômeno social particular sem que, por isso, se deva admitir a existência de uma disciplina especial, com objeto e problemas próprios! (Fernandes, 1960, p. 29-30)

No Brasil, foi durante a década de 1920 que a educação passou a ser tratada como um problema social cuja solução implicaria a utilização de perspectivas psicológicas e sociológicas (Bomeny, 1993). As reformas educacionais que aconteceram durante esta época refletiam este espírito científico. A filosofia da escola livre, baseada no pragmatismo americano de John Dewey, era a inspiração do movimento pela educação brasileira. É também dentro deste espírito que a sociologia brasileira começa a se organizar nas universidades. Fernando de Azevedo, um dos primeiros catedráticos de Sociologia da Escola de Filosofia, Ciências e Letras (futura USP), foi também o formulador da primeira reforma do ensino do Distrito Federal (uma das inúmeras reformas educacionais estaduais ocorridas na década de 1920) e redator dos manifestos dos Pioneiros da Educação (o primeiro de 1934 e o segundo de 1959). O educador Anísio Teixeira, signatário de ambos os manifestos, sucessor de Fernando de Azevedo nas reformas do DF, além de reformador da educação baiana, também mantinha estreitas relações com a sociologia. O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) idealizado por Teixeira empregou diferentes nomes das ciências sociais nacionais durante as

2 Para aprofundar este tema, ver Boli & Ramirez (1992).

décadas de 1950/1960: Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Luís Costa Pinto, entre outros.

Por outro lado, a sociologia engajada tinha na educação um dos seus objetos centrais de ação. Projetos de educação popular, como o de Paulo Freire, eram vistos como mecanismos privilegiados para realização de mudanças sociais dentro de um projeto intelectual de desenvolvimento nacional. A concepção de sociedade em transição, proposta pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), tinha na educação um dos principais suportes para a transformação da sociedade brasileira.

O distanciamento da educação como tema sociológico não tem sido objeto de muitos debates. No caso brasileiro, Luiz Antônio Cunha(3)³ aponta como causa deste afastamento a criação de um departamento de educação/pedagogia dentro das universidades, que monopoliza o tema, antes interdisciplinar. A própria organização segmentada da universidade poderia ser pensada como culpada por esse isolamento. Considero mais interessante, porém, buscar as causas dessa distância no próprio desenvolvimento teórico da sociologia – nacional e internacional.

Partindo das discussões mais contemporâneas desta disciplina pretendo apontar como a educação, além de instituição central da modernidade, ajuda a compreender e interpretar muitas questões e debates centrais desta disciplina, como a oposição entre indivíduo e sociedade.

2. OS CLÁSSICOS

A socióloga britânica Margaret Archer apresenta objetivo semelhante em seu texto *The sociology of educational systems*, de 1980. Partindo dos chamados pais fundadores – Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber –, Archer aponta como a concepção de educação para os clássicos da sociologia é, em muitos sentidos, semelhante:

Embora a educação não tenha sido uma questão central para Marx e Weber, diferentemente de Durkheim, os

³ Texto mimeografado, distribuído numa palestra do curso de Sociologia III, durante o 2º semestre de 1998. Ifcs/UFRJ.

três autores compartilhavam uma orientação comum, apesar de suas diferentes abordagens teóricas. Primeiramente eles unanimemente trataram a educação como uma instituição social macroscópica, e não como um amontoado de organizações (escolas, faculdades, universidades), ou como um conjunto de coletividades (professores, alunos e diretores), nem como um aglomerado de propriedades separadas (*inputs*, processos, *outputs*). Em segundo lugar, Marx, Weber e Durkheim colocaram firmemente a instituição educacional na estrutura social mais ampla e propuseram problemas interessantes sobre sua relação com outras instituições sociais (economia, burocracia e ação política, respectivamente). Em terceiro lugar, todos os três perceberam que a posição da educação na estrutura social e sua relação com outras instituições eram as chaves para compreender a dinâmica da mudança educacional. Embora somente Durkheim tenha teorizado profundamente sobre os reais mecanismos do desenvolvimento educacional, nenhum deles deixou dúvida de que esta deveria ser uma parte integrante de suas macroteorias – para Marx, a mudança educacional nasceu do jogo dialético entre infra-estrutura e superestrutura; para Weber, ela estava associada à dinâmica da burocratização, embora esta ligação estivesse “escondida em algum ponto decisivo”; para Durkheim, ela estaria, e deveria estar, unida à ação política e, deste modo, ao desenvolvimento de uma sociedade orgânica integrada e normativa. (Archer, 1980, p. 234)(4)⁴

4 “Although education was never a major concern of Marx and Weber, unlike Durkheim, all three shared a common orientation towards it despite their differences in theoretical approach. Firstly, they unanimously treated education as a macroscopic social institution rather than a bunch of organisations (schools, colleges, universities), a set of collectivities (teachers, pupils, principles), or a bundle of properties (inputs, processes, outputs). Secondly, Marx, Weber and Durkheim placed the educational institution firmly in the wider social structure and set interesting problems about its interface with other social institutions (the economy, bureaucracy and polity respectively). Thirdly, all three saw that it was education’s position in the social structure and relationship to other institutions, which were the keys to the dynamics of educational change. Although only Durkheim went far in theorising about the actual mechanics of educational development, they all left no doubt that this should form an integral part of their macroscopic theories: for Marx educational change was born along by the dialectical interplay of infrastructure and superstructure; for Weber it was associated with the dynamics of bureaucracy, though the link was ‘hidden in some decisive point’; and for Durkheim it would, and should, be tied to the polity and through it to the development of the normatively integrated organic society.”

Além disso, as avaliações dos clássicos sempre se pautaram em análises empíricas sobre os sistemas educacionais que os cercavam. Karl Marx (1996) centrou seu debate na proposta educacional de Gotha; Max Weber (1946) compara a educação alemã àquela dos *literati* chineses; e Émile Durkheim (1990) traça um histórico da construção do sistema educacional francês.

Dos três, Durkheim foi quem mais se dedicou ao tema. No início de sua carreira deu aula na Faculdade de Educação de Bourdeaux, lecionando sobre o método e a disciplina pedagógicas. Nesse autor, encontramos a definição de uma educação moral, ou seja, uma educação que vai além da simples definição de instrução como transmissão de conhecimentos práticos ou instrumentais. Durkheim percebe a modernização como um processo claro de transição da solidariedade mecânica para a orgânica. Tendo como preocupação a ordem social, a educação entra na obra deste autor como uma instituição fundamental para a manutenção dessa ordem, por mais que ao mesmo tempo ela permita uma certa autonomia do sujeito.

Para Durkheim, a educação não é só importante por ser proporcionadora de conhecimento – o que, por si só, seria fundamental. A educação teria três funções complementares: disciplina, pertencimento (*attachment*) ao grupo e – surpreendentemente – autonomia.⁽⁵⁾ Mas o cerne de seu interesse pela educação se liga diretamente ao estudo da moral. A educação seria a melhor maneira de socializar os indivíduos, ainda crianças, nas regras sociais mais fundamentais – nacionais, disciplinares etc. A educação tem no pensamento durkheimiano uma função real, logo se organiza como instituição para realizar esta função moralizadora da sociedade.

Hoje é mais difícil acreditar no ideal de sociedade coerente, visando sempre uma solidariedade orgânica, quase harmônica. Além disso, as referências de Durkheim a uma educação especializada e diferenciada (apesar de uma em suas bases sociais) soam elitistas, assim como sua defesa da autoridade pedagógica parecer praticamente irrealizável num momento de contestação e de pedagogias mais participativas. Mas a definição durkheimiana de educação como instituição

5 Em uma das raras menções à independência do indivíduo, Durkheim menciona a importância do conhecimento como promotor da autonomia (básica em sociedades modernas) do indivíduo frente à coerção da sociedade. É através do conhecimento que escolhemos entre os melhores meios para atingir nosso fim (este caráter da “escolha” de Durkheim se aproxima da racionalidade de Weber).

socializadora das novas gerações nos valores sociais hegemônicos, continua atual. Estes valores parecem se relacionar ao sagrado social das sociedades modernas e sua realização implica a existência de uma instituição concreta e histórica – um sistema educacional:

As práticas educativas não são fatos isolados uns dos outros, ao contrário, para uma mesma sociedade, elas estão ligadas num mesmo sistema em que todas as partes concorrem para um fim único: é o sistema de educação próprio desse país e desse tempo. Cada povo possui o seu, como possui o seu sistema moral, religioso e econômico. (Durkheim, 1973, p.79)

Esta educação moral é ao mesmo tempo racional, sem com isso deixar de ser “sagrada”. A definição de “sagrado social”, hoje apropriada por Jeffrey Alexander (1990; Alexander & Smith, 1993), foi criada por Durkheim. O sagrado social é o que permite a manutenção da coesão, da solidariedade; é a base moral comum na qual as disputas sociais se baseiam.⁶ Apesar da sua visão otimista, a teoria durkheimiana foi apropriada de diferentes maneiras, inclusive na radicalidade pessimista dos aparelhos ideológicos de Estado de Louis Althusser e no funcionalismo evolucionista de Talcott Parsons.

Talcott Parsons também já pode ser considerado um dos autores clássicos da sociologia. Apesar de todas as críticas que lhe são feitas atualmente, a hegemonia deste autor no campo sociológico durante duas décadas não pode ser menosprezada. Além disso, ele compartilha com os clássicos da visão macrosociológica de um sistema educacional que engloba as diferentes práticas educativas formais (escolas, universidades etc.) e que se constrói na relação com as outras instituições sociais.

Finalmente nós devemos relacionar o sistema acadêmico a setores não-acadêmicos da sociedade como um todo, assim como a setores particulares dela: o sistema político, a economia, a divisão das classes

⁶ Interessante exemplo deste conceito é a discussão de Jeffrey Alexander (1990) sobre o *impeachment* de Richard Nixon. Apesar de em alguns momentos excessivamente dicotômico, o autor aponta como as acusações e defesas se referiam aos mesmos valores – o sagrado social americano: honestidade, meritocracia etc.

sociais e a comunidade societal. (Parsons & Platt, 1973, p.5)(7)⁷

Sua análise deste sistema é pautada na experiência norte-americana, considerada por este autor um exemplo a ser seguido. Em trabalhos como *The american university*, Parsons & Platt (1973) colocam a “revolução educacional” (trazendo a educação básica pública e universal) como tema principal para a explicação da modernidade americana, juntamente às revoluções democrática e industrial. O discurso educacional tem um papel fundamental na constituição dos papéis sociais, e as instituições destes permitem a inter-relação entre os diferentes níveis de análise propostos pelo autor (sistema cultural, social e individual).

A revolução educacional de Parsons é central em sua concepção de modernidade: ela teria reduzido a ignorância e desenvolvido a capacidade dos indivíduos e da sociedade de utilizar o conhecimento em prol do interesse humano e da implementação de valores modernos. Como Durkheim, Parsons aponta a dupla consequência do processo educacional, contribuindo ao mesmo tempo para o processo de individualismo institucionalizado e de manutenção da integração social.

O instrumental de Parsons associa modernização, racionalização (diferenciação) e educação, tendo como exemplo a sociedade americana – a mais moderna e evoluída. A perspectiva parsoniana incentivou o otimismo para com a educação, que passou a ser sobrevalorizada como principal instituição promotora de desenvolvimento e integração. Outras correntes mais economicistas enfatizaram as possibilidades de crescimento econômico vinculado ao desenvolvimento educacional, base das teorias de capital humano – hoje mais em voga do que nunca. Esta teoria foi questionada em seu aspecto de igualdade de oportunidades e em seu princípio evolutivo e neutro por autores como Pierre Bourdieu.

2. SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA, EDUCAÇÃO ABSTRATA: Bourdieu, Giddens E Habermas

Para apontar a quase ausência da visão macro-histórica sobre educação na sociologia atual,(8)⁸ minha proposta é comparar estas perspectivas clássicas

⁷ “Finally we must relate the academic system to the non-academic sectors of the society as a whole as well as particular parts of it: the political system, the

com as de alguns dos autores da contemporaneidade, como Anthony Giddens, Jürgen Habermas(9)⁹ e Pierre Bourdieu. Com isso pretendo mostrar como a abordagem macrossociológica se distanciou ao longo do tempo da perspectiva da educação como instituição social que se constrói na relação histórica com outras instituições, para tratá-la como uma instituição abstrata com efeitos abstratos. Ao mesmo tempo, a educação deixou de ser pensada com o otimismo instrumental parsoniano, substituído pelo pessimismo althusseriano. A educação passa a ser definida como reprodutora das desigualdades sociais mais gerais da sociedade – seja reproduzindo as desigualdades entre as classes, seja reforçando o predomínio da racionalidade instrumental sobre a razão comunicativa.

Esta definição de educação se aproxima da concepção de educação como aparelho ideológico de Estado de Louis Althusser (1998). Althusser tradicionalmente se afirmava como marxista, mas seu modo de pensar a educação pode facilmente ser enquadrado na perspectiva funcionalista-durkheimiana. Em Althusser, a educação tem um papel tão fundamental quanto em Durkheim. Mas enquanto este último analisa a conservação do “equilíbrio social”, o primeiro busca a ruptura, a revolução. Neste sentido, o sistema escolar é um inimigo desse objetivo. Muitas das análises marxistas sobre a educação simplesmente a tratam como “vilã”, ou como reprodutora de uma realidade que ela própria não pode transformar. Além disso, em sua busca por um desenvolvimento universal – que levaria à revolução proletária mundial –, estes autores menosprezaram as especificidades históricas dos sistemas educacionais.(10)¹⁰

Em *Aparelhos ideológicos de Estado*, Althusser analisa a escola como um aparelho fundamental e com existência material na sociedade moderna, juntamente

economy, and aspects of the class system and of the societal community.”

8 Seleccionei os autores que considero mais coerentes com a tradição sociológica, excluindo assim as visões reducionistas da sociologia como o individualismo metodológico, ou a etnometodologia. Estes autores tendem a definir educação como sistema, o que permite uma comparação com a perspectiva dos clássicos. Este debate seria impossível no caso de autores que definem educação como uma interação pontual, relação entre professores e alunos, ou atributo individual a ser medido estatisticamente.

9 Habermas não pode ser definido como sociólogo nos mesmos termos de Bourdieu e Giddens; sua tradição filosófica (vinculada à Escola de Frankfurt) tem uma proposta multidisciplinar, mas seus conceitos e debates tocam questões fundamentais da sociologia, o que permite a inclusão de seu nome como autor central da disciplina.

10 Um outro exemplo desta perspectiva pode ser encontrado em Baudelot & Establet (1977).

com a família. Seu conceito de aparelho ideológico se refere à noção de ideologia em Marx, entendida como “falsa consciência”. Ao mesmo tempo, porém, Althusser afirma a autonomia relativa da ideologia, que tem existência material nos aparelhos e ação de retorno sobre a estrutura, negando assim a metáfora descritiva e estática do edifício de Marx para a compreensão da relação entre “infra-estrutura” e “superestrutura”. O “modo de produção”, porém, ainda é apresentado como determinante em última instância. Assim, apesar de pensar o papel da ideologia na reprodução das “condições de produção” (forças e relações), Althusser mantém a sua essência econômica. O papel da educação e suas operações são portanto determinados fora dela, na base econômica da sociedade (perspectiva, em um certo sentido, próxima da de Bourdieu, embora este último tenha incluído a especificidade da reprodução do capital simbólico).

Se é possível encontrar obras dedicadas à relação entre os clássicos e a sociologia da educação, é mais difícil encontrar uma literatura sociológica relacionada aos autores contemporâneos que me proponho a discutir — com exceção de Pierre Bourdieu, o único entre os três a abordar diretamente o tema educacional. Esta ausência é sintomática do distanciamento atual entre sociologia e educação e obriga, ao mesmo tempo, a uma análise mais detalhada da discussão contemporânea.

Na década de 1960, Pierre Bourdieu realizou diversas pesquisas acerca do sistema educacional francês, principalmente sobre as universidades. Bourdieu se afirma como um autor que tenta realizar uma síntese entre as tradições hermenêutica e funcionalista (da mesma forma que Anthony Giddens e Jürgen Habermas, entre outros). Suas raízes sociológicas podem ser buscadas no estruturalismo de Claude Lévi-Strauss, e talvez por isso seus primeiros trabalhos sobre educação sejam tão marcados por esta perspectiva. Adotando uma visão “reprodutivista”,⁽¹¹⁾ Bourdieu define o campo educacional como um misto de disputa de poderes, mas com posições já delimitadas pelo capital econômico e simbólico herdados, e tendendo sempre à estabilidade. Desta forma, Bourdieu denuncia a não legitimidade do discurso meritocrático, base da ideologia liberal-

11 Centrarei a discussão sobre Bourdieu em suas primeiras obras sobre educação, e até hoje as mais citadas, escritas com Passeron: *Les héritiers: les étudiants et la culture* (1964) e *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement* (1970). Tenho ciência de que o autor reviu algumas das proposições destas obras em textos mais recentes; pretendo desenvolver este ponto em outro trabalho.

capitalista. Na obra *Les Héritiers*, Bourdieu & Passeron (1964) mostram como as posições acadêmicas estão intimamente relacionadas às origens socioculturais dos jovens. Seus “gostos de classe e estilo de vida” parecem ser mais determinantes de seu desempenho universitário do que sua dedicação acadêmica – praticamente insignificante na interpretação do sociólogo francês. Bourdieu não chega a explicar as exceções — tratando-as como “confirmadores da regra”.

As críticas a esta perspectiva podem ser resumidas em dois pontos inter-relacionados. Bourdieu não dá uma especificidade à lógica: os capitais simbólico e econômico que determinam as disputas não se encontram no campo educacional, são apenas reproduzidos por ele. Este campo perde assim sua especificidade, correspondendo sempre à disputa estrutural entre dominantes e dominados. O sistema escolar não tem fronteiras analíticas claras, sendo baseado em uma plena permeabilidade em relação à lógica social mais geral. Desta forma, e chegamos ao segundo ponto, a escola tem um papel reprodutor independente dos contextos históricos em que se construiu, tornando-se a instituição abstrata mencionada acima.

Em trabalhos posteriores, Bourdieu “atualizou” alguns destes conceitos, dando maior autonomia à lógica escolar. Em sua discussão sobre a correspondência entre diplomas e postos de trabalho, por exemplo, admite que o diploma – a partir do momento em que se torna mais generalizado – pode servir como instrumento de pressão e ferramenta na disputa do campo profissional: *“O diploma universaliza o trabalhador porque, análogo nesse aspecto à moeda, transforma-o num trabalhador livre no sentido de Marx, mas cuja competência e todos os direitos correlativos estão garantidos em todos os mercados.”* (Boltanski & Bourdieu, 1998, p. 132). Por isso os empresários (na França, apesar de o autor não delimitar esta especificidade) estariam desestimulando seus funcionários a prosseguir nos estudos, ou criando universidades “da casa” (leia-se, particulares), diretamente relacionadas às competências exigidas pela empresa. Desta forma, o diploma público passa a ser uma arma de resistência nas disputas sociais, garantindo a validade do direito conquistado com o título universitário.

Mesmo concedendo esta autonomia ao sistema de ensino, Bourdieu segue denominando-o “aparelho de produção dos agentes”, responsável pela reprodução (técnica e social), o que, como toda a taxinomia, em última instância se remete à oposição entre as classes. Semelhanças com Althusser à parte, este tipo

de definição obscurece os aspectos inovadores do sistema educacional – centrais na compreensão da realidade brasileira, como apontarei à frente.

Esta perspectiva é na maioria das vezes apropriada de forma funcionalista, segundo a qual a instituição escolar aparece completamente adequada aos objetivos reprodutivistas mais gerais da “sociedade capitalista” – explicam-se as partes com base em sua função para a reprodução do todo. Este é o caso da maioria das leituras brasileiras do autor, que aplicam os conceitos de Bourdieu sem muita atenção para a especificidade histórica brasileira. Além disso, as disputas pelo domínio do aparelho escolar são menosprezadas nesta perspectiva, da mesma forma que as “lutas sociais” por educação são interpretadas como simples ilusão pequeno-burguesa, ou direitos concedidos visando à manutenção da estrutura social.

Habermas e Giddens não dedicam obras à análise do sistema educacional. A educação aparece em sua produção como instituição vinculada ao desenvolvimento da modernidade, ou ainda numa discussão pontual, sem que exista uma definição precisa do que seja o sistema escolar, tratando suas partes como instituições quase independentes. Este é o caso da discussão inicial de Jürgen Habermas (1971) sobre as universidades.

Habermas é herdeiro da tradição da Escola de Frankfurt; logo, para compreender sua perspectiva, e ao mesmo tempo a originalidade de sua obra, é necessário remeter-se brevemente às idéias desta escola. Os pensadores da Escola de Frankfurt tentavam realizar uma síntese teórica pluridisciplinar das perspectivas marxista, weberiana e freudiana, mediante a ênfase num processo de crescimento da racionalidade instrumental, que culminaria no totalitarismo desta visão, destruindo as possibilidades de ação humana. Em *Dialética do esclarecimento* (Adorno & Horkheimer, 1972), obra marco desta tradição, o esclarecimento aparece como um processo inalterável, que toma os espaços da práxis, da reflexão artística, tornando-se assim irracionalismo e levando à barbárie massificadora – cujo maior exemplo seria o nazismo. Diretamente relacionado ao capitalismo, o esclarecimento torna-se a ideologia intransponível deste regime. Nesta perspectiva, qualquer tipo de educação institucional ou contribui para esse processo – é a *Halbbildung* (meia-educação ou educação superficial) de Adorno –, ou introjeta um currículo oculto, conceito desenvolvido por Ivan Illich (1971), ou ainda é um processo a que

devemos nos opor com iniciativas como a “desescolarização” (conceito também desenvolvido por Illich).

As críticas desses autores da Escola de Frankfurt aos movimentos estudantis de 1968 – com exceção de Herbert Marcuse (1972), que permaneceu nos EUA – podem ser analisadas como decorrentes do medo de massificação da universidade, já alardeada por Max Weber. Assim como Marcuse, Habermas também parece dar maior importância a essa característica do espaço universitário, apesar das duras críticas que fez ao movimento de 1968. As primeiras obras deste autor dedicam-se a compreender as “funções” da universidade e dos movimentos estudantis — como formadores (ou deformadores) da cultura política de seus alunos. Este autor não compartilha do pessimismo crônico da primeira geração da Escola de Frankfurt (novamente é necessário abrir exceção para Marcuse). Num primeiro momento, ele parece avaliar a universidade como formadora de uma modernidade mais comunicativa, e menos instrumental (1971).

Habermas escreve abertamente sobre o significado político dos movimentos estudantis e sobre o significado não científico da universidade. Além do conhecimento acadêmico – técnico ou tecnológico – a universidade teria três papéis essenciais a cumprir: 1) dar habilidades extra funcionais aos seus graduados; 2) transmitir, interpretar e desenvolver a tradição cultural das sociedades; e 3) dar consciência política aos seus estudantes – independentemente da organização política da sociedade mais ampla. Habermas chega a afirmar que acredita na

(...) universidade como uma instituição científica e social. (...) Nela nós vemos a evidência de uma unidade entre a razão teórica e prática (...). A tradução do material científico em processos educacionais exige uma forma de reflexão antes associada à consciência filosófica. (Habermas, 1971, p. 8-9)(12)¹²

12 “(...) *the university as a scientific institution and a social organisation* (...) Here [in the university] we see the evidence of a subterranean unity of theoretical and practical reason (...) The translation of scientific material into the educational processes of students requires the very form of reflection that once was associated with philosophical consciousness.”

Este livro faz parte das primeiras obras do autor, e foi escrito em 1971. Em obras posteriores, como o conhecido livro *Teoria da ação comunicativa* (1981), Habermas parece ter perdido a esperança na educação e aponta a escolarização como mais uma esfera onde os “sistemas auto-regulados colonizam o mundo da vida”:

Submeter a educação a um sistema legal produz um agrupamento abstrato daqueles envolvidos no processo educacional e sujeitos individualizados em um sistema de mérito (*achievement*) e competição. O caráter “abstrato” consiste nas normas da lei escolar, aplicada sem consideração pelas necessidades e interesses das pessoas a ela submetidas, ignorando suas experiências e relações sociais. Isso ameaça a liberdade pedagógica. A compulsividade pela certeza do litígio-prova das notas e a sobre-regulação do currículo causaram este fenômeno caracterizado pela impessoalidade, inibição da inovação, quebra da responsabilidade, imobilidade etc. (Habermas, 1984, p. 371-372)(13)¹³

Neste livro, Habermas parece assumir a existência de um sistema educacional, sem definir com muita clareza a inclusão ou não da universidade como parte deste sistema. Ao mesmo tempo, este sistema é cada vez menos transformador, pois não apresenta tantos espaços para a racionalidade comunicativa, estando dominado pelas leis formais do *welfare state*. A explicação para esta nova interpretação pode ser compreendida pela opção por uma organização centrada na transmissão de conhecimento técnico, deixando de lado as outras funções apontadas acima. A escola (ou a universidade) deixa de ser espaço para a racionalidade comunicativa e passa a ser dominada pela racionalidade instrumental: a práxis some assim do espaço acadêmico.

13 “*Subsuming education under the medium of law produces an abstract grouping together of those involved in the educational process and individualised legal subjects in a system of achievement and competition. The abstractness consists in the fact that the norms of school law apply without consideration of the persons concerned, of their needs and interests, cutting off their experience and splitting up their relationship. This has to endanger the pedagogical freedom. The compulsion towards litigation-proof certainty of grades and the over-regulation of the curriculum lead to such phenomena as depersonalisation, inhibition of innovation, breakdown of responsibility, immobility and so forth.*”

Anthony Giddens, mais do que J. Habermas, dá relevância à ação do indivíduo e enfatiza sua capacidade reflexiva em relação à realidade social. Na sua discussão sobre educação, Giddens se restringe, num primeiro momento, a debater a escola básica, utilizando o trabalho sobre cultura contra-educacional de Paul Willis (1991) como ilustração empírica de sua proposta teórica. Em *A constituição da sociedade* (1984), ao tratar da escola como um exemplo do desencaixe/reencaixe entre tempo e espaço, Giddens afirma que as escolas modernas são organizações disciplinares relativamente autônomas, cujos traços burocráticos claramente influenciam e são influenciados pelas regiões que contêm. Sua estrutura espacial é a de um *container* de poder disciplinador – com horários estabelecidos, separação da escola de outros espaços, das salas entre si, e mesmo entre as cadeiras dos alunos. Ao mesmo tempo, esta disciplina precisa de uma legitimidade da interação face a face – entre professores e alunos, por exemplo –, um controle dialético que tem de ser reflexivamente manejado.

Mas se Giddens costuma enfatizar a ação individual, no caso da educação sua ênfase está na reprodução social – por mais que exista espaço para a resistência, como no estudo de Willis discutido por ele. Na sua visão, este estudo empírico acerca da cultura contra-educacional permite uma densa discussão sobre o constrangimento e a contradição estrutural. Estudos como o de Willis seriam o exemplo de uma união entre teoria estrutural, pesquisa empírica e teoria crítica.

O constrangimento estrutural na etnografia de Willis aparece não como uma força maior em relação à qual os estudantes são meros recipientes passivos, mas como alguma coisa que opera mediante a participação ativa dos atores envolvidos, gerando conseqüências não esperadas. Na interpretação de Giddens, os *lads* – piores alunos da escola – não são produtos de uma socialização deficiente, mas atores conscientes de sua posição na sociedade, cientes do funcionamento da instituição escolar, não de forma a poderem definir as condições que os levaram a sua situação escolar, mas críticos da falta de perspectiva de sua realidade socioeconômica. A reprodução se dá pelos agentes, não fora deles. A reflexividade desses agentes, porém, não parece ser produto da educação escolar – na dualidade da estrutura, a escola parece pertencer mais ao lado estrutural do que ao lado da ação.

Esta posição é reafirmada, e até enfatizada, em um livro posterior do autor. Giddens parece então acreditar em uma tendência à reprodução passiva de

valores via educação, utilizando o conceito de currículo oculto. Em *Conseqüências da modernidade*, o autor afirma:

A importância do currículo oculto nos processos de educação é aqui [na confiança nos sistemas peritos] provavelmente decisiva. O que é transmitido à criança no ensino da ciência não é apenas o conteúdo das descobertas técnicas, mas mais importante para as atitudes sociais gerais, uma aura de respeito pelo conhecimento técnico de todos os tipos. (Giddens, 1991, p. 92)

Estranhamente, Giddens não explora as conseqüências não esperadas do próprio sistema escolar, limitando-se a reproduzir as considerações de Willis, que termina um minucioso trabalho empírico com conclusões baseadas na filosofia althusseriana: *"Para manter a divisão ocupacional do trabalho, o sistema educacional tem que garantir que os indivíduos sejam alocados de forma diferenciada nas posições ocupacionais."* (Giddens, 1984, p. 296).⁽¹⁴⁾¹⁴

Podemos afirmar que o sistema educacional em si pressupõe este desencaixe afirmado por Giddens – separando conhecimentos e definindo horários e salas para sua transmissão. Mas a instituição escolar – seja a escola básica ou a universidade – é um dos espaços centrais de reencaixe na modernidade. Entre a população mais jovem, a escola onde se estuda costuma definir a rede de relações. Ou ainda o “não freqüentar” a escola condiciona diretamente seu “campo de possibilidades” de reencaixe. Como a rica etnografia de Paul Willis aponta, é na escola que os jovens se dão conta da diferença e decidem suas estratégias de ação – mesmo que sejam a baderna ou a total descrença no sistema escolar.

As obras de Habermas e Giddens não têm sido muito utilizadas no debate educacional. A distância entre a sociologia e a educação é uma primeira explicação. Porém, mais difícil é explicar a falta de centralidade da educação na obra de autores dedicados à explicação da modernidade. A freqüência à escola tem aumentado progressivamente desde o século XIX. Compulsória para crianças entre

14 *"In order for the occupational division of labor to be maintained, the educational system has to ensure that individuals are allocated differentially to occupational positions."*

7 e 14 anos, esta instituição social é talvez a maior formadora de mentes modernas – ou organizadora da moral racional, como previa Émile Durkheim.

Nos três autores contemporâneos escolhidos encontramos a reificação de uma educação reprodutora e constrangedora. A educação não aparece mais como instituição transformadora da realidade que a cerca, mas como sistema abstrato de reprodução de uma cultura supostamente predefinida e coerente.(15)¹⁵ Talvez por isso um dos poucos compêndios sobre teoria social e educação, escrito por dois sociólogos (Torres & Morrow, 1995),(16)¹⁶ escolha exatamente a reprodução como conceito-chave na explicação das diferentes teorias sobre educação.

3. EDUCAÇÃO COMO SISTEMA ESCOLAR HISTORICAMENTE CONSTRUÍDO: Margaret Archer e Norbert Elias

Como alternativa a esta concepção unilateral e abstrata de educação, recorro novamente a Margaret Archer, que propõe uma análise histórica da formação dos sistemas de ensino. Em sua tese de doutorado *Social origins of education* (1979), Archer defende uma concepção macrossociológica dos sistemas educacionais. Sua definição do sistema educacional, apesar de simples, elimina a chance de considerar a educação como um mecanismo reprodutor abstrato. Para ela, o sistema educacional consiste numa coleção nacional e diferenciada de instituições dedicadas à educação formal, cujo controle e supervisão geral é ao menos parcialmente governamental, e cujas partes e processos componentes estão relacionados uns aos outros (Archer, 1979, p. 54)

Nesse estudo empírico, a autora compara a construção dos sistemas educacionais de quatro países europeus (Rússia, França, Inglaterra e Dinamarca). A partir desses casos, a autora discute a formação dos limites e operações dos sistemas educacionais nacionais, como eles se transformaram pela ação dos agentes (principalmente pela disputa entre grupos de *status*) e em sua relação com os outros “campos” sociais (mas sem perder a especificidade da educação, que não é determinada por nenhuma “essência estrutural”). Archer empreende uma obra de

15 Para saber mais sobre a concepção de cultura coerente, ver Costa (1994).

16 É interessante lembrar que Torres é presidente do grupo de Sociologia de Educação da International Sociology Association (ISA), daí a importância deste livro no “campo” sociológico.

fôlego (quase oitocentas páginas), relacionando a formação desses sistemas educacionais estatais às teorias sociológicas mais gerais.

Nesse mesmo trabalho, a autora critica abertamente a perspectiva do individualismo metodológico da nova sociologia da educação britânica,⁽¹⁷⁾ que acredita ser possível “deduzir” o funcionamento dos sistemas educacionais a partir das interações mais primárias. Archer afirma que o sistema educacional já tem uma estrutura, não no sentido estruturalista, mas construída historicamente – o sistema educacional nacional. Do mesmo modo ela crítica a “velha” sociologia da educação baseada em correlações genéricas entre “*inputs, processos e outputs*”, não só por não levar em conta a historicidade deste sistema educacional, mas também por não pensar nas disputas e políticas realizadas por indivíduos em sua interação no sistema, responsáveis por mudanças fundamentais. Archer acredita que a interação dos indivíduos pode modificar o sistema educacional, mas seria necessário compreender dentro de que valores estes indivíduos estão socializados, e como eles podem agir. Só a perspectiva histórica permite compreender a união entre a estrutura e a interação presente, que ao trabalhar sobre a estrutura produz uma nova realidade, a qual, por sua vez, torna-se também estrutura. Levar em conta a seqüência temporal permite perceber como eventos singulares – interações – interferem nos resultados, eliminando ou abrindo possibilidades, sendo eles também criados a partir de possibilidades construídas em outras situações sociais.

Na sua análise sobre educação, Archer se coloca duas questões e as responde: 1) Por que a educação teria determinada forma em cada uma das sociedades? Porque ela seria controlada pelas relações de poder entre os controladores; 2) Por que estas características mudariam? Porque os objetivos das relações de poder seriam dinâmicos. Assim não existiriam as mãos ocultas funcionalistas. Ao mesmo tempo, não se trata de um voluntarismo puro: as atividades educacionais são das pessoas, mas o desenvolvimento educacional não poderia ser explicado somente em termos individuais – as formas educacionais seriam produtos políticos de brigas pelo poder. Logo, para entender o sistema educacional, é preciso conhecer quem ganhou ou perdeu essa luta, e como e quanto (*how badly*) se perdeu ou ganhou.

17 Termo utilizado para definir um conjunto de obras sobre sociologia da educação produzido em 1970, na Inglaterra. Estas obras tinham em comum a tentativa de incluir a

Neste sentido, a história é um ponto central na teoria de Archer, é ela que permite estabelecer uma ligação ente o micro e o macro, utilizando sua separação como estratégia analítica. Além disso a história é interessante para pensar a mudança nos sistemas educacionais. O caminho proposto é pensar a relação entre integração sistêmica e social, ou a relação entre estrutura e agência. A partir da construção teórica dos ciclos morfogênicos é possível perceber a dinâmica de elaboração dos sistemas educacionais:

Em cada ciclo de desenvolvimento dos sistemas ao longo do tempo, várias séries de ciclos estão presentes. Em cada ciclo, a estrutura inicial condiciona a interação educacional, e essa interação, também influenciada por fatores independentes, eventualmente traz à tona uma mudança na estrutura. Logo, sucessivos ciclos de condicionamento estrutural – interação – elaboração estrutural unem as origens históricas e as operações presentes. (Archer, 1980, p. 256-257)(18)¹⁸

Deste modo as conseqüências podem ser causas, e vice-versa. Apesar de afirmar que as mudanças educacionais ocorrem mediante a relação do sistema educacional com os outros sistemas sociais, Archer não concorda com as abordagens estruturalistas e deterministas daqueles que consideram a educação reprodutora passiva de uma realidade para além dela. A dualidade analítica da autora permite que ela critique esta concepção puramente reprodutora de educação, por trazer os atores sociais de volta à cena, no processo de interação e recriação do sistema cultural.

Quando se trata de dar ênfase a uma perspectiva mais histórica, o nome que melhor define este movimento sintético é Norbert Elias. Este autor tem uma concepção teórica diferente da de Archer; ele não acredita nos ciclos morfogênicos, nem numa distinção analítica dual entre sistema cultural e interação sociocultural. Elias afirma que a sociologia parsoniana, assim como muitas das teorias clássicas e

fenomenologia na análise sociológica da educação. Entre estas obras, destaco *Knowledge and control*, de Michael Young (1971).

18 “*In each cycle the development of systems over time as a series of cycles. In each cycle the initial structure conditions educational interaction, and interaction, which is also affected by independent influences, eventually brings about a change*

individualista-metodológicas, reificam a distinção entre indivíduo e sociedade como duas coisas distintas (*pots and pans*). Esta lógica seria um aspecto da opção por uma sociologia de “estados” em oposição a uma teoria de “processos”, (19)¹⁹ como proposta por Elias (1978). Definir a sociedade como processo significa vê-la como algo dinâmico, que se transforma pela ação de seus agentes – daí a metáfora da dança para explicar o conceito de configuração (*figuration*), no qual indivíduo e sociedade são indistinguíveis (*idem*). Desta forma, não seria possível encontrar – nem mesmo analiticamente – momentos de estrutura estática, somente processos dinâmicos sem sentido ou conseqüências predeterminadas. A partir de uma análise macro-histórica seria possível perceber sentidos gerais de processos – como em *O processo civilizador* (1990), título do mais conhecido livro desse autor.

A história se cria nesta interação dinâmica, por mais que alguns atores estejam em posições privilegiadas de poder, ou seja, com um maior escopo de influência – como reis, legisladores e oficiais (Elias, 1978, p. 12). Nas palavras de Elias:

(...) a partir do entrelaçamento de incontáveis interesses e intenções individuais – quer tendessem à mesma direção ou a direções divergentes e hostis –, surgiu algo que não foi planejado nem foi intenção de qualquer um dos indivíduos, mas emergiu a despeito de suas intenções e ações. E realmente aí se encontra todo o segredo das configurações sociais, sua dinâmica irresistível, suas regularidades estruturais, o caráter de seu processo e de seu desenvolvimento, e é esse o segredo da sociogênese e da dinâmica das relações. (Elias, 1990, p. 140)

Apesar das diferentes opções teóricas, reencontramos aqui a dinâmica proposta por Archer em sua descrição da formação dos sistemas educacionais: “Assim para compreender a natureza da educação em qualquer período histórico é

in the structure. Thus successive cycles of structural conditioning – interaction – structural elaboration continue to unite ‘historical’ origins with current operations.”

19 A noção de processo histórico é usada aqui segundo a concepção de Norbert Elias – como um processo de análise. Levo assim em conta as críticas de Hannah Arendt a uma perspectiva processual da história, mas acredito ser possível buscar uma continuidade – sempre contingente – de significados sociais.

preciso saber não só quem ganhou (ou perdeu), mas também até que ponto."
(Archer, 1979, p. 3).(20)²⁰

4. PROPONDO UMA SÓCIO-HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Quando afirmo a tentativa de desenvolver uma perspectiva histórica da construção do sistema educacional, também me baseio na visão de sociólogos brasileiros como Elisa Reis. Sua definição de história na análise de formação de Estados nacionais é elucidativa:

Também não se trata de tentar identificar essências ou de ver a consolidação do Estado como o cumprimento inexorável de um destino teleológico. A questão é antes explicitar como dos embates de atores motivados por interesses materiais e ideais decorrem resultados inesperados e imprevisíveis que não devem ser vistos como indiferentes ao confronto de interesses, mas que tampouco se reduzem às resultantes mecânicas de tais confrontos. (Reis, 1999, p. 184)

Na história da educação um dos livros que se aproximam desta concepção de história é *Tempos de Capanema*, de Bomeny, Costa & Schwartzman (1984). Segundo os próprios autores:

Optamos, no entanto, por tentar uma linha distinta: tratar de reconstruir as grandes intenções e projetos que mobilizaram o Ministério da Educação naqueles anos, buscando ver, por um lado, suas matrizes políticas e ideológicas no ambiente da época e, por outro, o que ocorreu quando tratou-se de levá-los à prática. (1984, p. 30)

Uma abordagem como esta aponta não só para a existência de diferentes projetos como também para a diferença entre o idealizado e o realizado. No caso do sistema educacional brasileiro é interessante tentar perceber os

20 *"Thus to understand the nature of education at any time we need to know not only who won (or lost) the struggle for control, but also how badly they lost."*

projetos educacionais propostos nos diferentes momentos históricos de sua construção e analisar sociologicamente a transformação dos papéis a ele atribuídos.

Se na década de 1920 era possível no Brasil pensar numa educação criadora de cidadania liberal, o Estado Novo decreta uma educação religiosa e seletiva. Por outro lado, é durante a década de 1930 que se constrói o primeiro sistema educacional brasileiro. No ministério Capanema a educação aparecia como poderosa promotora de uma sociedade justa. Este mesmo princípio guia as ações educacionais das décadas de 1950-1960, como o plano nacional de alfabetização, baseado na pedagogia libertadora de Paulo Freire, e que foi desmontado pelo Golpe de 1964, acusado assim de ser responsável pela destruição do projeto de conscientização política da população brasileira. Porém, este mesmo governo militar investiu fortemente nas universidades públicas, hoje local de resistência ao modelo neoliberal do governo.

Esta redefinição de espaços deixa claras as disputas políticas e culturais que recriam o sistema escolar, atribuindo-lhe significados e papéis que não se encaixam numa conceituação dualista de educação (nem como reprodutora, nem como promotora do desenvolvimento). Portanto, as configurações educacionais são dinâmicas, apresentam conseqüências não esperadas por nenhuma das partes envolvidas. A única maneira de captá-las é perceber o seu desenvolvimento histórico e a transformação do significado a elas atribuído.

O sistema educacional não pode ser definido em si como promotor de desenvolvimento, cidadania ou mobilidade. Da mesma forma, não pode ser pensado como aparelho abstrato de reprodução. A sua construção se dá no diálogo entre atores sociais, e entre instituições sociais. Se o "otimismo educacional" neoliberal é mistificador, definir educação abstratamente como instituição reprodutora é igualmente ilusório, porque implica a existência de algum tipo de realidade coerente a ser reproduzida, além de retirar qualquer interesse sociológico pelo tema. Tomando as palavras de Bomeny, a educação pode ser considerada "*a área mais desafiante e resistente aos critérios de puro cálculo ou da racionalidade instrumental*" (1993, p. 36).

A educação talvez seja uma das instituições sociais mais suscetíveis à ação humana. Ela não existe sem a interação face a face entre educadores e alunos. Ao mesmo tempo, como instituição da modernidade, a educação se organiza como sistema, com princípios burocráticos e critérios de avaliação

aparentemente impessoais. Esta dificuldade de definição pode ser lida como a clássica questão sociológica: como unir agente e estrutura? Norbert Elias aponta o processo histórico como resposta, processo este que pode ser apropriado e reutilizado pela sociologia em sua vocação engajada.

Logo redefinir sociologicamente educação como instituição histórica significa discutir as possibilidades educacionais e abrir novos caminhos de ação. Fugindo da sobrevalorização e da subvalorização da educação, a sociologia brasileira tem muito a contribuir na construção de um sistema educacional que permita ao Brasil definir seu próprio conceito de modernidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.
- ALEXANDER, J. *Durkheimian Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. *Twenty lectures: sociological theory since World War II*. Nova York: Columbia University Press, 1987.
- _____ & SMITH, P. The discourse of civil American society: a new proposal for cultural studies. *Theory and society*, v. 22, n. 2, 1993.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- ALTBACH, P.; ARNOVE, R. & KELLY, G. *Emergent issues in education*. Nova York: Suny Press, 1992.
- ARCHER, M. *Culture and agency: the place of culture in Social Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- _____. The Sociology of educational systems. In: BOTTOMORE, T.; NOWAK, S. & SOKOLOWSKA, M. *Sociology of the state of art*. Londres: Sage Publications, 1982 [1980].
- _____. *Social origins of educational systems*. Londres: Sage Publications, 1979.
- AZEVEDO, F. *A cultura brasileira*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.
- BAUDELLOT, C. & ESTABLET, R. *L'école capitaliste*. Paris: Maspero, 1977.
- BOLI, John & RAMIREZ, Francisco. Compulsory schooling in the Western context. In: ARNOVE, Robert F.; ALTBACH, Philip G. & KELLY, Gail P. *Emergent issues in education*. Nova York: Suny Press, 1992.
- BOLTANSKI, L. & BOURDIEU, P. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e sistema de reprodução. In: CATANI, Afrânio & NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). *Escritos de educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BOMENY, H. Fernando de Azevedo: sociologia, educação e ciência brasileira. In: BOAS, G. V. & MAIO, M. C. (orgs.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- _____. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 24-39, 1993.

- _____; COSTA, V. & SCHWARTZMAN, S. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: FGV; São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Éditions de Minuit, 1970.
- _____. *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Paris : Éditions de Minuit, 1964.
- CATANI, Afrânio & NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). *Escritos de educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- COSTA, M. *Educação, cultural e engenharia social*. 1994. Trabalho apresentado ao GT Sociologia de Educação, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), 1994.
- CUNHA, L. A. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Cortez, 1991.
- _____. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- DURKHEIM, É. *L'évolution pédagogique en France*. Paris: PUF, 1990.
- _____. *Moral education*. Nova York: The Free Press, 1971 [1925].
- _____. *Educação e sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1952.
- ELIAS, N. *On civilization, power and knowledge*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.
- _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990 [1939].
- _____. *What is Sociology?* Nova York: Columbia Press, 1978 [1970].
- FERNANDES, F. *Ensaios de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1960.
- FRAIZ, P. & VIANNA, A. (orgs.). *Conversa entre amigos: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1986.
- GERTH, H. & MILLS, C. W. (Eds.). *From Max Weber: essays in Sociology*. Nova York: Oxford University Press, 1946.
- GIDDENS, A. *Politics, Sociology and social theory*. California: Stanford University Press, 1995.
- _____. *Conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- HABERMAS, J. *On society and politics: a reader*. Boston: Beacon Press, 1989.
- _____. *The theory of communicative action*. Boston: Beacon Press, 1984.
- _____. *Towards a rational society: student protest, science and politics*. Londres: Heinemann Educational, 1971.

- ILLICH, I. *Deschooling society*. Nova York: Harper & Row, 1971.
- MARCUSE, H. *Eros e civilização – uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MARX, Karl. *Later political writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MORROW, R. A & TORRES, C. A. *Social theory and education*. Nova York: State University of New York Press, 1995.
- NISBET, R. *The sociological tradition*. 3. ed. New Brunswick: Transaction, 1993.
- PARSONS, T. & PLATT, G. *The American university*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.
- PARSONS, T. The school as a social system: some of its functions in American society. In: HALSEY, A. H. *Education, economy and society: a reader in Sociology of Education*. Nova York: Free Press, 1961.
- _____. *The social system*. Nova York: Free Press, 1951.
- REIS, E. P. *Processos e escolhas: estudos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.
- ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil (1930 / 1973)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- SILVA, G. B. *Educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1992.
- _____. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: _____. *Sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Moraes, 1991 [1904].
- WILLIS, P. *Aprendendo a ser trabalhador*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- YOUNG, Michael F. D. (Ed.). *Knowledge and control: new directions for the sociology of education*. Londres: Collier-Macmillan, 1971.

O DEBATE QUE NÃO HOUE: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras

Yvonne Maggie
Peter Fry *

RESUMO

O governo do Estado do Rio de Janeiro depois de votada por aclamação na Assembléia Legislativa adotou em 2001 uma política de cotas para “negros e pardos” nas suas instituições de ensino superior. Na trilha da preparação da III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata que teve lugar em Durban, na África do Sul, em 2001, esta política e aquelas decretadas pelo governo federal não foram objeto de um amplo debate público. Este debate começa agora fracamente depois dos fatos consumados. Os autores analisam os caminhos dessa mudança de rumo radical do paradigma racial brasileiro através da descrição de cartas de leitores ao jornal O Globo. Estes leitores, os nosso “nativos”, são ponto de partida para avaliar as dificuldades e as conseqüências que uma tal política de Estado impõe à população brasileira, especialmente àqueles que, longe do poder das elites, serão obrigados a se definir “racialmente” para serem tratados desigualmente na luta por vagas no serviço público e na universidade.

Palavras-chave: raça, cor, cotas, políticas públicas, ação afirmativa.

ABSTRACT

In 2001, a law obliging the institutions of higher learning of the State of Rio de Janeiro to reserve 40% of all places for “blacks and browns” was passed by acclamation and without debate. Along the path of the preparations for the III United Nations World Conference against Racism, which was held in Durban in 2001, this policy and other similar ones decreed by the federal government came into being without ample public debate. Ex post facto this debate is now only beginning. The authors analyze the sequence of this radical change in Brazil’s racial paradigm through a description of readers’ letters published in the newspaper O Globo. These readers, our “natives” lead us to evaluate the difficulties and the consequences that this government policy imposes on the Brazilian population, especially those poorer citizens, who, far from the power elites, will now be obliged to define themselves “racially” in order to be treated unequally in the battle for places in the civil service and public universities.

Keywords: race, color, quotas, public policies, affirmative action

* Professores de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

INTRODUÇÃO

Como observou Michel Agier (2002), entre a promulgação da Constituição brasileira de 1988 e a III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que teve lugar em Durban, na África do Sul, em 2001, a postura do governo do Brasil perante a questão racial mudou radicalmente. A Constituição de 1988 reconhece e condena o racismo, punindo-o como crime inafiançável. Nesse sentido mantém a longa tradição formal republicana brasileira do a-racismo e do anti-racismo. Para a Conferência de Durban, a delegação oficial brasileira encaminhou uma proposta que quebrou com esta tradição, propondo “ações afirmativas” em favor da “população afro-descendente”, entre elas o reconhecimento oficial da legitimidade de reparações para com a escravidão e cotas para negros nas universidades públicas. Enquanto isso, o Ministro da Reforma Agrária anunciou que doravante vinte por cento das vagas no seu ministério seriam destinados a negros. A idéia logo se espalhou pela Esplanada dos Ministérios (o Ministério de Educação sendo exceção) e, em dezembro, o presidente da República estendeu o princípio para o funcionalismo público em geral. No mesmo mês, a Assembléia dos Deputados do estado do Rio de Janeiro aprovou por aclamação, e, portanto, sem debate, uma lei que *“institui cota de até quarenta por cento para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense”* (Lei n. 3708, de 9 de novembro de 2001).

Talvez valha a pena explicitar a natureza desta mudança. Na Constituição de 1988 as palavras “raça” e “racismo” aparecem três vezes, cada uma delas no sentido de repudiar “raça” como critério de distinção. O inciso IV do artigo 3 reza que entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, está a promoção do *“bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”*. O inciso VIII do artigo 4, afirma que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo *“repúdio ao terrorismo e ao racismo”*. Finalmente, o inciso XLII do artigo 5 define a prática do racismo como *“crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”*.

As medidas pós-Durban, ao proporem ações afirmativas em prol da “população negra”, rompem não só com o a-racismo e o anti-racismo tradicionais, mas também com a forte ideologia que define o Brasil como país da mistura, ou, como preferia Gilberto Freire, do hibridismo. Ações afirmativas implicam,

evidentemente, imaginar o Brasil composto não de infinitas misturas, mas de grupos estanques: os que têm e os que não têm direito à ação afirmativa, no caso em questão, “negros” e “brancos”...

Em entrevista recente, o economista Ricardo Henriques, que tem sido muito ativo no apoio às novas medidas, afirmou que no Brasil “é preciso tratar desigualmente os desiguais”:

Nosso desafio é romper com a matriz republicana francesa. Todos nós fomos culturalmente educados e a grande maioria estudou numa base dessa grande matriz francesa universalista, que acha que o imperativo da igualdade é a melhor matriz para fazer qualquer intervenção, tratando todos por iguais. Esta é a estratégia mais cínica de lidar com o problema. (Henriques, 2002)

Sem querermos entrar numa discussão sobre a distribuição de cinismo no Brasil, parece claro que o cidadão brasileiro, pelo menos perante às universidades e à função pública, não poderá mais se identificar com o Macunaíma do modernismo brasileiro; agora ele terá que pertencer a uma “raça” ou a outra.

Anos atrás, um de nós sugeriu que no Brasil preferimos pontes a margens (Maggie, 1992). Mais recentemente, outro, ao observar as dificuldades enfrentadas pelos projetos de lei que propunham cotas para negros nas universidades e no funcionalismo público – e a reticência a cotas manifesta num congresso internacional que teve lugar para discutir o assunto em 1996 (Souza, 1997), no qual o próprio presidente da República exortou os presentes a exercerem sua criatividade para desenvolver políticas apropriadas ao caso brasileiro, evitando a adoção de cópias de políticas de outras sociedades –, chegou a ponto de afirmar que

(...) cotas são nauseabundas para muitos não apenas porque parecem contradizer o ideal da “democracia racial” e democracia liberal *tout court*, mas também porque parecem ameaçar a idéia modernista da antropofagia. É como que se o Brasil comesse a ação afirmativa formalizada, outras comidas que tanto gosta tornar-se-iam crescentemente desagradáveis, não menos a mistura em si. (Fry, 2000, p.83).

Evidentemente, então, a repentina adoção de cotas como política de Estado nos surpreendeu, e muito. Estávamos errados? E se estávamos, por quê? Neste ensaio bastante experimental argumentaremos que estávamos errados em

dois pontos: 1) não imaginávamos que as cotas seriam virtualmente decretadas, e mesmo se tivéssemos imaginado que isso pudesse acontecer, provavelmente não teríamos antecipado o extraordinário poder das decisões “de cima para baixo” nesse país que queríamos imaginar democrático; 2) subestimamos talvez o avanço em certas áreas-chave da substituição de um Brasil imaginado como composto de “raças misturadas” por um país de “raças distintas”. Ou seja, o nosso erro foi apostar que uma tradição “vencesse” a outra. *Wishful thinking*, muito provavelmente.

Não houve debate público nem entre os representantes dos eleitores antes dos decretos ministeriais e da promulgação da lei de cotas no Rio de Janeiro. Antes da Conferência de Durban, o comitê nomeado pelo governo federal para preparar a posição do Brasil promoveu três seminários, em Belém, Salvador e São Paulo. Mas poucos souberam ou participaram, além de ativistas negros.¹ O frágil debate começou, portanto, depois dos fatos consumados. O fato é que a falta de debate público impediu que se pudesse verificar se houve ou não uma mudança radical no Brasil como um todo. Mesmo assim, as reações às medidas que apareceram na imprensa, que incluem alguns editoriais e artigos de historiadores mas sobretudo cartas de leitores, avançam, na sua maioria, argumentos contra as medidas, assim sugerindo que os princípios a-racistas ainda vigoram no Brasil. Sem desmerecer a importância dos editoriais e artigos de intelectuais, consideraremos aqui apenas as cartas de leitores dirigidas ao jornal *O Globo* durante os anos 2001 e 2002, na suposição de que representem opiniões que extrapolam os muros das universidades. São os “nativos”, que, na tradição da nossa antropologia, devem ser levados a sério.

1. AS CARTAS DOS LEITORES

O que mais chama a nossa atenção nas cartas é a coerência dos argumentos. Os leitores que as escreveram sugerem que a introdução de cotas raciais talvez não alcance o que pretende e terá efeitos que irão muito além das finalidades explícitas nos pronunciamentos dos governantes, em particular uma bipolarização racial e um aumento de tensão inter-racial, sobretudo nas camadas menos favorecidas da população. Todos aqueles que são a favor ou contra

¹ Apesar de o governo e das agências de fomento internacionais terem gastado fábulas na divulgação das informações sobre a Conferência de Durban, não conseguimos descobrir até hoje a composição deste comitê.

reconhecem que as cotas raciais representam uma ruptura com a tradição a-racista brasileira.

A questão da constitucionalidade das cotas é um assunto regularmente levantado pelos missivistas:

A Constituição diz que todos são iguais perante a lei [escreve João Carlos Rodrigues], portanto, são ilegais a aposentadoria feminina com cinco anos menos que a dos homens; a preferência pelos idosos em ações na Justiça; e as cotas raciais no ensino e no serviço público. Creio que basta uma interpelação ao STF [Supremo Tribunal Federal] para derrubar tudo isso. Melhor oportunidade para todos, e não apenas para alguns, num ano eleitoral. (*O Globo*, Cartas dos Leitores, 15 maio 2002)

"Está na hora de os políticos lerem a Constituição. Não à discriminação; não a cotas para quem quer que seja", é a opinião de Vitor Sawczuk (*O Globo*, Cartas dos Leitores, 15 maio 2002).

A constitucionalidade ou não das cotas só será definida quando e se alguém que se sinta prejudicado entre com ação na Justiça, como fez o branco Alan Bakke nos Estados Unidos, que, não conseguindo entrar na Faculdade de Medicina Davis, da Universidade da Califórnia, questionou nos tribunais a legalidade da política de admissões que reservou 16 vagas para candidatos negros. O caso chegou à Corte Suprema, onde Bakke saiu vitorioso, e as cotas foram declaradas inconstitucionais (Thomas, 1999). Os nossos leitores não podem saber, de fato, se as cotas serão ou não julgadas inconstitucionais. O que eles estão expressando é o sentimento de que as cotas contrariam o a-racismo que associam ao Brasil e à sua Carta Magna.

Um outro argumento recorrente é aquele que diz que discriminar, mesmo positivamente, é uma forma de racismo e corre contra a "tradição brasileira". Quatro exemplos:

Tanto fizeram que o Brasil, país de muitas raças e misturas, forte pela sua diversidade, fraco pela sua distribuição de renda, agora é um país oficialmente racista. Com a criação de cotas para negros no serviço público federal institui-se oficialmente o *apartheid* brasileiro. (José Eduardo Loureiro. *O Globo*, Cartas dos Leitores, 10 nov. 2001)

Sou negra e, como tal, manifesto meu protesto contra o projeto de lei que estabelece cotas para minha raça para vagas em universidades e no serviço público. Este projeto na verdade é um retrocesso do processo de integração dos negros à sociedade brasileira já que, através de uma segregação descabida, criará ressentimentos raciais, especialmente entre os mais jovens. (Maria Eudóxia de Lima Paes Leme. *O Globo*, Cartas dos Leitores, 21 abr. 2002)

Alerto aqueles que lêem em cada notícia, em entrelinhas imaginárias, a presença da segregação racial que nunca fez parte da nossa cultura: cuidado! O racismo está realmente presente quando se separa negros e brancos em percentuais e quantidades, e a cada passo aproximamo-nos do “Brasil branco” e do “Brasil negro”. O Brasil, coração do mundo, pátria do evangelho para qualquer crença, tem de despertar para a beleza da miscigenação. Negros, brancos e todos os outros são filhos do mesmo Deus. É preciso lutar, unidos 100%, por educação, saúde, moradia, alimentação, pelos por centos devidos a cada necessidade do homem, e bradar: “somos um povo bem colorido, brasileiros com muito orgulho”. (Alice Regina de Ornellas. *O Globo*, Cartas dos Leitores, 11 dez. 2001)

A adoção de cursos especiais para negros seria o reconhecimento oficial de que existem raças no Brasil. Isso, num momento em que a genética acaba de provar que o conceito de raças não tem uma base científica. (Helen Rumanjek. *O Globo*, Cartas dos Leitores, 29 ago. 2001)

Num ponto, pelo menos, não há antropólogo que possa discordar desses leitores: as “raças” de fato não existem naturalmente, e um sistema de cotas implica logicamente a criação de duas categorias “raciais”: os que têm direito e os que não têm. Afinal, ou você tem direito à cota ou não tem! O sistema de cotas, então, representa, de certa forma, a “vitória” de uma taxonomia bipolar sobre a velha e tradicional taxonomia de muitas categorias.

Dada a importância dessa mudança, segue agora uma pequena digressão sobre a política governamental acerca da classificação “racial” no Brasil nos últimos anos. É preciso notar que as propostas levadas à Conferência de Durban e os pressupostos da política de cotas são rigorosamente consistentes com o ideário do governo federal desde 1995, quando o recém-eleito presidente Fernando Henrique Cardoso criou um Grupo de Trabalho Interministerial com o

objetivo de sugerir ações e políticas de valorização da população negra. No ano seguinte ele apresentou o seu programa de direitos humanos (*Programa Nacional de Direitos Humanos, 1996*), que incluiu um capítulo específico dedicado à “população negra”. Este capítulo lista ações das mais tímidas às mais radicais. As primeiras sugerem a inclusão do quesito “cor” em todos os documentos oficiais, o estímulo da presença dos “*grupos étnicos que compõem a nossa população*” (*Programa Nacional de Direitos Humanos, 1996*), em propagandas institucionais contratadas pelo governo e apoio às “*ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva*”. As mais radicais incluem o desenvolvimento de “*ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta*” e a intenção de “*formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra*”, (*Programa Nacional de Direitos Humanos, 1996*). Propõe também que o país abandone a sua secular taxonomia oficial de “pretos, pardos e brancos” para uma taxonomia bipolar ao “*determinar ao IBGE a adoção do critério de se considerar os mulatos, os pardos e os pretos como integrantes do contingente da população negra*” (*Programa Nacional de Direitos Humanos, 1996*) (grifos nossos).

Esta última proposta, por mais inócua que possa parecer, é, pensamos, a mais radical de todas, pois representa uma quebra total em relação à antiga ideologia do Brasil racialmente misturado, o Brasil das infinitas gradações de cor, a favor de uma taxonomia congruente com as do resto do mundo, em particular a África do Sul e os Estados Unidos da América. Mas essa maneira de ver o mundo não é compartilhada pelos nossos missivistas. Eles expressam dúvidas, inclusive, sobre a possibilidade efetiva de classificar os brasileiros em duas categorias estanques. Como diz, por exemplo, César Augusto Nicodemus de Souza:

(...) filho de família com raízes no Agreste pernambucano, numa região onde houve grande miscigenação, gostaria de saber até que ponto a tonalidade da pele de meus filhos e outras características serão consideradas para a aceitação deles na cota dos vinte por cento de negros que terão privilégio em universidades e concursos públicos. A cor de seus olhos e o tipo de cabelo também serão levados em consideração ou a padronização será mediante teste de DNA? Sei onde estão enterrados meu pai e avós, mas não saberia indicar outros locais onde colher o indispensável material para tal análise. Não sei se o fato de ter casado com uma moça de pele clara e olhos azuis poderá vir a prejudicar meus filhos e netos, agora

que as vagas nos concursos não serão mais preenchidas só pela competência. (*O Globo*, Cartas dos Leitores, 21 abr. 2002).

Ou, nas palavras de Renato Vasconcellos a propósito da criação de cursos pré-vestibulares para “negros”: *“Gostaria de perguntar ao ministro da Educação como ele irá selecionar, num país como o nosso, em que a mistura racial é enorme, quem é negro ou branco.”* (*O Globo*, Cartas dos Leitores, 28 ago. 2001).
Ou, mesmo, Marco Fonseca:

Sou neto de uma negra, mas tenho pele branca. Isso me faz negro ou branco? Quem terá o direito de me separar das minhas raízes, da minha cultura, ao dizer que, pela minha pele clara, eu não teria direito a uma vaga reservada aos negros? O Rio vai criar uma política de segregação racial, em que a condição social é menos importante que a cor da pele. (*O Globo*, Cartas dos Leitores, 8 mar. 2002)

Os formuladores das leis estão cientes desse problema, tanto é que não definiram quem é branco ou quem é negro a partir de dados “objetivos”, deixando a definição para quem se candidata, o que é chamado de autoclassificação. Resta saber se pensaram muito nas possíveis conseqüências sugeridas pelos nossos missivistas. Quanto custa obrigar alguém a se classificar como “branco”, “negro” ou “pardo” para aumentar ou diminuir suas chances de entrar na universidade ou no serviço público?

Um outro argumento recorrente entre os missivistas é que a desigualdade entre negros e brancos é, sobretudo, uma questão econômica que resulta da falta de oportunidades para os pobres em geral. A solução estaria, então, na melhoria do ensino público. Como escreveu, por exemplo, Mário Wilson Ferreira: (...) vejo estupefato na edição do *Globo* de 18/4 que uma proposta racista ganha corpo na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e periga transformar-se em lei. Trata-se do estabelecimento de reserva de 20% de vagas em universidades, Exército e concursos públicos para pessoas negras ou pardas. O argumento principal para a criação deste privilégio é que os negros não têm as mesmas condições financeiras que os brancos para estudar e por isto estariam em desvantagem na concorrência por vagas. (*O Globo*, Cartas dos Leitores, 19 abr. 2002).

Ou, nas palavras de Sérgio de Souza Tôres: *“Não vejo honestidade intelectual em confundir exclusão social com racismo (...). O negro é econômica e,*

portanto socialmente marginalizado no Brasil em decorrência da desigualdade de oportunidades após o término da escravidão.” (O Globo, Cartas dos Leitores, 21 abr. 2002). E Helena Rumanjek volta a perguntar:

Qual a diferença entre um negro pobre e um nordestino igualmente desprovido? (...) Por que não reconhecer que a causa real do problema é a má distribuição de renda? Por que não reforçar o ensino fundamental e médio de forma democrática? Essa é a solução real, ainda que mais difícil. (*O Globo, Cartas dos Leitores, 29 ago. 2001*)

Enquanto Lílian Borges de Lima insiste:

Não é negro que não consegue entrar na faculdade. É o pobre... [o governo] está tentando remendar o problema e não buscar uma solução, como uma reforma no ensino médio e no fundamental de escolas públicas, onde estuda este grande contingente de pobres que não entram nas faculdades. (*O Globo, Cartas dos Leitores, 28 ago. 2001*)

A opinião desses leitores é familiar a todos os que acompanham o debate sobre a “questão racial” no Brasil. Há quem atribua a desigualdade entre “negros” e “brancos” ao passado escravista e às poucas oportunidades educacionais de qualidade oferecidas para os pobres em geral, entre os quais estão tantos “negros”. Quem se opõe a essa opinião diz que é o preconceito estabelecido após a abolição que é responsável pela reprodução das desigualdades entre “negros” e “brancos”. Na trilha deste debate, José Jorge de Carvalho e Rita Segato, antropólogos da Universidade de Brasília e proponentes de uma política de cotas para “negros” naquela universidade, argumentam que não basta continuar com uma política educacional dirigida apenas para incluir os mais pobres:

De acordo com as projeções do IPEA, se a educação brasileira continuar progredindo no mesmo ritmo que hoje, em 13 anos os brancos devem alcançar a média de oito anos de estudo e os negros só atingirão essa meta daqui a 32 anos. Portanto, só daqui a três décadas brancos e negros ficarão a par no ensino e concorrerão em pé de igualdade a uma vaga no ensino superior público. Com isso, o Brasil arcaria com o ônus de perder os talentos de mais uma geração de jovens negros, em sua quase totalidade. (Carvalho & Segato, 2002)

Como vimos, os nossos missivistas, ao contrário de Carvalho & Segato, são mais otimistas quanto a uma solução dirigida à pobreza. E talvez tenham razão. As projeções do IPEA citadas por Carvalho & Segato pressupõem que o sistema educacional siga a mesma dinâmica dos anos passados. Mas o sistema não está estável. Dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) indicam que as políticas públicas dos últimos dez anos produziram mudanças muito radicais no sistema, sobretudo no ensino fundamental e médio, o que faz simplesmente impossível qualquer projeção minimamente confiável.

Os investimentos em pesquisa e em novas políticas para a educação no Brasil na última década produziram uma melhoria sensível no sistema de ensino. A descoberta dos efeitos da repetência e da distorção série/idade, que consumia as famílias brasileiras e não sensibilizava os formuladores de políticas até bem recentemente, fez a diferença. Uma criança levava 11 anos em média para concluir as oito séries do ensino fundamental, e muito poucos concluíam o ensino médio. Fatores demográficos e de políticas públicas mais voltadas para a melhoria do fluxo de estudantes no sistema de ensino fizeram estes números ficarem menos gritantes. Houve uma quase universalização do acesso ao ensino fundamental e um aumento do número de formandos no ensino básico, o que ampliou as matrículas no ensino médio que saltaram de 3,770 milhões em 1991 para aproximadamente 8,398 milhões em 2001, (um aumento de mais de 200%), segundo dados do INEP (MEC/INEP/SEEC, 2000).

Devido à persistência da repetência, nem todos os que se matriculam se formam. Mesmo assim, o número de concluintes triplicou na década de 1990 (MEC/INEP/SEEC, 2000), subindo de 658.725 em 1990 para 1.836.130 em 2000. A grande responsável por esse crescimento foi a rede pública estadual de ensino, que de 1990 a 2000 aumentou em quatro vezes (400%) o número de formandos, que passaram de 356.813 em 1990 para 1.390.815 em 2000 (MEC/INEP/SEEC, 2000). Enquanto isso, o número de alunos formados nas escolas particulares no mesmo período aumentou de 253.045 para 351.957, ou seja, em apenas 39%. Esses dados indicam que os grandes beneficiários deste aumento são aqueles estudantes que não tiveram acesso à rede privada e que antes estavam excluídos, ou quase, do sistema de ensino.

É de se imaginar que sendo os mais pobres os grandes beneficiários da expansão do ensino médio público, conforme imaginam os nossos missivistas,

tenha aumentado a proporção de brasileiros mais escuros neste nível de ensino. E é isso mesmo que parece estar acontecendo. Segundo os dados do ENEM,² de 1999 a 2001 a proporção de “negros”, “mulatos” e “brancos” mudou de 1,9%, 16,4% e 76,5% para 5,3%, 30,5% e 58,5% respectivamente.³ Esses dados não são conclusivos. Mas é difícil não ignorar o que sugerem. Parece mesmo que uma política dirigida a aumentar as oportunidades de todos tem o efeito de aumentar enormemente o número de “negros” e “mulatos” com qualificação mínima para entrar nas universidades.

No presente momento é impossível saber a proporção de estudantes “negros”, “mulatos”, “pardos”, “brancos” etc. no sistema de ensino superior. Suely Carneiro, diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, afirma que

somos oficialmente quarenta e cinco por cento da população do país e apenas dois por cento de nós adentram o ensino universitário. Esse é o patamar de “eqüidade” alcançado, por exemplo, pelas políticas universalistas no campo da educação. (Carneiro, 2002)

Carneiro certamente sabe que quando fala de “nós” ela junta os “pretos” com os “pardos”, que são as categorias utilizadas pelos recenseadores do IBGE. Quando fala dos “negros” no ensino superior, porém, pode estar se referindo apenas aos “pretos”. Os dados do “provão”⁴ apontam para porcentagens dez vezes maiores. Mostram que a proporção de “não brancos” (ou seja, pessoas classificadas como “negro” e “pardo”) em relação aos que se classificam como “brancos” varia de um pouco menos de 30% nos cursos formadores de professores, como matemática (26,6%), letras (29,4%), física (28,4%), biologia (26,2%) e química (25,0%), e

² O ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) é realizado anualmente pelo Ministério da Educação. O exame não é obrigatório e a partir do ano 2000 passou a ser gratuito. Podem se submeter a ele todos as pessoas que concluíram o ensino médio, não só os que finalizaram este nível de ensino no ano do exame, mas também os que o concluíram em anos anteriores. O ENEM vem sendo utilizado por algumas instituições de ensino superior como critério de seleção de candidatos aos cursos superiores. Os candidatos ao ENEM respondem um questionário socioeconômico que tem fornecido dados importantes sobre as características dessa parcela ainda reduzida dos que finalizam o ensino médio no país.

³ O ENEM utiliza uma taxonomia “racial” *sui generis*, com três categorias, “negro”, “mulato” e “branco”, que é uma versão, digamos, mais vernacular da centenária taxonomia do IBGE que utiliza as categorias “pretos”, “pardos” e “brancos”.

⁴ Provão é o nome popular que passou a denominar o Exame Nacional de Cursos aplicado anualmente aos concluintes de um conjunto de cursos de graduação do país. Em 2000 foram examinados formandos de 18 cursos universitários em todo o país. Ao contrário do ENEM, este é um exame obrigatório, mas não é ainda aplicado a todos os cursos de graduação existentes. Os candidatos a este exame também respondem a um questionário socioeconômico, que tem revelado o perfil dos concluintes das carreiras universitárias abrangidas até o presente.

um pouco mais de 15% nos cursos profissionalizantes como direito (17%), odontologia (14,5%), medicina (18,6%) e engenharia química (17,2%).

A questão, portanto, é se as universidades aumentarão o número de vagas para poder admitir todos os novos postulantes, ou, como é proposto pelos “cotistas”, reservarão uma proporção para os “negros” e “pardos”. Se optarem pelas cotas, parece que poderão estar favorecendo os “negros” mais bem aquinhoados, como sugere Maria Eudóxia de Lima Paes Leme:

Se o objetivo for melhorar as condições sociais dos negros, também será inócua a lei, haja vista que irão preencher as cotas os negros mais bem preparados e de melhor nível econômico, e que não precisam das cotas. Enfim, trata-se apenas de um projeto extremamente demagógico, sem qualquer finalidade social. (*O Globo*, Cartas dos Leitores, 21 abr. 2002)

Aliás, os nossos missivistas são muito sensíveis às possíveis injustiças sociais que a política de cotas poderá produzir. Mais de um sugeriu que a política de cotas poderá prejudicar sobretudo “brancos pobres”. Como diz Hélio de Araújo Evangelista:

A cota para negros discrimina o branco mais pobre, pois sem ela poderia alcançar mais facilmente a vaga almejada na universidade ou no emprego público. O branco com recursos não terá dificuldades para alcançar seus objetivos. Querer superar uma injustiça produzindo outra não parece ser o melhor caminho. (*O Globo*, Cartas dos Leitores, 24 abr. 2002)

Será que os “cotistas” pensaram mesmo nessas questões? O argumento de Hélio Evangelista nos comove. Afinal, a nossa elite predominantemente “branca” não será em nada abalada por essa política. Quem sofrerá as conseqüências da legislação são os “brancos” das camadas mais pobres, que serão aqueles a serem excluídos pela reserva de vagas. Será que os legisladores imaginaram a vida social do subúrbio carioca, por exemplo, onde pessoas de diversas aparências convivem nas mesmas ruas, escolas, botequins e famílias, compartilhando também a mesma condição socioeconômica? É difícil não concordar com os nossos missivistas quando imaginam um acirramento de tensões raciais neste meio, onde a elite não pisa e conhece apenas de “ouvir dizer”.

Um último argumento avançado por alguns leitores é que a instituição de cotas é um ato de paternalismo que poderia chegar a “humilhar” os beneficiários. Luís Henrique Corrêa de Araújo escreveu:

Ninguém cresce com paternalismo. Essa decisão de separar cotas para cada camada dos chamados discriminados de nada adiantará se não tivermos uma política de respeito a cada um deles. É necessário que eles tenham condições reais de concorrer com todos, pois do contrário farão parte de outra coluna de discriminados: a dos que só conseguiram entrar na administração pública porque tinham um lugar garantido. Isto também é humilhante. (*O Globo*, Cartas dos Leitores, 15 maio 2002)

Ou, como opinou Carlos Fernandes:

(...) é uma vergonha que num país como o Brasil se estabeleçam cotas raciais. Estão criando um monstro que até agora não existia no país: o racismo. Amigos negros — um advogado, outro engenheiro — sentem-se humilhados. O que deve ser estabelecido são cotas para políticos hipócritas: zero. (*O Globo*, Cartas dos Leitores, 12 mar. 2002).

Neste país do favor não surpreende que esses leitores interpretassem as cotas como mais uma dádiva desenhada para fortalecer os políticos às custas de um eleitorado submisso e humilde.

Pode ser. Mas o que realmente pudemos constatar é que os eventos que descrevemos, e a morna reação da sociedade como um todo, indicam que o poder discricionário do presidente e dos seus ministros é muitíssimo grande nessa democracia. Mudar o rumo da política racial do a-racismo e do anti-racismo e a celebração da hibridez para o reconhecimento de apenas duas “raças” a serem oficialmente admitidas na distribuição de bens e serviços públicos, ou seja, mudar a armadura da ideologia racial nacional sem debate nem votação, poderia ter interessado nossos cientistas políticos. Mas os políticos em geral e a grande maioria dos cientistas políticos mantiveram um silêncio notável sobre esse assunto. Por quê?

Várias respostas (não mutuamente exclusivas) nos vêm à mente. Uns podem não atribuir nenhuma importância à introdução de cotas, o que implica que eles consideram insignificante essa ruptura com os princípios formais do constitucionalismo liberal. Outros podem temer entrar num campo no qual, ao criticarem as medidas, podem facilmente ser eles próprios acusados de racistas, ou “antinegros”. Outros podem se sentir um pouco anacrônicos ao se opor às políticas de identidade tão em moda no mundo globalizado e pós-Guerra Fria, temendo ser identificados com os velhos comunistas, que sempre negaram qualquer

especificidade fora da luta de classes. Outros ainda podem acreditar que as medidas tomadas não terão tanto impacto assim e que tudo não passa de um grande esforço para impressionar os ingleses! E não pensamos nos ingleses apenas figurativamente. Não duvidamos que os governantes, ao poderem se levantar em arenas no exterior, como na Conferência de Durban, para mostrar o quanto se faz para dirimir as desigualdades raciais no Brasil, impressionem as agências e a comunidade internacionais.

Por que estamos correndo o risco com este ensaio de chamar a ira dos militantes negros, colocando em dúvida a propriedade de cotas raciais no Brasil, sobretudo dado ao fato de que há muitos anos conhecemos e temos discutido o grau do racismo à brasileira e a extensão das desigualdades raciais?

Em primeiro lugar não estamos convencidos de que seja possível “corrigir” séculos de desigualdade de qualquer ordem, racial ou não, por meio de uma política de custo zero. Afinal, a política de cotas não tem custo material nenhum. Os nossos “nativos” indicaram muitos custos de outra ordem. O argumento de que as cotas acabarão incentivando animosidades “raciais” não pode ser facilmente descartado, porque a sua lógica é cristalina. Não se vence o racismo celebrando o conceito “raça”, sem o qual, evidentemente, o racismo não pode existir. Iniciativas de ação afirmativa oriundas da sociedade civil produzem conseqüências semelhantes para aquelas poucas pessoas envolvidas. Mas quando cotas raciais se tornam política de Estado, determinando a distribuição de bens e serviços públicos, ninguém escapa à obrigação de se submeter à classificação racial bipolar. O impacto sobre a sociedade como um todo não pode ser subestimado, portanto.

Em segundo lugar, como tentamos demonstrar, nada nos convence que a solução “universalista” foi, de fato, esgotada. Em terceiro lugar, imaginávamos que os nossos governantes pudessem ter tido um pouco mais de cuidado antes de abandonar um projeto nacional pautado no não racismo. Por que não aprofundar e expandir políticas racialmente não neutras⁵ como as que foram sendo adotadas no que se refere à repetência e à distorção série/idade no lugar da racialização que as cotas impõem? Colocar, por exemplo, uma escola pública de melhor qualidade numa periferia de uma grande metrópole, em vez de instalar a mesma escola num bairro de classe média alta, obviamente propiciaria mais oportunidade para os

negros (posto que os pobres são majoritariamente negros) do que para os brancos. Mas uma política dessas teria custos materiais enormes, e seria muito difícil, se não impossível, convencer as classes médias afetadas a aceitar tamanho sacrifício. Para aqueles que perderiam com políticas de transferência de recursos, é mais fácil apoiar cotas que não os afetam e tampouco custam absolutamente nada. Redenção de graça!

O novo reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Lessa, não acredita na eficácia de cotas raciais e prefere investir na permanência de alunos pobres na universidade criando programas de bolsas para os estudantes mais pobres. De novo uma política racialmente não neutra, mas também não racializadora. A posição de Carlos Lessa se opõe diametralmente ao projeto de lei atualmente em discussão no Senado da autoria do senador José Sarney, que prevê cotas de vinte por cento para negros e pardos em todas as instituições públicas e privadas do ensino superior. A posição do reitor da UFRJ também coloca o dedo numa das feridas da universidade pública que poucos querem ver ou sanar: de cada cem alunos que entram apenas cinquenta saem formados! Quem sabe se a invisibilidade deste fenômeno tem algo a ver com a velha lógica da exclusão? É nossa esperança que a intenção do reitor da UFRJ em encontrar caminhos que não racializem a universidade e a sociedade acenda um debate público que, como mostramos, tem sido realizado por poucas pessoas e tem tido pouca densidade até o momento. Afinal, a questão racial não é assunto apenas dos brasileiros que se definem como negros; jaz, pensamos, no epicentro da sociedade nacional de tal forma que as decisões tomadas agora, mesmo se tiverem pouco efeito no presente imediato, certamente definirão os contornos do Brasil do futuro.

⁵ Por políticas racialmente não neutras entendemos aquelas que, dirigidas a determinadas áreas de pobreza, automaticamente atingem grande número de negros. Este conceito foi desenvolvido por BOWEN & BOK (2000).

Referências Bibliográficas

AGIER, Michel. Dossier pour un numéro thématique des *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, 2002 (mimeo)

BOK, D. & BOWEN, W. G. *Shape of the river: long-term consequences of considering race in college and university admissions*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CARNEIRO, S. Ideologia tortuosa. *Caros Amigos*, São Paulo, v. 64, julho 2002. Site Caros Amigos, acesso em 20 de outubro de 2002.

CARVALHO, José Jorge de & SEGATO, Rita. Cotas para estudantes negros no Brasil site Fórum de Antropologia do/no Brasil. Disponível em: <<http://listhost.uchicago.edu/mailman/listinfo/ant-br>>, acesso em 24 de julho de 2002.

FRY, Peter. Politics, nationality and the meanings of race in Brazil. *Daedalus*, v. 129, n. 2, p. 83-118, 2000.

HENRIQUES, Ricardo. É preciso tratar desigualmente os desiguais. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 abr. 2002. Entrevista feita por Helena Celestino e Maiá Meneses. Site O Globo, acesso em 24 de julho de 2002.

INEP / MEC / SEEC. *Censo Escolar 2000*. Brasília, 2000.

INEP / MEC. *ENEM: relatório pedagógico 1999*. Brasília, 1999.

INEP / MEC. *ENEM: relatório pedagógico 2000*. Brasília, 2000.

INEP / MEC. *ENEM: relatório pedagógico 1999*. Brasília, 2001.

INEP / MEC. *Exame Nacional de Cursos: síntese do Provão 1999*. Brasília, 1999.

MAGGIE, Y. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, 1992.

O GLOBO. Edições diversas (seção Cartas dos Leitores). Rio de Janeiro, 2001-2002.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2001. Portal Interlegis, acesso em 20 de outubro de 2002

Programa Nacional de direitos Humanos 1996, Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, Universidade de São Paulo, Direitos Humanos no Brasil, acesso em 20 de outubro de 2002.

SOUZA, J. Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos. *Paralelo 15*, Brasília, p. 23-35, 1997.

THOMAS, K. The political economy of recognition: affirmative action discourse and constitutional equality in Germany and the U.S.A. *The Columbia Journal of European Law*, v. 5, n. 2, p. 329-364, 1999.